



Biblioteca Breve

SÉRIE HISTÓRIA

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
SUAS ORIGENS E DISTRIBUIÇÃO

COMISSÃO CONSULTIVA

FERNANDO NAMORA
Escritor

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

JORGE CARVALHO ARROTEIA

A emigração portuguesa

SUAS ORIGENS E DISTRIBUIÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**A Emigração Portuguesa
— suas origens e distribuição**

Biblioteca Breve / Volume 79

1.^a edição — 1983

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

Tiragem

5000 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luís Correia

Distribuição comercial

Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora – Portugal

Composição e impressão

Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio
de Veiga e Antunes, Lda.
Tr. da Oliveira à Estrela, 10

Dezembro 1983

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	8
Parte I	
SOBRE A ORIGEM E DESTINOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA	
I / A EVOLUÇÃO DA CORRENTE EMIGRATÓRIA	11
II / O MOVIMENTO TRANSOCEÂNICO	17
A — A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL	
<i>a</i> Evolução	19
<i>b</i> Origem dos Emigrantes	21
<i>c</i> A emigração nos Açores e na Madeira	25
A1 — A EMIGRAÇÃO PARA OS E.U.A.	
<i>a</i> Evolução	26
<i>b</i> Origem dos emigrantes	28
<i>c</i> A emigração nos Açores e na Madeira	30
A2 — EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA	
<i>a</i> Evolução	32
<i>b</i> Origem dos emigrantes	35
A3 — A EMIGRAÇÃO PARA O CANADÁ	
<i>a</i> Evolução	36
<i>b</i> Origem dos emigrantes	39
<i>c</i> A emigração nos Açores e na Madeira	39
A4 — A EMIGRAÇÃO PARA A ÁFRICA DO SUL	
<i>a</i> Evolução	42
<i>b</i> Origem dos emigrantes	43
III / MOVIMENTO INTRA-EUROPEU	47
B — A EMIGRAÇÃO PARA FRANÇA	
<i>a</i> Evolução	49
<i>b</i> Origem dos emigrantes	54

B1 — A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A ALEMANHA (R.F.)

<i>a</i> Evolução	57
<i>b</i> Origem dos emigrantes	60

Parte II

A EXTENSÃO DO "ÊXODO" PORTUGUÊS

I / NO CONTINENTE

A — DE 1900 A 1954	67
B — DE 1955 A 1974	68
1. 1955-1959	68
2. 1960-1964	73
3. 1965-1969	75
4. 1970-1974	76
5. 1955-1974	78

II / NOS AÇORES E NA MADEIRA

A — TÓPICOS PARA UMA EVOLUÇÃO	81
B — DE 1955 A 1974	83
1. 1955-1959	83
2. 1960-1964	84
3. 1965-1969	86
4. 1970-1974	87
5. 1955-1974	88

Parte III

AS CARACTERÍSTICAS DA EMIGRAÇÃO

A — A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA	98
B — O PREDOMÍNIO DA POPULAÇÃO ACTIVA E O SEU SIGNIFICADO	102
C — A PERSISTÊNCIA DO CARÁCTER TRADICIONAL E A NOVA FACE DA EMIGRAÇÃO	116
ANEXOS	128
NOTAS	147
BIBLIOGRAFIA	150
ÍNDICE DOS QUADROS	152
ÍNDICE DAS FIGURAS	153

*«A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente
Que perigos, que morte lhes destinas
Debaixo dalgum nome preminente!
Que promessas de reinos e de minas
D'ouro, que lhe farás tam facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?»*

CAMÕES

INTRODUÇÃO

Embora tratando-se de um tema que nas últimas décadas tem sido largamente aprofundado, desejamos, com este ensaio, dar mais um contributo para o melhor conhecimento da sociedade portuguesa contemporânea, através do estudo de um dos elementos que melhor a caracterizam: o fenómeno emigratório. Razão porque nos empenhámos nesta análise, procurando através das notas sobre a evolução e a antiguidade deste movimento, avaliar da sua extensão às diferentes áreas do território num período recente, mas que coincidiu com uma intensa fase de emigração portuguesa: o de 1955 a 1974.

Ainda que abarcando os dados referentes às saídas ditas oficiais — e desprezando por isso uma parcela significativa de clandestinos — pensamos que a sua divulgação permitirá, juntamente com a de outras variáveis, aprofundar as razões determinantes, de natureza social e económica, responsáveis pela sua génese — e, ainda, situar a origem de certas comunidades radicadas em diferentes países do continente europeu, da América e do sul de África. Do mesmo modo, esperamos que venha ajudar a compreender certas manifestações de índole cultural, apresentadas como genuinamente portuguesas, mas de raízes bem diversas, se provenientes do Minho ou dos Açores, das Beiras ou do Alentejo, do

Algarve ou da Madeira. Regiões que, a par da sua individualidade geográfica, têm vindo a perder um número crescente de habitantes, manifestando, nalguns casos, preferências muito significativas.

Apresentando múltiplas facetas, difíceis por isso de sistematizar num só trabalho, desejaríamos que os valores aqui mencionados pudessem ainda apoiar, para além dos aspectos sobre a difusão deste processo ou das suas consequências imediatas, uma outra leitura sobre as suas raízes e extensão, que nalguns casos tem assumido as formas de um verdadeiro “êxodo”.

Assim, mais do que uma estimativa dos seus valores globais ou da caracterização exaustiva desses fluxos, esperamos que na sequência deste ensaio surjam outros mais detalhados, sobre este ou outros temas, como o estudo dos laços que unem as diferentes comunidades residentes no estrangeiro às suas regiões de origem, realçando desta maneira o verdadeiro significado das tradições culturais, embora identificadas com um todo, que asseguram uma certa vida e coesão interna dos seus elementos. Tal coesão é ditada, tantas vezes, não por necessidade de se exprimirem na mesma língua ou do mesmo credo, mas pelos interesses imediatos ligados às questões de retorno, do ensino ou do apoio cultural às gerações mais novas.

Daí o esperarmos ainda que a apreciação destes temas permita o assegurar de algumas iniciativas, tendo em vista o fortalecimento dos laços culturais com Portugal e o devir de uma outra imagem, que não só a de uma pátria distante, perdida no “Gharb” da Europa. Uma das razões, senão a primeira, da ancestral “diáspora” lusitana.

PARTE I

**SOBRE A ORIGEM E DESTINOS
DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA**

*«Não me temo de Castela
Donde inda guerra não soa;
Mas temo-me de Lisboa,
Que, ao cheiro desta canela,
O Reino nos despovoa»*

SÁ DE MIRANDA

I / A EVOLUÇÃO DA CORRENTE EMIGRATÓRIA

Bastante relevante no decurso dos anos sessenta e mesmo durante os primeiros anos da década seguinte, a emigração portuguesa não se apresenta, na sua essência, como um fenómeno recente. É o que podemos deduzir de uma análise mais atenta dos valores disponíveis sobre as saídas dessa população, para verificarmos que, desde há mais de cinco séculos, estas se têm tornado praticamente uma constante. Tal facto, ter-se-á iniciado com a conquista de Ceuta (1415), revestindo novas formas a partir de 1420-1425, após a fixação dos primeiros colonos, com carácter permanente, nas terras recém-descobertas do arquipélago da Madeira ¹. A partir de então este movimento intensificou-se, de acordo com as necessidades decorrentes da colonização das outras ilhas — Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe — e das que lhe foram impostas pela manutenção e defesa das praças e fortalezas dispersas pela costa africana e Índias Orientais.

O mesmo veio a suceder depois da descoberta do Brasil e, sobretudo, a partir do século XVI, com a transferência do «eixo da política colonial do Índico para o Atlântico» e as tentativas de ocupação daquelas terras. Para tal serviram-se os portugueses de um sistema de «capitanias», através das quais procuraram valorizar as áreas do litoral (e aí intensificar certas culturas, como a da cana de açúcar e do algodão), servindo ainda de apoio

para a exploração das terras do interior. Esta tentativa desenvolveu-se a partir de colonos oriundos do continente e das ilhas, especialmente da Madeira, e acabou por provocar, como já acontecera anteriormente quando da saída da população para o Oriente (militares, religiosos, funcionários régios, comerciantes e outros) um forte desequilíbrio demográfico, como se pode verificar através da análise dos valores disponíveis sobre essas partidas.

Referindo-se ao período compreendido entre 1500 e 1580, V. Magalhães Godinho estima-as em cerca de 280 000 saídas ², o que corresponde a uma média anual de 3500, valor bastante considerável se atendermos à população então residente que, de acordo com as estimativas baseadas no *Numeramento de 1527*, deveria andar por volta de 1.100.000 habitantes ³. Para atenuar a falta de braços já então sentida, foi necessário recorrer aos escravos, aos «cafres» e aos índios para o serviço ordinário, à semelhança do que vinha sucedendo desde os finais do século XV. A entrada desta população no reino terá sido tão notória, que Garcia de Resende (1470-1536) não deixou de a comentar nos seguintes termos:

«Vemos no reino meter
tantos escravos crescer
E irem-se os naturais
Que, se assim for serão mais
Eles que nós a meu ver»

Os valores da emigração portuguesa, estimados pelo mesmo autor para o período compreendido entre 1580 e 1640 em cerca de 360.000 emigrantes ⁴, realçam de maneira bastante significativa a dimensão deste fenómeno e a sua importância face aos valores da população residente, cujo montante no segundo quartel do século XVIII deveria orçar os 2,14 milhões de habitantes ⁵.

Posteriormente — e sobretudo durante o período de união dinástica com a Espanha — o movimento terá prosseguido, obrigando a que no decurso do século XVII fossem publicadas «quatro sucessivas medidas legislativas emanadas do poder central e destinadas a restringir uma tendência emigratória que, de colonizadora, gradualmente assumia o carácter de fenómeno puramente emigratório»⁶. Isto aconteceu ainda antes da intensa fase de exploração das minas de ouro e pedras preciosas (1736 a 1766), quando o despovoamento do Reino parecia já evidente, e se procurava impedir a emigração para o Brasil através de medidas legislativas, ao que parece de fraca aceitação popular. É o que se depreende aliás de uma transcrição da Lei de 1720: «...não tendo sido bastantes as providências que até ao presente tenho dado nos decretos de 25 de Novembro de 1709 e de 19 de Fevereiro de 1711, para se proibir que deste Reino passe para as capitâneas do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em estado, que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos Povos...»⁷. Os dados sobre essas saídas, referentes aos dois primeiros terços do século XVIII, estimados entre 8000 e 10 000 partidas anuais, testemunham já o maior interesse pela emigração brasileira, que entretanto se generalizara nas regiões mais setentrionais do território. Uma consequência, aliás, do sucesso apresentado pelos «Mineiros» após o seu regresso a Portugal.

Não foram poucos os acidentes que entretanto modificaram o ritmo e a evolução destas partidas. Assim, os acontecimentos políticos dos primeiros anos do século XIX ligados às Invasões Francesas, à transferência da corte para o Brasil e a todo o processo da independência

deste país, terão feito diminuir para cerca de 4000 a 5000 o número de saídas anuais, valor que volta a aumentar substancialmente nos últimos anos desse século. Confirmaram-no cerca de 10 000 saídas anuais estimadas para o período compreendido entre 1855 e 1859; as 14 000 entre 1871 e 1875; e, finalmente, a média de cerca de 25 000 emigrantes anuais, registada no último quartel do século XIX.

Em plena fase de expansão económica, assente quer na cultura do café quer mesmo na do algodão, e perante as restrições impostas pela Alemanha (em 1859) à emigração de cidadãos seus para este país da América do Sul (devido ao tratamento de escravos a que eram sujeitos), o Brasil, que havia abolido a escravatura em 1888, mais do que nunca vai precisar da mão-de-obra estrangeira. Deste modo, a lacuna deixada pelos escravos, será em larga medida preenchida pelos portugueses, que entretanto continuavam a emigrar em grande número. É assim que Guerra Junqueiro ⁸ o descreve no texto seguinte:

Olhai, olhai, vão em manadas
os emigrantes...
Uivos de dó pelas estradas.
Junto do cais, nas amuradas
Das naus distantes...
Velhinhas, noivas e crianças,
Senhor! Senhor!
Ao voar das últimas esp'ranças
Crispam as mios, mordendo as tranças,
Loucas de dor!
Lá vão levados, vão levados,
Pelo alto mar
.....
Voltarão? Quando, mar profundo?
Jamais! Jamais!

Entretanto — e embora as saídas para o Brasil continuassem a gozar do maior interesse, dado o prestígio e o volume das remessas que o «brasileiro» ia enviando para a sua terra — não são poucos os casos de insucesso conduzindo ao repatriamento, por vezes bastante elevado: cerca de 7000 portugueses por ano no início do último quartel do século passado, como refere O. Martins ⁹. Daí que, uma vez mais, a emigração seja cantada em verso e a lírica popular a não esqueça, ao referir-se às suas desventuras.

Brasil terra de enganos
Quantos lá vão enganados,
Tantos lá vão por três anos,
E lá ficam sepultados. ¹⁰



Fig. 1

Como se depreende, a emigração para o Brasil, que se manteve preponderante até aos finais da década de cinquenta, sempre condicionou, pelo maior ou menor volume, o montante das saídas de portugueses para o estrangeiro.

Por nos merecer especial atenção, separaremos por ora a nossa análise, desdobrando-a nas suas componentes principais: o movimento transoceânico e, finalmente, o movimento intra-europeu, característico dos nossos dias (Fig. 1).

II / O MOVIMENTO TRANSOCEÂNICO

A tendência para o aumento global de saídas que se vinha manifestando desde o último quartel do século passado, atingiu em 1895 o seu auge com 44 746 emigrantes, mantendo-se ainda elevado no decurso dos anos seguintes. Ainda antes do termo da 1.^a década de 1900, esse valor atingiu os 42 000 em 1907, duplicando cerca de cinco anos depois, em 1912, com cerca de 89 000 emigrantes (Fig. 2).

A partir de então, o movimento decaiu substancialmente, sendo a primeira quebra durante o 1.^o conflito mundial (de 1914 a 1918) — cerca de 19 000 saídas anuais em média — valor que entre 1900 e 1913 havia alcançado as 41 000. Nos anos seguintes, e até ao final dos anos vinte, a emigração portuguesa sofreu novas quebras, como consequência do desemprego que acompanhou a crise económica dos anos trinta e da paralisação dos transportes marítimos, no decurso do conflito de 1939/45. Comprovam-no as cerca de 8450 saídas legais registadas nesse período, valor que será duplicado em 1949 — cerca de 17 500 emigrantes — e atingindo 33 664 em 1951. A partir de então a corrente emigratória, embora com algumas oscilações, não deixa de revelar valores bastante consideráveis, especialmente depois de 1963 — quase quarenta mil emigrantes — e

sobretudo no decurso dos anos seguintes, tendo atingido o seu máximo em 1966 com 120 239 saídas legais.

Se atendermos, por outro lado, aos valores da emigração clandestina, notamos a média elevada de saídas estimadas entre esse ano e o de 1975 — 42 500 emigrantes anuais — e o decréscimo verificado a partir de então (apenas 13 400 emigrantes entre 1974 e 1978), facto que se ficou a dever às restrições impostas pela maior parte dos países ocidentais, decorrentes da crise energética de 1973, e cujos reflexos vieram a acentuar-se posteriormente.

Ao pensarmos nas características da emigração transoceânica, temos em mente não limitarmos a nossa análise apenas à emigração para o Brasil, mas incluir neste grupo as saídas para os E.U.A., Venezuela, Canadá e África do Sul. Por ser a mais importante em tradição e volume, tratamos em primeiro lugar da emigração portuguesa para o Brasil.

EMIGRAÇÃO OFICIAL

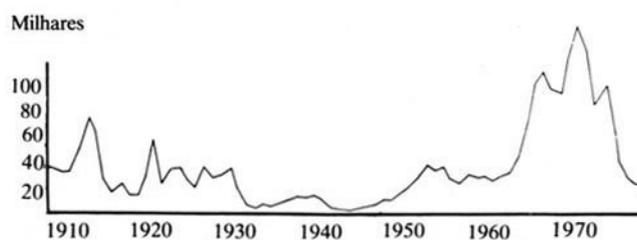


Fig. 2

A — A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

a) *Evolução*

Como já referimos, o Brasil constituiu desde meados do século XVI até aos primeiros anos da passada década de 60 o principal destino da emigração portuguesa. O seu cômputo, difícil de avaliar até finais do século passado, dada a imprecisão dos registos sobre estas partidas ¹¹, pode no entanto ser avaliado por informações colhidas junto de fontes brasileiras e de estudos pontuais sobre este movimento. Entre outros, citamos os dados referidos por Rodrigues de Freitas entre 1855 e 1865 ¹², para se compreender o incremento extraordinário de partidas registadas, anos antes, para este destino.

Para o final do século, ou seja, entre 1891 e 1900, os dados referentes à emigração portuguesa acusam não só um incremento extraordinário das saídas para este país ¹³, como a preferência quase exclusiva dos emigrantes pelas terras de Vera Cruz. Com efeito, das 218 782 saídas registadas neste período, cerca de 93,1%, dirigiram-se para o Brasil. Isto contando apenas com a emigração legal já que, a par desta, o movimento clandestino sempre coexistiu, sobretudo em períodos de maiores restrições. Estes valores encontram a sua justificação, não apenas na situação económica do país mas, sobretudo, nas promessas e na intensa propaganda de angariadores e do próprio governo brasileiro ¹⁴ no sentido de fazer recrutar emigrantes (não só portugueses, mas igualmente espanhóis e italianos), necessários para assegurarem o expansionismo do «ciclo do café» ¹⁵ então em curso.

Desde essa data e apesar das condições de acolhimento nem sempre corresponderem ao que as entidades prometiam, o movimento manteve-se constante, apresentando certos períodos de euforia. O primeiro vai desde 1900 a 1913, em que se registaram 448 097 saídas legais para este país (média de 6700), representando 78,1% da emigração total ocorrida nesse mesmo período. Como assinala C. Furtado ¹⁶, tal facto deve-se aos sintomas de crise, visível desde os primeiros decénios do século em consequência da produção abundante do café, sobre a qual assentava toda a economia brasileira. Daí que o desemprego, já conhecido nessa altura por muitos dos nossos compatriotas, pudesse ter atenuado esta corrente, se não fosse «fortemente impulsionada por agentes ávidos em manter a incauta clientela, única matéria prima da sua lucrativa indústria».

Com efeito, entre 1919 e 1930, as saídas para este país orçaram as 266 717 (média anual de 22 226), representando cerca de 62,5% da emigração total então ocorrida. Ainda que as solicitações para outros países, nomeadamente para os E.U.A. (46 136 saídas) e para a Argentina (22 286 emigrantes) tivessem provocado algumas alterações na tradicional corrente para o Brasil, sempre as saídas para este país absorveram mais de metade da emigração oficial, com excepção apenas dos anos de 1916 e 1917, quando se notaram as menores percentagens, de 40,2% e 43,8% respectivamente. Com valores máximos, destacamos os anos de 1909 a 1913 e o de 1928 em que a emigração para o Brasil orçou os 80% daquele todo, chegando a alcançar os 90,8% nesta última data.

Nas décadas seguintes, entre 1913-1940, e posteriormente, de 1941 a 1950, a emigração para este país

passou a ser menos importante, o que se deve às restrições impostas à emigração estrangeira, quer às limitações do governo português à saída de nacionais, a que se juntaram as dificuldades de transporte no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim a média anual de saídas registadas entre 1931 e 1950 foi de 7435 emigrantes (num total de 148 699), representando cerca de 75,5% da emigração total ocorrida nesse período. A partir de 1952 — data em que se verificou um novo máximo de 41 518 emigrantes — a emigração decaiu de modo bastante sensível tendo-se quedado em menos de um milhar em 1974 (Fig. 3).

Como causas imediatas apontamos «as medidas limitativas da imigração que o Brasil adoptou no começo dos anos sessenta»¹⁷, em face da carência da mão-de-obra especializada e da abundância de indiferenciados e não qualificados, que lhe oferecia a mão-de-obra portuguesa. Mesmo assim, o total de emigrantes que se dirigiram oficialmente entre 1950 e 1962 para aquele país da América do Sul orçou os 265 263 — média anual de 22 105 saídas —, correspondendo a 63,1% do total da emigração registada nesse período. Embora só em 1963 a emigração para o Brasil — em número de 11 281 saídas — tenha sido superada pela emigração para a França — 15 223 saídas —, pondo-se assim termo à hegemonia que, durante séculos a imigração brasileira apresentou, no contexto global da emigração portuguesa.

b) *Origem dos Emigrantes*

Ainda que extensivas a todo o território, as saídas para o Brasil foram relevantes nas regiões centro e norte do país, comprovando uma certa tendência manifestada

desde o início deste movimento. Como áreas mais afectadas referimos os distritos de Viseu e o do Porto, com 22 843 e 18 332 emigrantes cada. (Quadro I).

No primeiro daqueles distritos os maiores contingentes partiram dos concelhos de Castro d'Aire, Cinfães e de Viseu, respectivamente com 2 010, 1 974 e 2 083 emigrantes e ainda de Mangualde — 1 034; Moimenta da Beira — 1 146; Resende — 1 016; S. Pedro do Sul — 1 272; Sátão — 1 254 e Tondela — 1 078 emigrantes (A-1). Contudo, a maior preferência registou-se em Cinfães, onde a emigração para este país representou cerca de 87,7% do total das saídas oficiais aí ocorridas entre 1955 e 1974. No distrito do Porto os maiores valores referem-se à sede do concelho, com 3 249 emigrantes, e à Póvoa de Varzim com 2 841. Apesar destes valores serem quantitativamente importantes, a maior preferência verificou-se no concelho de Baião, (1 745 emigrantes) onde representou 68,5% da emigração desse concelho.

Bastante significativas foram as saídas provenientes do distrito de Aveiro — 17 009 emigrantes — sendo de realçar a emigração em Arouca, com 2 596 saídas, e em Vila da Feira com 2 318. As maiores preferências — cerca de 71% — couberam não só àquele primeiro concelho mas ainda a Castelo de Paiva, dois dos principais núcleos de emigração para este país da América do Sul.

É ainda no norte de Portugal, particularmente no nordeste transmontano, que se situam os maiores valores, a saber: distritos de Bragança com 16 537 emigrantes, e Vila Real com 14 010 emigrantes. No primeiro caso as maiores preferências manifestaram-se em Vinhais, Vimioso e Mogadouro respectivamente, onde as 1 872, 1 870 e 2 060 saídas para este país representaram cerca de

metade da emigração total desses concelhos. O mesmo sucedeu em Chaves, com 2 834 emigrantes, Vila Real 2 622, Valpaços 1 563, Vila Pouca de Aguiar 1 136 e Montalegre 1 118.

Dos restantes distritos do continente salientamos Braga e Guarda com números idênticos: respectivamente 12 575 e 12 496 emigrantes. Note-se no entanto, que neste último caso foram particularmente significativas as referências registadas nos concelhos de Trancoso, Pinhel e Fornos de Algodres, onde a emigração para o Brasil absorveu também quase metade das saídas aí registadas.

EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

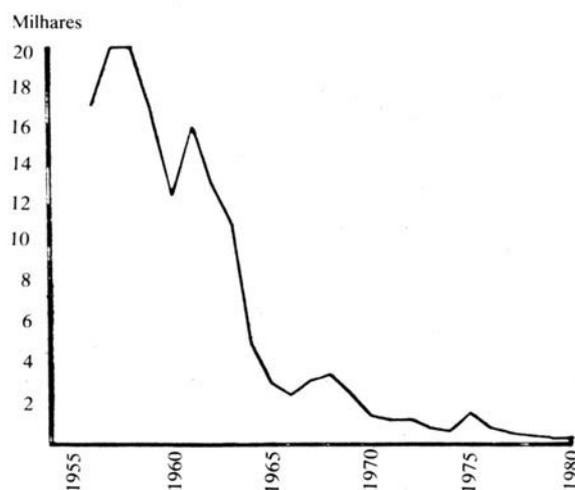


Fig. 3

O mesmo veio a acontecer noutros concelhos do interior, como Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Vila Nova de Poiares (do distrito de Coimbra) em Mação (do distrito de Santarém) e Proença-a-Nova (do distrito

QUADRO I

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL PARA O BRASIL POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74)

<i>BRASIL</i>	<i>Total</i>				
	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	8 498	6 168	1 721	622	17 009
Beja	141	44	8	7	201
Braga	7 230	4 126	816	324	12 496
Bragança	8 417	6 563	2 024	672	22 843
Castelo Branco	1 351	1 027	232	108	2 718
Coimbra	4 948	3 250	999	390	9 987
Évora	101	43	8	7	159
Faro	509	285	53	12	859
Guarda	7 547	3 585	1 098	345	12 575
Leiria	4 041	2 094	465	175	5 775
Lisboa	2 034	3 181	942	566	6 723
Portalegre	183	116	21	9	329
Porto	10 802	5 962	1 496	572	18 832
Santarém	1 523	1 162	328	121	3 134
Setúbal	295	365	107	40	807
Viana do Castelo	4 305	2 215	658	248	7 426
Vila Real	7 480	4 693	1 330	507	14 010
Viseu	13 294	6 855	2 024	672	22 843
Angra do Heroísmo ..	233	170	16	14	433
Horta	37	5	1	1	44
Ponta Delgada	706	239	5	14	964
Funchal	7 775	6 020	1 514	468	15 777

de Castelo Branco), o que realça a persistência de certos focos onde este movimento tradicional se manteve preponderante.

c) *A emigração nos Açores e na Madeira*

No que respeita às Ilhas, a participação neste movimento foi relativamente escassa, já que, dos 169 238 emigrantes legais que neste período se dirigiram para o Brasil, apenas 10,2% eram naturais estes territórios, com maior incidência no distrito do Funchal — 15 777 emigrantes — dos quais o maior número saiu ainda desse concelho — 5246 emigrantes (A-2).

Do concelho de Machico saíram 2225 indivíduos, de Santa Cruz 2043, da Câmara de Lobos 1621 e finalmente de Santana, apenas 1082.

Salienta-se que apenas em dois dos concelhos — Machico e em Santa Cruz — a emigração para o Brasil foi preponderante, superando as saídas para a Venezuela, que foram constantes em todo o arquipélago.

A1 — A EMIGRAÇÃO PARA OS E.U.A.

a) *Evolução*

À semelhança do Brasil, também os E.U.A. se contam entre os países, que desde o século passado, têm vindo a receber número crescente de emigrantes portugueses. Com efeito, desde o início do nosso século até ao começo da Primeira Grande Guerra, o número de portugueses que emigraram para os E.U.A. terá sido de 100 073 — média anual de 6671 saídas — representando apenas cerca de 16,7% do total da emigração oficial ocorrida nesse período. A partir de então, esse movimento apresentou algumas oscilações, reduzindo-se durante aquele conflito e mesmo em datas posteriores. Assinalamos os anos de 1916 e de 1920, quando o número de emigrantes que se dirigiram para este país foi de 11 522 e de 24 156, respectivamente, correspondendo a cerca de 46,3% e 37,3% da emigração oficial. Mesmo assim o total de saídas para os E.U.A., entre 1915 e 1930, elevou-se a 70 734 (média anual de 4421), representando apenas 14,2% da emigração oficial estimada durante esse período.

Nos anos seguintes a emigração manteve-se ainda reduzida — média de 564 emigrantes entre 1951 e 1952 — tendo acusado um acréscimo em 1959 e em 1960 —

EMIGRAÇÃO PARA OS E.U.A.

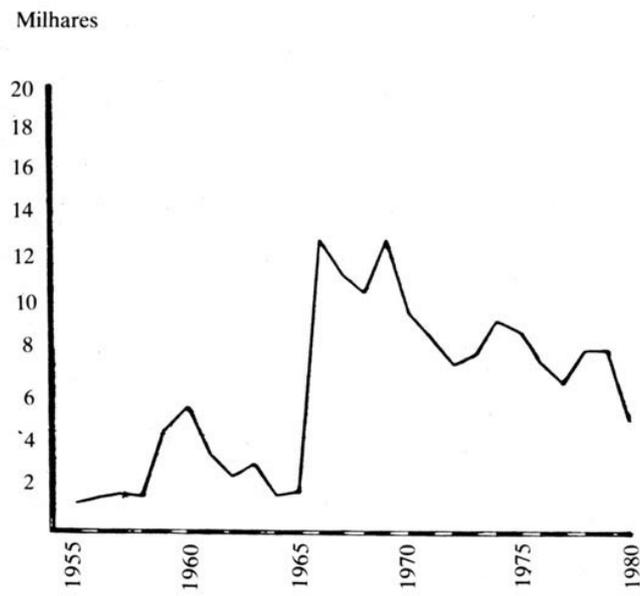


Fig. 4

respectivamente 4569 e 5679 emigrantes — mercê das concessões dadas pelo governo americano, à entrada dos sinistrados do vulcão dos Capelinhos (Fig. 4).

Note-se, no entanto, que a preferência por aquele país do continente americano foi igualmente manifestada por populações de outras nacionalidades, o que levou no decurso dos últimos anos da década de 50 e no início da seguinte à publicação de 32 leis de excepção, permitindo novas entradas de estrangeiros ¹⁸. Tal facto veio beneficiar mais tarde os emigrantes portugueses, sobretudo a partir de 1966, já que permitiu a redistribuição dos «vistos» não utilizados pelos países de «quotas» elevadas. Daí que o número de saídas para os E.U.A. tivesse ascendido nessa data a 13 357, mantendo-se até 1969 com uma média de 12 206 emigrantes. Depois de 1969 a emigração oficial portuguesa para os E.U.A. tem-se mantido elevada, com valores inferiores aos assinalados anteriormente — média de 8768 entradas anuais entre 1970 e 1974 — decaindo para cerca de sete milhares até 1980.

b) *Origem dos emigrantes*

Contrariamente ao que sucedera para o Brasil, em que as saídas foram particularmente relevantes em todo o território a norte do rio Tejo, a emigração para os E.U.A. circunscreveu-se a determinadas áreas, em particular aos distritos de Lisboa, Aveiro e Vila Real, com 9406, 8942 e 7290 emigrantes cada (Quadro II). Com valores inferiores, destacamos: Leiria — 5612; Viseu — 3466; e Viana do Castelo — 3014 emigrantes — onde se situam alguns dos concelhos com maior número de saídas para este país (A-3).

QUADRO II
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO PARA OS EUA
POR QUINQUÊNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74)

	<i>Total</i>				
	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
<i>BRASIL</i>					
Aveiro	505	1 150	2 970	4 317	8 942
Beja	18	13	62	49	142
Braga	50	109	360	408	927
Bragança	39	37	40	82	198
Castelo Branco	45	67	195	141	448
Coimbra	129	207	590	948	1 874
Évora	9	7	8	23	47
Faro	77	304	497	519	1 397
Guarda	436	567	1 624	1 430	4 057
Leiria	256	686	2 284	2 386	5 612
Lisboa	269	1 129	4 107	3 901	9 406
Portalegre	8	23	33	17	81
Porto	63	165	502	652	1 382
Santarém	88	120	494	446	1 148
Setúbal	26	117	504	608	1 255
Viana do Castelo	139	382	1 072	1 421	3 014
Vila Real	504	1 115	2 836	2 835	7 290
Viseu	217	536	1 350	1 363	3 466
Angra do Heroísmo ..	917	2 020	8 490	6 955	18 382
Horta	3 249	2 429	4 761	3 418	13 857
Ponta Delgada	2 538	4 344	17 745	11 377	36 004
Funchal	127	180	146	540	993

Entre outros citam-se os de: Lisboa — 6183 emigrantes; Chaves — 2483; Murtosa — 2294; Montalegre — 2156; e Arcos de Valdevez com 1442.

Ou ainda Gouveia — 1480; Ílhavo — 1314; Estarreja — 1038; Alcobaça — 1603 e Caldas da Rainha — 1207 emigrantes cada. Quanto às preferências destacamos, além de Gouveia, Penalva do Castelo, Montalegre e sobretudo Murtosa, onde as saídas para este país oscilaram entre os 35,8% e os 48,8%, realçando uma nítida preferência pelas condições de trabalho e de remuneração, oferecidas nos E.U.A.

c) *A emigração nos Açores e na Madeira*

Já pela posição do Arquipélago e antiguidade deste movimento, a emigração para os países do continente norte-americano tem sido essencialmente constituída por açorianos. Com efeito, dos 119 922 emigrantes que partiram entre 1955 e 1974 com destino aos E.U.A., 56,9% saíram dos Açores, num total de 68 243 emigrantes, sendo apenas 933 provenientes do distrito do Funchal. De realçar que mais de 45% destas saídas se verificaram entre 1965 e 1969 e cerca de 52% no período seguinte, entre 1970 e 1974, em consequência da maior abertura dos E.U.A. à entrada de mão-de-obra estrangeira. Extensivo por isso às diferentes ilhas do arquipélago, este movimento foi particularmente notado no distrito de Ponta Delgada, que naquelas duas décadas perdeu 36 004 emigrantes, além de Angra do Heroísmo com 18 382 e da Horta com 13 857 (A-4). A nível de concelhos, além das correspondentes sedes dos distritos — Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo, respectivamente com 15 789, 8865 e 7696 emigrantes — destacam-se ainda os concelhos de Ribeira Grande, Povoação e Vila do Porto, com 5898, 4270 e 3176 cada.

No que respeita às preferências, as saídas para este país foram preponderantes no distrito da Horta (representando 70,2% do total) e em todos os seus concelhos, particularmente no Corvo, na Horta ou mesmo em Santa Cruz das Flores, onde apresentaram respectivamente 84,4%; 79,3%; e 68,7% da emigração total. Já nas Flores, em S. Roque do Pico, em Lages do Pico e na Madalena esses valores se situaram entre os 62,4% e os 53,3%. No distrito de Angra do Heroísmo essa preferência manteve-se ainda elevada — cerca de 65,7% das saídas — cabendo as maiores percentagens a Calheta e a Velas com mais de 75% desse todo. No distrito de Ponta Delgada, os E.U.A. absorveram ainda cerca de 40% dos emigrantes que, entre 1955 e 1974, daí se ausentaram.

A2 — EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

a) *Evolução*

Embora numericamente menos importante do que a emigração para os outros países do continente americano, em especial para o Brasil ou mesmo para os E.U.A., as saídas para a Venezuela têm-se distinguido pelo seu carácter regular, a partir do início da década de cinquenta. Com efeito, de menos de um milhar de emigrantes estimados nos anos de 1948 e de 1949 (respectivamente 738 e 795 saídas para este país), em 1950 esse valor superou os três milhares, valor que, tendo decrescido nos anos seguintes — 1542 emigrantes anuais em média em 1951 e 1952 —, não deixa de reflectir o maior interesse por este país.

Comprovam-no as cerca de 5508 saídas registadas em 1954, e sobretudo em 1955 — 5718 —, coincidindo com o máximo da emigração oficial portuguesa, para a Venezuela (Fig. 5). Naturais do continente, mas sobretudo do distrito do Funchal, as saídas para este país atingiram entre 1955 e 1974 os 75 211 emigrantes, dos quais 58,5% naturais da região autónoma da Madeira, em particular da sede do seu distrito, de onde partíram os maiores contingentes.

Legalmente ou através de intermediários, «que a troco das suas diligências, cobravam aos requerentes elevadas quantias», as saídas para a Venezuela foram ainda incentivadas através de ligações com o Brasil ¹⁹, em

EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA

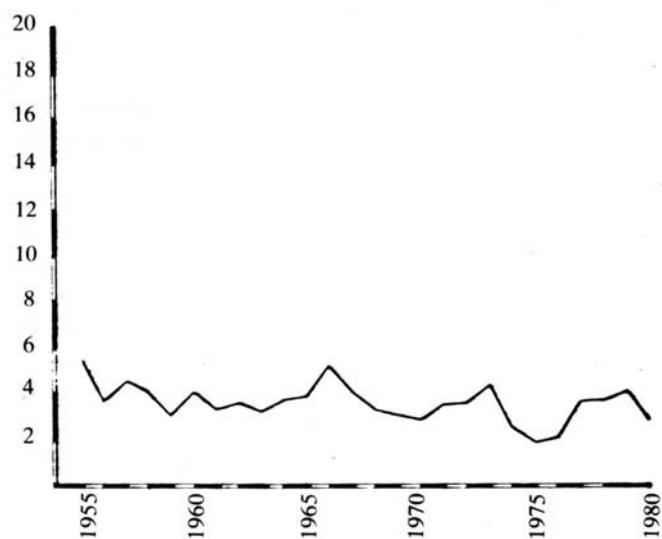


Fig. 5

virtude da maior facilidade de obtenção de contratos de trabalho, mesmo que alguns deles não tivessem qualquer validade, por serem ilegais. Trata-se aliás de mais um exemplo da emigração por etapas, que outros estudos em pormenor poderiam acentuar, e onde a presença dos emigrantes mais antigos teve um papel preponderante no encaminhamento das novas correntes emigratórias.

QUADRO III
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL
PARA A VENEZUELA POR QUINQUÉNIOS
E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-57)

	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	5 070	3 411	4 511	3 040	16 032
Beja	12	4	10	6	32
Braga	587	198	275	182	1 242
Bragança	17	6	11	5	39
Castelo Branco	237	129	88	23	477
Coimbra	437	272	323	245	1 277
Évora	8	7	2	3	20
Faro	935	529	308	99	1 871
Guarda	112	47	67	37	263
Leiria	327	208	169	101	805
Lisboa	223	190	197	228	858
Portalegre	18	2	4	2	26
Porto	2 440	1 260	1 488	1 159	6 347
Santarém	168	101	72	39	380
Setúbal	49	26	30	24	129
Viana do Castelo	288	88	131	50	557
Vila Real	79	11	3	22	115
Viseu	224	110	86	51	471
Angra do Heroísmo ..	10	3	33	100	146
Horta	8	1	3	2	14
Ponta Delgada	31	27	34	46	138
Funchal	9 711	11 148	11 685	11 448	43 992

b) *Origem dos emigrantes*

Apesar do seu carácter regular, e circunscrito a certas áreas do continente, verifica-se que os 75 211 emigrantes saídos entre 1955 e 1974 com destino à Venezuela, representaram apenas 6,9% da emigração oficial registada durante o mesmo período. Por sua vez, apenas 41,1% daquele montante corresponde a saídas provenientes do continente e as restantes do distrito do Funchal, onde em apenas um dos seus concelhos, em Santana, as saídas para a Venezuela ficaram aquém do Brasil, com cerca de um milhar de emigrantes (A-6).

No continente é ao distrito de Aveiro que cabem os maiores valores, com 16 032 emigrantes; ao Porto, com 6347; a Faro com 1871 e a Braga com 1242 (Quadro III). Daí que as maiores preferências se situem em concelhos desse distrito, em particular em Oliveira do Bairro, com cerca de 45% da emigração total do concelho e ainda em Espinho, Oliveira de Azeméis, Estarreja, Vagos e Vila da Feira, com cerca de 30% desse total.

a) *Evolução*

A emigração de portugueses para o Canadá só a partir de 1956 é assinalada nas estatísticas oficiais portuguesas em separado e não integrada na rubrica «outros países», como acontecia até então. Isto leva a crer que até ao início dos anos cinquenta tenha sido pouco numerosa, embora em 1953 o número de portugueses que terão emigrado para esse país tenha sido contabilizado do lado português em 275 emigrantes e do lado canadiano em 555²⁰. Como justificação, indica-se a proveniência de portugueses emigrados noutros países e que posteriormente se terão deslocado para o Canadá.

Tal facto não nos é totalmente estranho, na medida em que alguns anos mais tarde, sobretudo nos finais da década de 1960, quando do «boom» da emigração para França, algo de semelhante se terá passado. Assim, muitos dos emigrantes aqui chegados encaminharam-se para outros países, nomeadamente para a Alemanha, para o Luxemburgo, e inclusivamente para o Canadá.

A partir daquela data, as saídas para este país têm vindo a aumentar regularmente, como se deduz das 1699 saídas registadas entre 1950 e 1954; das 12 496 entre 1955 e 1959 (média de 2499 saídas anuais) ou ainda das 18 463 (média de 7385), ocorridas entre 1960 e 1964 (Fig. 6). Em termos absolutos, os valores máximos situaram-se em 1957 com 4157 saídas, representando 11,8% do total; em

EMIGRAÇÃO PARA O CANADÁ

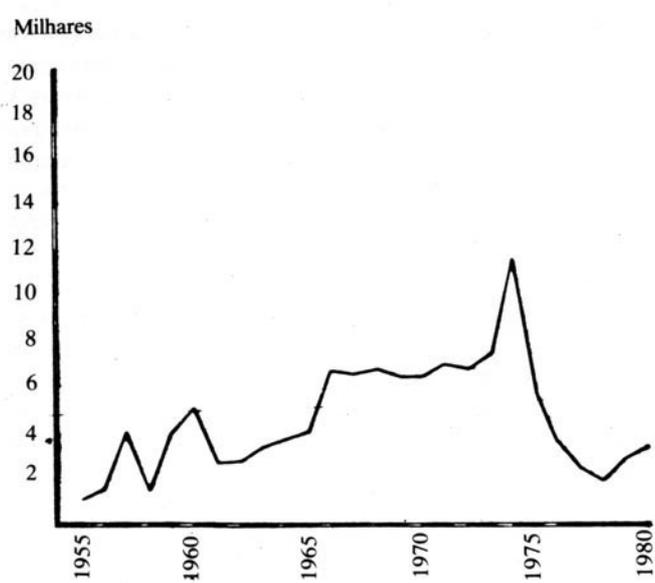


Fig. 6

1959 com 3961 e em 1960 com 4895. Igual acréscimo foi ainda verificado nos anos seguintes, já que o número médio de 6813 saídas estimadas entre 1960 e 1973, muito se aproxima dos valores de 1968, com 6833 emigrantes, ou mesmo de 1972 com 6845 emigrantes, tendo alcançado em 1974 os 11 650, a que corresponde cerca de 26,8% da emigração oficial então assinalada.

Sobretudo nos primeiros anos e mesmo de 1968 para cá, os valores por nós recolhidos mostram-se bastante inferiores aos citados por P. George ²¹, o que confirma a transferência desta mão-de-obra de outros países para esta parte do continente norte-americano.

Destacamos a propósito, os períodos compreendidos entre 1946/1955 e ainda entre 1968/1973. Assim, na primeira daquelas datas, o número de emigrantes portugueses que entraram no Canadá terá sido de 8223 e de 54 199 os que o fizeram durante o último período. Só que, embora ligado historicamente à emigração, o Canadá tem adoptado nos últimos anos medidas restritivas à admissão de estrangeiros, tendentes a «moderar a taxa de crescimento» dessa população. O que não obstou a que, de acordo com as estatísticas oficiais, o número de portugueses saídos entre 1960 e 1964 para este país tivesse ascendido a 11 316, orçando os 18 450 entre 1965 e 1969. Entre 1970 e 1974 esse valor ascendeu a 39 409, dos quais apenas 33,8% oriundos do continente.

No seu conjunto ou seja, de 1955 a 1974, terão emigrado para aquele país mais de cem mil indivíduos, dos quais cerca de 1/3 apenas naturais do continente e os restantes da região autónoma dos Açores.

b) *Origem dos emigrantes*

Dada a importância reduzida da emigração portuguesa para o Canadá, não nos admira que a nível do continente as saídas para este país se tenham limitado a certas áreas do território, embora com a possibilidade de se individualizarem alguns núcleos de maior densidade.

Assim, das 37 081 partidas registadas entre 1956 e 1974 no continente, os maiores valores situaram-se nos concelhos de Lisboa, com 4605 (representando praticamente 12,4% daquele total), Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha e Covilhã com 1226, 1167 e 976 emigrantes cada (A-7).

Por distritos os maiores valores couberam, por isso, a Lisboa, com 8628 saídas; a Leiria com 5408; e, finalmente, a Aveiro e a Viana do Castelo, com 3675 e 3403 saídas cada, referindo os restantes valores mais diminutos (Quadro IV).

c) *A emigração nos Açores e na Madeira*

Mais do que a emigração para os E.U.A. ou mesmo para a Venezuela, a emigração para o Canadá tem sido preponderante nas ilhas, em particular nos distritos açorianos. Com efeito, das 101 112 saídas oficiais estimadas para este país entre 1956 e 1974, cerca de 62,2% foram originárias dos distritos de Angra do Heroísmo, da Horta e sobretudo de Ponta Delgada, que se tem despovoado a favor das «Américas». Deste modo, o número de saídas dos naturais deste distrito — 48 995 emigrantes — superaram só por si os montantes estimados para o continente. Tal acto deve-se não só à maior facilidade das ligações marítimas e aéreas, mas

igualmente às medidas de concessão especiais dadas também pelo governo canadiano aos sinistrados do vulcão dos Capelinhos, o que veio a reforçar o interesse posterior pela emigração para este país. Daí que, entre

QUADRO IV

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL PARA O CANADÁ POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74)

	1956-59	1960-64	1965-69	1970-74	1956-74
Aveiro	352	674	1 106	1 543	3 675
Beja	124	124	170	126	544
Braga	240	365	465	677	1 743
Bragança	150	136	251	180	717
Castelo Branco	252	449	482	582	1 765
Coimbra	138	255	618	888	1 899
Évora	13	17	12	20	62
Faro	332	617	801	486	2 236
Guarda	97	115	151	180	543
Leiria	545	989	1 964	1 910	5 408
Lisboa	452	1 874	3 367	2 935	8 628
Portalegre	29	37	48	34	148
Porto	83	154	324	415	976
Santarém	186	427	734	795	2 146
Setúbal	71	239	685	601	1 597
Viana do Castelo	522	618	1 003	1 260	3 403
Vila Real	125	192	259	378	954
Viseu	93	83	157	301	634
Angra do Heroísmo ..	306	1 135	2 468	4 220	8 129
Horta	1 283	1 120	1 235	2 121	5 759
Ponta Delgada	5 674	8 542	15 513	19 266	48 995
Funchal	249	288	124	487	1 148

1956 e 1974, o número de saídas provenientes das Ilhas com destino ao Canadá tenha ascendido a 64 031, das quais 62 883 partiram do arquipélago dos Açores.

A nível de distritos, os maiores valores couberam a Ponta Delgada, com 48 995 emigrantes, representando 55,1% da emigração total, cabendo à Horta e a Angra do Heroísmo, apenas 8129 e 5759 emigrantes cada (A-8). Referimos, por outro lado, a grande preferência verificada em Ribeira Grande, Lagoa, Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, onde as saídas para este país se situaram respectivamente entre os 68% e os 51,5% do total ocorrido em cada um destes concelhos. Nos restantes, as maiores percentagens couberam aos concelhos de Nordeste, Povoação e Vila do Porto (do distrito de Ponta Delgada) e aos de Madalena e Lagoa do Pico (do distrito da Horta), com valores muito próximos dos 50%. Aspecto que vem uma vez mais realçar o interesse e a preferência dos açorianos pelo Canadá, à semelhança do que se verificou quanto à emigração para os E.U.A.

A4 — A EMIGRAÇÃO PARA A ÁFRICA DO SUL

a) *Evolução*

Quanto à emigração para a República da África do Sul, pode considerar-se pouco numerosa, salvo depois de 1974, após a independência de Angola e Moçambique, em que se notou um afluxo considerável de portugueses para este país. De acordo com os elementos publicados pela O.C.P.M. ²² o número de nacionais aí residentes ascenderia em finais de 1979 a 660 000, montante bastante significativo se atendermos à extensão deste fenómeno em anos anteriores.

De qualquer modo — e embora as lacunas sejam numerosas — não deixaremos de referir os elementos disponíveis sobre a evolução e a origem da emigração portuguesa para a África do Sul a partir de 1955, valor que até 1959 foi de 4383 saídas, decrescendo ligeiramente entre 1960 e 1964, em que não chegou a atingir os 5000 emigrantes (Fig. 7). Este montante foi largamente excedido no quinquénio seguinte: 11 114 saídas, tendo-se registado o máximo em 1965 e em 1966, respectivamente com 2802 e 4721 emigrantes.

Entre 1970 e 1974 a emigração para a África do Sul é praticamente diminuta — apenas 2126 saídas — facto que se justifica pelo maior interesse da emigração para a Europa.

b) *Origem dos emigrantes*

Relativamente às 22 275 saídas registadas entre 1955 e 1974 com destino a este país, verifica-se que 56,3% foram oriundas do continente e 33,5% da Madeira, correspondendo os maiores valores ao período compreendido entre 1965 e 1969, constituídos, na sua quase globalidade, por emigrantes de origem continental. Neste período os concelhos mais afectados foram os de Lisboa, com 1128 saídas, Vila Nova de Gaia, Maia e Vila da Feira com 977, 687 e 501. (A-9). Por distritos os maiores valores couberam ainda ao Porto, com 3195; a Lisboa com 2072 e a Aveiro com 1765 emigrantes (Quadro V). Daí que, entre 1955 e 1974, as principais áreas de emigração se tivessem circunscrito a estes distritos, a saber: Porto com 4769 emigrantes; Lisboa com 2692 e Aveiro com 2389. Já a nível de concelhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Lisboa registaram os maiores valores com 1080, 1279 e 1468 saídas, respectivamente.

No que concerne à emigração insular, verificou-se uma redução de algum valor desde 1955 até à actualidade, tendo baixado de cerca de 3500 emigrantes entre 1955 e 1959 para 2807 no período seguinte. Deste modo, das 7499 saídas registadas nas Ilhas entre 1955 e 1974, para a República da África do Sul, 7451 foram oriundas da Madeira, sendo os concelhos mais afectados os de Calheta e do Funchal com 3411 e 1507 emigrantes cada (A-10).

Dominada pelo tradicional movimento de saídas com destino ao Brasil, a emigração portuguesa não deixa de apresentar, a partir dos meados do século XIX, uma certa diversificação, embora com manifesta preferência pelo continente americano. Este fenómeno integra-se na sua

essência num tipo de movimentos mais latos, que se agravaram depois da explosão demográfica e da revolução agrícola e industrial, anteriormente iniciada em grande parte dos países do ocidente europeu. Daí que, a par dos intensos movimentos da população para os grandes centros urbanos e industriais do velho continente, se tenha assistido a um êxodo considerável da população da Europa com destino aos espaços vazios e inexplorados do continente americano.

Como se depreende, o atraso do desenvolvimento global, que já então caracterizava o território português e a persistência de laços estabelecidos em movimentos anteriores, terão favorecido o desenrolar deste processo emigratório, que se tem vindo a manifestar de há mais de um século a esta parte. Preferencialmente para o Brasil, mas não deixando de englobar outros destinos como os E.U.A., a Argentina, o continente africano, a Venezuela e o Canadá, para não referir já a França e a vizinha Espanha, a emigração portuguesa tem mantido um certo número de preferências, responsáveis pela formação de importantes colónias nacionais, dispersas um pouco por toda a parte.

Este facto já assinalado por O. Martins ²³, e mesmo por Magalhães Godinho ²⁴, realça na sua essência a profunda fragilidade dos meios de subsistência e das políticas sectoriais, que têm faltado para assegurar o desenvolvimento global e harmónico de todo o território nacional. Por conseguinte, depois da forte corrente transoceânica, que se manteve preponderante até aos primeiros anos da década de sessenta, se tenha seguido uma outra, de não menos relevância, dominada pela emigração para a Europa.

No seu conjunto, e referindo-nos apenas às características deste movimento entre 1955 e 1974, notamos que no seu início a emigração transoceânica absorveu mais de

96% do total das saídas, e em 1974 apenas 59,5%, depois de ter sido bastante reduzida em 1965 e em 1973, com cerca de 19,7% e 27,8% do total das saídas legais.

QUADRO V
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL
PARA A ÁFRICA DO SUL
POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74)

	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	62	187	1 765	375	2 389
Beja	6	11	59	7	83
Braga	14	26	213	47	300
Bragança	4	13	43	6	66
Castelo Branco	16	30	153	23	222
Coimbra	69	80	379	80	608
Évora	3	4	40	6	53
Faro	32	56	284	36	408
Guarda	28	32	145	23	228
Leiria	73	121	501	86	781
Lisboa	82	330	2 072	208	2 692
Portalegre	10	12	56	4	82
Porto	273	674	3 195	627	4 769
Santarém	30	69	362	38	499
Setúbal	25	96	545	68	734
V. Castelo	26	30	110	17	183
Vila Real	5	8	72	14	99
Viseu	75	93	337	75	580
Angra do Heroísmo ..	7	1	6	18	32
Horta	1	—	—	—	1
Ponta Delgada	8	2	5	—	15
Funchal	3 504	2 807	772	368	7 451

Embora bastante sugestivos, esses valores alterar-se-iam significativamente se comparados com os da emigração efectiva (legal + clandestina) registados ao longo deste período, facto impossível de concretizar pelo desconhecimento desses valores. Isto porque os dados relativos aos clandestinos referem-se apenas a França, quando sabemos não ter sido apenas este país, que tem acolhido trabalhadores nesta situação.

EMIGRAÇÃO PARA A ÁFRICA DO SUL

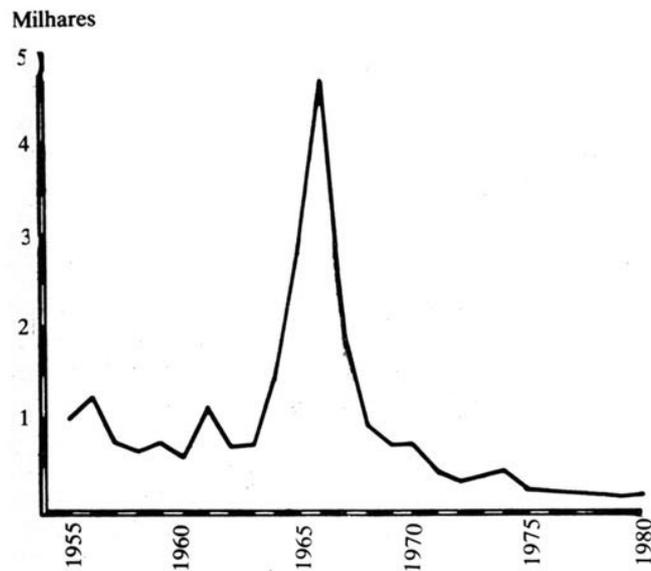


Fig. 7

III / MOVIMENTO INTRA-EUROPEU

A emigração de portugueses para a Europa, além de mais recente, corresponde na sua essência a um fenómeno novo, que tem a ver com a falta de mão-de-obra que se fez sentir nos países ocidentais, no termo da II Guerra Mundial. Com efeito, às necessidades decorrentes da colonização dos grandes espaços vazios do continente americano, da construção de infra-estruturas — portos, vias de circulação, estradas, pontes, etc. — e da exploração mineira local, que estiveram na base dos grandes movimentos transoceânicos do século XIX até ao começo da I Grande Guerra, seguiram-se, após o segundo conflito mundial, as carências provocadas pela reconstrução e expansão das economias industriais europeias, com particular destaque para a França e a Alemanha. Daí que o déficit bruto da mão-de-obra, que a França já sentira antes da II Guerra se tenha tornado extensivo aos restantes países da Europa Ocidental, de onde resultou um recrutamento maciço de população estrangeira, necessária para colmatar essas lacunas.

Iniciado na Europa mediterrânica, este recrutamento estendeu-se ao continente africano, por via das relações coloniais existentes, sugerindo um novo padrão nas migrações internacionais. E Portugal, que já anteriormente havia participado na corrente transoceânica,

passou a partir da penúltima década do século XIX a integrar o movimento europeu, que já então se vinha esboçando. Assim o comprovam as 4 062 saídas com destino à Europa, que J. Evangelista assinalou entre 1880 e 1890 e as 2484 igualmente contabilizadas entre 1891 e 1900 ²⁵.

Que se trata de um movimento mais antigo, no qual a França desempenhava já um papel preponderante, atestam-nos os dados que Joel Serrão ²⁶ recolheu relativos à imigração portuguesa nesse país entre 1876-1946. Com efeito, o número de portugueses aí residentes atingiria já os 1200 em 1876, valor que em 1886 andaria à volta de 1300.

Embora digno de realce, não devemos igualmente esquecer as saídas para outros países, nomeadamente a Espanha, que se conta, desde há longa data, como uma área de forte imigração portuguesa. Entre outras indicações, citamos M. S. Faria ²⁷, ao referir-se ao número elevado de nacionais residentes na cidade de Sevilha antes da «aclamação», e O. Martins ²⁸, a propósito da «saída de algarvios para as pescas e lavoura da vizinha Espanha».

Contudo, só a partir da década de 50 do nosso século é que a emigração para a Europa se torna preponderante, passando a competir e a substituir a mão-de-obra proveniente de outros países do sul da Europa, como a italiana e a espanhola, já então atraída pelo maior desenvolvimento económico de algumas das regiões de origem.

B — A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A FRANÇA

a) *Evolução*

Insignificante até 1921 e portanto considerada pelas estatísticas francesas na rubrica «outras nacionalidades», a emigração portuguesa para França, que se terá acelerado após a deslocação do exército português às terras gaulesas e o termo do conflito em que tomou parte, passou a incrementar-se desde então. De tal modo que no Recenseamento de 1921 a colónia portuguesa residente naquele país é já estimada em cerca de 11 000 indivíduos ²⁹. Embora pouco volumosa, a população portuguesa em França não deixou de crescer nos anos seguintes, atingindo em 1926 os 29 000 habitantes, e mais de 49 000 cinco anos depois, para decrescer em 1936 para cerca de 28 000.

Em consequência da crise económica dos anos 30 e debatendo-se por isso com graves problemas de saturação da mão-de-obra, esta população, que em 1946 era de 22 261 indivíduos, reduziu-se ainda mais até 1954 — 20 085 nacionais — tendo alcançado os 50 000 oito anos depois, em 1962. Este afluxo de portugueses para França, deve-se ao aumento da emigração legal, especialmente a partir de 1957 (data em que terão saído legalmente para este país mais de três mil portugueses) e também ao incremento das saídas clandestinas (Fig. 8).

Já o Boletim Anual da Junta de Emigração relativo ao ano de 1958 ³⁰, assinala esse facto, considerando que «paralelamente ao movimento emigratório legal, não inferior corrente ilegal se deve ter verificado com destino a França».

As estimativas da emigração clandestina para este país, referidas sistematicamente a partir de 1960 e cuja discussão foi ensaiada por E. S. Ferreira ³¹ (relativamente ao período de 1950 a 1970) completam os dados conhecidos nada acrescentando no entanto, à origem e composição deste movimento. De qualquer modo, são sugestivos os valores que nos serviram de base, contidos nas estatísticas oficiais, para avaliarmos da sua extensão e significado.

Embora reduzida até 1962, a emigração clandestina para França aumentou consideravelmente até 1971, passando de quase 13 000 saídas para o dobro em 1963 e duplicando de novo no ano seguinte com mais de 65 000 emigrantes. Acusando uma certa estabilidade até 1968 — média de 75 000 saídas anuais — assiste-se entre 1969 e 1971 a um novo aumento — 117 760 emigrantes por ano em média — valor que se reduz para cerca de metade em 1972 e volta a decrescer a partir de 1974, após as medidas de suspensão da entrada de novos emigrantes adoptadas por esse país.

Antes ainda de prosseguirmos com a análise desse movimento, detenhamo-nos na apreciação comparativa do movimento das outras nacionalidades, situando-o no contexto global da imigração estrangeira em França (Quadro VI). Contando em 1851 ³² com uma população estrangeira da ordem dos 381 000 habitantes, esse valor ultrapassava antes do final do século — em 1896 — mais

EMIGRAÇÃO PARA A FRANÇA

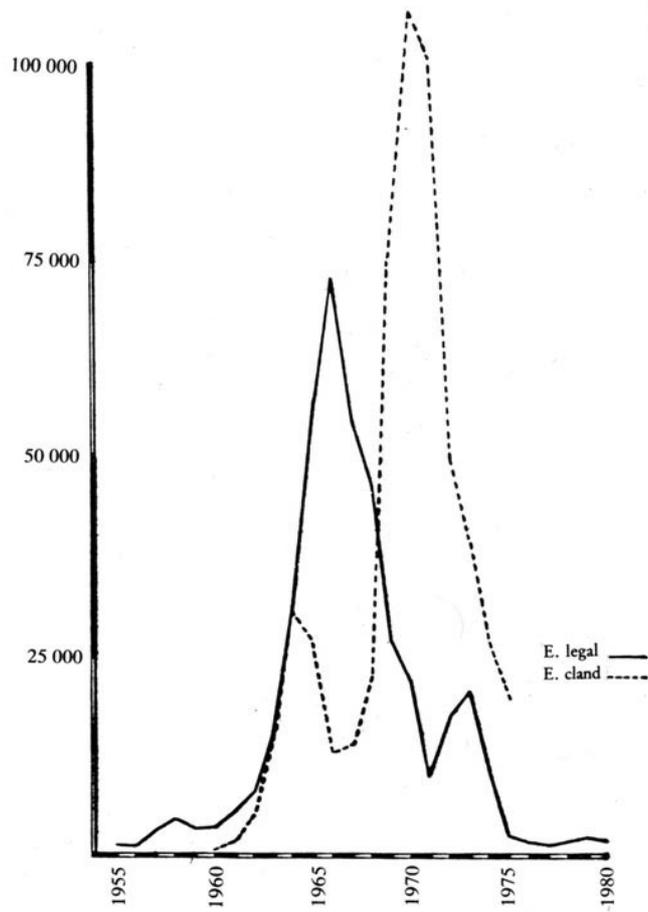


Fig. 8

QUADRO VI
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM FRANÇA
(Valores em milhares)

	1851 ¹	1896 ²	1906 ³	1921	1931	1936	1946	1951	1962	1968	1975
Belgas	33,6	37,5	29,6	22,8	9,4	8,9	8,8	6,1	3,6	2,5	1,6
Italianos	16,5	27,8	36,1	29,4	29,8	32,8	25,9	28,7	29,0	21,8	13,4
Espanhóis	7,9	7,3	7,7	16,7	12,9	11,6	17,3	16,4	20,4	23,2	14,5
Portugueses	a) —	—	—	0,7	1,8	1,3	1,3	1,1	2,3	11,3	22,0
Polacos	b) —	—	—	3,0	18,7	19,2	24,3	15,2	8,2	5,0	2,7
Alemães	c) —	8,7	8,4	5,0	2,6	2,6	1,4	3,0	2,1	1,7	1,3
Suços	6,6	7,1	6,6	5,0	3,6	3,6	—	—	—	—	—
Argelinos	—	—	—	—	—	—	1,3	12,0	16,2	18,1	20,6
Outras nacionalidades de África	d) —	—	—	2,3	3,9	3,9	1,8	1,0	3,5	2,7	14,0
<i>Total em percentagem</i>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<i>Valores absolutos</i>	381	1 652	1 047	1 532	2 715	2 198	1 743	1 760	2 150	2 622	3 443
<i>(milhares)</i>											

a) Antes de 1921 o número de portugueses era reduzido e estava incluído na rubrica «outras nacionalidades».

b) Antes de 1921 o número de polacos e africanos era reduzido e estava incluído na rubrica «outras nacionalidades».

c) Antes de 1872 os alemães eram classificados com os austríacos e os húngaros e estavam incluídos na rubrica «outras nacionalidades».

¹ Território de 1815.

² Território de 1871.

³ A partir de 1906: território actual.

Fonte: Min. da Tereza; 1977.

de um milhão, dos quais as maiores percentagens eram de belgas (37,5%) seguindo-se 27,8% de italianos; 8,7% de alemães; 7,3% de espanhóis e 7,1% de suíços. Esse montante, que até 1906 se manteve praticamente idêntico, ultrapassava em 1921 um milhão e quinhentos mil estrangeiros, dos quais cerca de 29,4% eram de nacionalidade italiana, 22,8% de nacionalidade belga e 16,7% de nacionalidade espanhola. Nos anos seguintes e particularmente em 1931, essa população era de 2,7 milhões, ocupada indistintamente na indústria, nos campos e nas minas, para os quais entretanto haviam sido contratados polacos e «trabalhadores do Sul»³³ de origem italiana e espanhola. Daí que à data desse recenseamento a percentagem de italianos em França atingisse os 29,8%, tendo-se incrementado a emigração de polacos, e de espanhóis, que representavam 18,7% e 12,9% respectivamente, da população estrangeira residente nesse país.

Em consequência da crise económica dos anos 30, aquele montante decresceu em 1936 para apenas 2,1 milhões, valor que a partir de 1962, passou a aumentar consideravelmente. Entretanto em 1946 e em 1954, o número de emigrantes não ultrapassa os 1,7 milhões, mantendo-se ainda preponderantes as colónias de italianos, espanhóis e polacos, que representavam 28,7%, 16,4% e 15,2%, respectivamente, da população estrangeira. Até 1962 a percentagem dos polacos reduziu-se ainda mais, passando a representar nessa data apenas 8,2% dos 2,2 milhões de estrangeiros, ao mesmo tempo que se incrementou a entrada dos argelinos, já então estimados em mais de 350 milhares de indivíduos. Importante ainda foi o acréscimo de emigração espanhola, preponderante até 1968, mantendo-se ainda elevada a emigração de italianos, muito embora as

entradas de trabalhadores desta nacionalidade se viesse a reduzir desde 1956.

A concluir, referimos que até 1975 a emigração estrangeira em França não deixou de aumentar, tendo passado de 2,6 milhões em 1968 para 3,4 milhões naquela última data. Igualmente foram notórias as alterações resultantes da mudança dos tradicionais fluxos emigratórios. Com efeito, os espanhóis, que em 1968 representavam 23,2% do total da população estrangeira aí residente, baixaram em 1975 para 14,5%, num total de 497 480 indivíduos. Relativamente às outras nacionalidades, aos portugueses — em número de 758 925 — cabiam cerca de 22,0% desse total, seguindo-se-lhe os argelinos com 710 860 emigrantes. Só depois surgem os italianos com 462 940 indivíduos e as outras comunidades, especialmente as oriundas do continente africano que, no seu conjunto, representavam quase 35% da população estrangeira.

b) *Origem dos emigrantes*

Um dos fenómenos mais significativos da emigração para França foi a sua generalização a todo o espaço continental português, fenómeno que se acentuou no decurso da década de sessenta, acompanhando aliás a quebra global de saídas para o Brasil. Com efeito, depois da intensa fase de emigração para a Europa, conhecida entre 1966 e 1973, a entrada de novos emigrantes foi suspensa pelo governo francês em 1974, gorando muitas expectativas de portugueses (e de trabalhadores de outras nacionalidades), que almejavam a entrada nesse país.

O que se compreende se atendermos aos montantes da emigração portuguesa para França — 42 305 emigrantes

entre 1955 e 1974, dos quais 99,8% provenientes do continente — representando cerca de 38,5% do movimento global das saídas registadas durante o mesmo período. Extensivo a todo o território, este movimento foi mais acentuado nos distritos de Braga, Leiria e Porto, com 59 316, 45 861 e 43 900 saídas. Para não referir os restantes que, no seu conjunto, apresentam ainda valores bastante elevados (Quadro VII).

Se atendermos, por outro lado, às preferências manifestadas, o distrito de Castelo Branco é o que apresenta no seu conjunto os maiores valores, com cerca de 92,0% do total de saídas. O mesmo podemos ainda assinalar para os concelhos de Pombal e de Vila Nova de Ourém (15 103 e 13 822 emigrantes), onde as saídas para este país se situam próximo dos 80%, facto que foi ainda significativo noutra área do território, em Viana do Castelo (A-11). Do mesmo modo, podemos ainda referir uma grande referência nos distritos de Santarém, Braga, Guarda e Leiria — entre 75% e 50% dos emigrantes — já que nos restantes, e em consequência da maior diversificação para os outros países, a emigração para França foi mais reduzida. Estão neste caso os distritos de Aveiro, Viseu e do Porto, onde uma referência muito antiga pela emigração transoceânica fez atenuar a atracção por este país, embora se tenha situado muito próximo dos 50% da emigração legal aí registada entre 1955 e 1974. À semelhança de Lisboa, onde, para além da França, foi intensa a corrente emigratória para a Alemanha e mesmo para os E.U.A. Neste caso as saídas para aquele primeiro país da Europa representaram 27,8% da emigração total do distrito, para a Alemanha 26,1% e para os E.U.A. 10,7%.

Apesar da sua importância, não deixa igualmente de ser oportuno assinalar a forte atracção exercida por esta cidade sobre as outras populações do país, sendo portanto de crer que muitos dos emigrantes com residência neste distrito, fossem originários e até residentes noutras partes do território nacional.

QUADRO VII

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL PARA A FRANÇA POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74)

	1955-59	1960-64	1965-69	1970-74	1955-74
Aveiro	194	2 142	15 200	5 717	23 253
Beja	31	414	2 959	2 349	5 749
Braga	1 825	10 934	36 562	9 995	59 316
Bragança	288	1 217	12 335	2 521	16 361
Castelo Branco	795	6 406	22 548	3 520	33 269
Coimbra	126	951	8 535	5 190	14 802
Évora	89	90	1 526	738	2 363
Guarda	1 147	4 850	23 020	2 506	31 523
Faro	645	3 267	10 852	2 235	16 955
Leiria	2 317	8 957	24 505	10 082	45 861
Lisboa	170	3 128	15 299	5 527	24 124
Portalegre	46	102	1 331	271	1 750
Porto	994	5 793	27 800	9 313	43 900
Santarém	1 794	5 638	13 306	5 809	26 547
Setúbal	73	605	4 229	1 423	6 330
Vina do Castelo	1 991	7 501	21 266	4 709	35 467
Vila Real	175	998	11 531	3 673	16 377
Viseu	368	2 095	11 026	4 622	18 111
Angra do Heroísmo	1	1	14	12	28
Horta	—	4	4	2	10
Ponta Delgada	5	13	29	23	69
Funchal	5	18	13	805	841

B1 — *A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A ALEMANHA*

a) *Evolução*

Embora recente, a emigração portuguesa para a Alemanha não deixou de ser bastante significativa em extensão e número de saídas. Com efeito, as perdas sofridas por este país durante a II Guerra Mundial e estimadas em mais de 4,5 milhões de mortos civis e militares ³⁴, acabaram por determinar uma considerável falta de mão-de-obra, colmatada de início pelo afluxo dos expulsos e dos refugiados, provenientes sobretudo dos territórios orientais, situados a leste da linha de Oder-Neisse, que passaram a ficar sob administração polaca e soviética. De tal modo que, entre 1939 e 1954, a população dos territórios ocidentais terá aumentado 11,6 milhões de habitantes ³⁵, dos quais 7 milhões entre 1946 e 1957.

Este afluxo de emigrantes, caracterizado sobretudo pela sua juventude (em 1 de Janeiro de 1956, entre os expulsos, cerca de 21% tinham menos de 14 anos e 26,5% de 14 a 30 anos de idade) e melhor qualificação profissional ³⁶, não deixou de causar os seus problemas no início, com um agravamento substancial de taxa de desemprego (cerca de 10%) ³⁷. Esta situação foi resultante da partilha das duas Alemanhas (em 1949) e da transferência de empresas e populações dos territórios da República Democrática para a Federal, ocorrida nos anos

seguintes e até 1961, data da construção do Muro de Berlim. A partir de 1955, e durante quase uma década, a expansão crescente dos sectores da indústria alemã — com particular destaque para as indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas e eléctricas — acabou por absorver aquela mão-de-obra excedentária.

Contudo, a multiplicação de inúmeros postos de trabalho de nível relativamente elevado em qualificação e remuneração, preenchido na sua quase totalidade por mão-de-obra nacional, criou enorme vazio nos empregos de ordem inferior — construção civil, obras públicas, indústrias extractivas, agricultura, transportes e serviços — pelo que a partir de 1955 a República Federal da Alemanha, teve necessidade de recorrer à mão-de-obra estrangeira, para colmatar essas lacunas. Como consequência, veio a assinar diversos acordos e convenções com países da Europa do sul e do norte de África, conducentes ao recrutamento de trabalhadores emigrantes. Aí se incluem os acordos assinados com a Itália em 1955, com a Espanha, Grécia e Turquia em 1960 e mesmo em data posterior com Marrocos e a Tunísia permitindo o recrutamento de mineiros marroquinos para as minas alemãs e o recrutamento anual de 3000 trabalhadores tunisinos ³⁸. Deste modo, o número de trabalhadores estrangeiros entrados em território alemão ultrapassou os 3 milhões entre 1956 e 1966, com um número recorde de mais de meio milhão em 1965 ³⁹.

Foi assim que os primeiros sintomas de recessão, assinalados em 1967, ocasionaram a redução de entradas destes trabalhadores, dado o agravamento das taxas de desemprego e o regresso forçado de alguns aos seus

EMIGRAÇÃO PARA A ALEMANHA

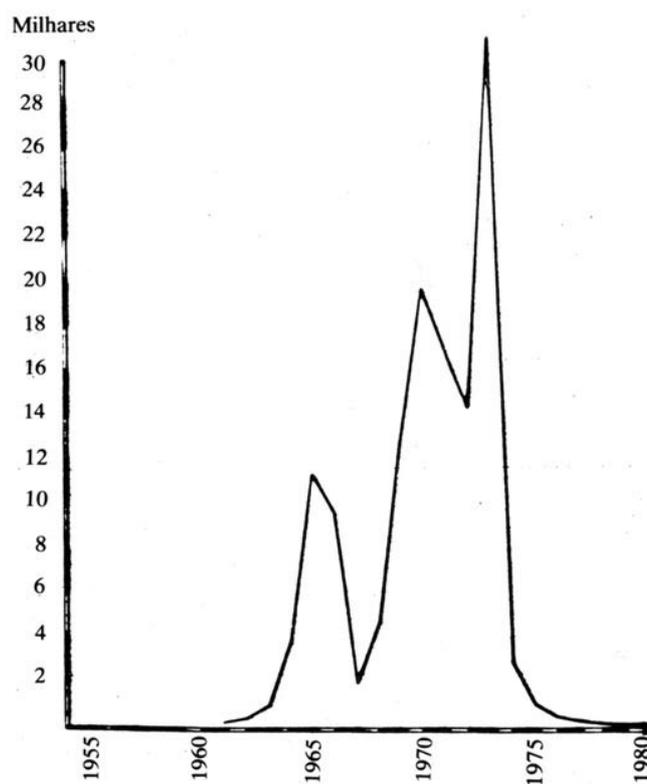


Fig. 9

países de origem. O mesmo veio a suceder nos finais de 1973, quando a Alemanha suspendeu a entrada de novos emigrantes no seu território, medida seguida no decurso dos anos seguintes pelos restantes países industrializados do Ocidente europeu, ainda em vigor nos dias de hoje. Como consequência as saídas dos portugueses para a R.F.A. referem algumas oscilações (Fig. 9), de acordo, aliás, com as necessidades de mão-de-obra, apresentadas por este país.

b) *Origem dos emigrantes*

Apesar das quebras verificadas nos anos de 1966/67 e depois de 1973, o número de portugueses que entre 1964 e 1974 emigraram para a República Federal da Alemanha foi considerável: cerca de 131 053 indivíduos. Daí que este fenómeno se tenha generalizado a todo o território, embora manifestando a maior intensidade em certos núcleos, onde se destaca Lisboa, com 12 121 saídas, e Santo Tirso com 6021 (A-12). Ao primeiro exemplo, há a acrescentar o número considerável de emigrantes saídos dos concelhos vizinhos de Sintra 1054; Loures 2143; e de Oeiras 2217. Já no segundo caso, foi também notória a emigração nos concelhos de Guimarães: 3605; Braga 3033; Vila Nova de Famalicão 2870; e Barcelos 1196 emigrantes.

Isoladamente ou em grupo, referimos outros exemplos como os do Porto e Vila Nova de Gaia 1592 e 1295 emigrantes; Vila Pouca de Aguiar 1428; Leiria, Marinha Grande e Pombal, respectivamente com 2959, 1406 e 1648; Beja e Odemira com 1021 e 1102 emigrantes cada.

Relativamente às preferências manifestadas, é de notar a importância das saídas para a Alemanha nos concelhos

do Sul do país, onde se notaram percentagens bastante elevadas. Assim sucedeu em Odemira, Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Alcoutim, onde as saídas para este país, oscilaram entre os 60,3% e os 73,0% do total da emigração aí ocorrida.

Contrariamente à corrente transoceânica, a emigração para a Alemanha foi essencialmente de origem continental, contando-se entre os distritos mais afectados os de Lisboa com 22 923 emigrantes, Porto com 15 962, Viseu com 14 356, e Leiria com 11 813 saídas (Quadro VIII).

Dos restantes, salientamos ainda: Faro com 7216, Setúbal com 7077, Aveiro com 6345, Beja com 6305 e Vila Real com 5364 saídas, e ainda Viana do Castelo e Portalegre com 1378 e 707 emigrantes cada.

A actual caracterização dos fluxos emigratórios, veio evidenciar o papel crescente que a emigração portuguesa para a Europa revestiu, desde 1955 aos nossos dias. Com efeito, se naquela data o movimento intra-europeu representou apenas 3,7% do movimento global de partidas, esse valor era em 1958 de 14,2% e depois de um ligeiro crescimento até 1962 (27,3% do total das saídas oficiais registadas nesse ano), subiu para percentagens cada vez maiores, que atingiram o seu máximo em 1965 com 80,3% do total. A partir de então essa corrente manteve-se elevada até 1974, data em que o movimento intra-europeu representou ainda 40,5% do total, tendo decaído no decurso dos anos seguintes. Daí que os dados referentes a 1978 sejam inferiores aos de há duas décadas atrás, quando o movimento de partidas para a Europa se incrementou.

Se atendermos por outro lado aos valores da emigração clandestina, contabilizados especialmente para

QUADRO VIII
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL
PARA A ALEMANHA
POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-74) *

	1965-69	1970-74	1964-74
Aveiro	— 1 225	5 082	6 345
Beja	— 2 105	3 980	6 305
Braga	— 3 381	8 199	12 239
Bragança	— 2 115	2 660	4 908
Castelo Branco	— 849	1 594	2 466
Coimbra	— 931	3 058	4 010
Évora	— 440	1 231	1 693
Faro	— 3 459	3 669	7 216
Guarda	— 753	1 493	2 342
Leiria	— 4 214	7 067	11 813
Lisboa	— 7 716	14 293	22 923
Portalegre	— 214	482	707
Porto	— 4 743	10 992	15 962
Santarém	— 1 054	2 854	3 949
Setúbal	— 2 208	4 719	7 077
Viana do Castelo	— 369	886	1 378
Vila Real	— 1 659	3 673	5 364
Viseu	— 4 158	9 660	14 356
Angra do Heroísmo	— 2	4	6
Horta	— —	3	3
Ponta Delgada	— 7	21	28
Funchal	— 2	48	50

* A emigração portuguesa para a República Federal Alemã só a partir de 1964 é assinalada em separado.

a França, e os juntarmos aos da emigração oficial, verificamos que as percentagens anteriormente anotadas se elevam substancialmente, reduzindo a parcela correspondente à emigração transoceânica.

Embora no movimento intra-europeu tivéssemos apenas considerado a emigração para a França e Alemanha, não devemos esquecer o incremento das saídas de portugueses para outros países, nomeadamente para a Suíça, Holanda, Luxemburgo, Bélgica e mesmo para o Reino Unido, para não falarmos já da vizinha Espanha, onde a parcela de portugueses aí residentes é considerável.

Servindo-se de informações do Anuário de Espanha, Joel Serrão ⁴⁰ indica cerca de 26 000 nacionais em 1972, valor que em 1979 se manteria constante, segundo os dados da O.C.P.M. ⁴¹. Quanto aos outros destinos o Quadro IX dá-nos uma estimativa dos trabalhadores estrangeiros residentes nos vários países da Europa em 1976 ⁴².

Referindo apenas parte da população activa, a sua consulta parece-nos bastante reveladora da importância da emigração no Velho Continente, e da dimensão que esse fenómeno revestiu no sul, em países da Europa Mediterrânica. A partir da Itália e de Espanha, este movimento estendeu-se não só a Portugal mas ainda à Grécia, à Turquia e ao norte de África, com particular destaque para a Argélia, Marrocos e Tunísia. Um exemplo aliás bastante sugestivo da oposição entre o centro, representado pelos países industrializados do Ocidente Europeu, e a periferia, extensiva à bacia do Mediterrâneo.

QUADRO IX

EUROPA — ESTIMATIVA DOS EFFECTIVOS DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS (1976)

	Alemanha	Austria	Bélgica	Frância	Luxemburgo	Países Baixos	Reino Unido	Suécia	Suíça	Total
Argélia	1 400	—	3 500	331 000	—	—	500	200	—	38 710
Austria	76 000	—	1 000	—	—	—	3 000	3 100	20 413	100 513
Espanha	111 000	200	30 000	204 000	1 900	16 000	24 000	1 900	68 894	456 994
Finlândia	—	—	—	—	—	—	1 000	105 000	—	106 000
Grécia	178 000	—	10 000	—	—	2 200	10 500	9 000	5 165	215 665
Itália	276 000	1 700	96 000	199 000	10 700	10 100	56 500	3 000	261 566	915 166
Marrocos	15 600	—	28 000	152 300	—	29 100	500	500	—	226 000
Portugal	63 600	—	6 000	360 700	12 500	5 000	3 000	1 100	4 144	459 044
Tunísia	120 000	—	2 000	73 000	—	1 000	—	300	—	88 300
Turquia	527 500	24 600	16 000	31 200	—	38 200	4 500	38 000	15 168	660 968
Jugoslávia	390 100	120 500	3 000	42 200	600	9 500	8 500	27 000	24 110	625 510
<i>Total</i>	1 937 100	171 700	316 800	1 584 300	46 800	180 500	886 000	235 500	516 040	5 848 740

SOPEMI (Système d'observation permanente des migrations) 1977. Rapport. OCDE.

Nota: Estes valores referem-se aos trabalhadores estrangeiros e não à população estrangeira. Esta última é estimada em cerca de dez milhões de pessoas.
Fonte: Conseil de L'Europe, 1978.

PARTE II

**A EXTENSÃO DO «ÊXODO»
PORTUGUÊS**

*«Homens, que trabalhais na minha aldeia,
Como as árvores, vós sois a Natureza.
E se vos falta, um dia, o caldo para a ceia
E tendes de emigrar,
Troncos desarraigados pelo vento,
Levais terra pegada ao coração.
E partis a chorar.
Que sofrimento,
Ó Pátria, ver crescer a tua solidão!»*

T. PASCOAIS

I / NO CONTINENTE

Embora sujeito às oscilações da procura de mão-de-obra nos mercados internacionais e aos fortes condicionalismos internos, que têm jogado como factores determinantes do desenrolar do processo emigratório, a saída de mão-de-obra portuguesa tem sido, como verificámos, uma constante. Estes movimentos, justificados em parte pela fome, pela miséria, pelas condições de trabalho e insuportáveis condições de vida, como o referiram A. Barreto e C. Almeida ⁴³, são por outro lado consequência dos desequilíbrios «intersectorais» e «regionais» que caracterizam a sociedade portuguesa. Embora desde há muito conhecidos, pouco se têm atenuado nas últimas décadas, favorecendo a fuga das populações para os locais dotados de melhores infra-estruturas e oportunidades de emprego, como o são os grandes centros urbanos e industriais do litoral do país, e outros focos de menores dimensões, que surgem dispersos e em tão pequeno número pelo território nacional. Daí o podermos compreender melhor a dimensão e a extensão do fenómeno em causa, à luz não apenas dos valores já referidos, mas ainda das condições internas existentes, mercê da ausência de uma política definida de correcções dessas assimetrias, que caracterizam o território nacional.

A estes factos, juntamos naturalmente a novidade e o impacto generalizado que as primeiras saídas, coroadas de maior ou menor êxito, mas sempre de elevada ostentação,

vieram a provocar, sobretudo nas sociedades rurais, onde as condições de vida e a rudeza das tarefas agrícolas se mantêm praticamente constantes.

Por nos parecer de maior utilidade, voltamos ao início do século, referindo os valores da emigração durante a primeira metade desta centúria, marcada, como o sabemos, por grandes alterações na corrente emigratória portuguesa.

A — 1900/1954

Entre 1900 e 1954, o número de portugueses que legalmente terão deixado o território continental (Quadro X) foi de 1 173 439 indivíduos, desigualmente distribuídos ao longo dos anos e oriundos de diversas regiões do território (A-13). Entre os distritos afectados, destacamos os de Viseu, com 179 101 saídas; Porto com 158 877; Aveiro com 149 286; e Coimbra com 110 190. Sucedem-se os distritos do interior — Guarda, Vila Real e Bragança, respectivamente com 97 834; 93 498 e 83 998 emigrantes cada.

Curiosamente, o distrito de Braga parece continuar para norte os maiores valores ocorridos no centro, registando por sua vez 85 966 saídas, enquanto que de Viana do Castelo terão saído 51 307 emigrantes, quantitativo inferior ao registado em Leiria, com 56 971. Igualmente notável foi a emigração proveniente dos distritos de Lisboa e de Faro, com 32 536 e 31 623 emigrantes cada. Com cerca de metade destes valores, assinalamos Santarém e C. Branco, com 16 944 e 15 267 emigrantes cada, já que as saídas ocorridas em Beja, Portalegre e Évora — 4454, 3500 e 1321 respectivamente — foram menos significativas.

Segundo o Boletim da Junta de Emigração de 1953 ⁴⁴, a emigração do distrito de Setúbal só a partir de 1927 é referida, dando-a por nula antes dessa data os anuários do I.N.E. Por isso os valores deste distrito são muito reduzidos: apenas 891 saídas. De 1954 até à actualidade, os elementos que recolhemos permitem-nos analisar as origens — a nível de distritos e de concelhos — tarefa que tentamos sistematizar por quinquénios, atendendo desta feita aos seus valores globais.

B — DE 1955 A 1974

1. 1955/1959

Entre 1955 e 1959 o número de portugueses que deixaram legalmente o território foi de 119 733, valor ainda diminuto se comparado com o dos períodos seguintes (Quadro XI). Os maiores contingentes partiram ainda dos distritos de Aveiro, com 15 109 emigrantes, do Porto com 15 012 e de Viseu com 14 616, já conhecidos como sendo as áreas mais afectadas por este movimento. Aí destacamos os concelhos de Vagos, Oliveira do Bairro e Cantanhede (com pouco mais de um milhar de emigrantes) por registarem não só as maiores perdas, mas porque, se atendermos aos destinos desta emigração, notamos uma grande preferência nas saídas para o Brasil e para a Venezuela, dois dos primeiros países escolhidos por emigrantes desta região. Assim, enquanto no primeiro caso a emigração para o Brasil representou cerca de 54,3% do total e para a Venezuela 38,5%, em Cantanhede essa percentagem foi de 74,7%, e 20,7% respectivamente. Já em Oliveira do Bairro, as saídas para a Venezuela

representaram 63,5% do total e as correspondentes para o Brasil totalizaram 30,1% desse valor.

Igual comportamento, no que respeita à emigração para a Venezuela, é o que assinalamos nos concelhos de Estarreja e de Oliveira de Azeméis, onde representou cerca de 52% dos cerca de 1,1 milhares de emigrantes que daí se ausentaram, durante o mesmo período.

Já em Arouca por exemplo, as saídas para o Brasil tornaram-se preponderantes: 1087 em 1238 emigrantes, à semelhança do que notamos nos concelhos mais interiores de Castro de Aire e de Cinfães, absorvendo cerca de 99% desse movimento.

Comportamento idêntico é o que podemos assinalar nos concelhos da Feira, Vila Nova de Gaia e Maia. Assim, do primeiro daqueles concelhos (2079 saídas) 55,5% destinaram-se ao Brasil e 39,2% à Venezuela; do segundo, (2136 saídas) 43,5% destinaram-se ao Brasil e 48,0% à Venezuela; e finalmente na Maia, de um total de 1013 emigrantes, 37,9% dirigiram-se para o Brasil e 42,3% para a Venezuela.

No que respeita à emigração total, foram ainda consideráveis as saídas provenientes dos concelhos do Porto: 1915 emigrantes; Chaves: 1825; Barcelos: 1739; Póvoa de Varzim: 1642; Ponte de Lima: 560 e Viana do Castelo: 1526; e ainda no concelho da Guarda, com 1609 emigrantes. Destacamos ainda outros valores, estes de concelhos onde a emigração para o Brasil, foi já inferior à dos restantes países. Assim aconteceu no Sabugal, onde esse movimento se terá incrementado depois da II Guerra Mundial devido à acção de antigos emigrantes e contrabandistas, ou mesmo em Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, onde predominavam já as saídas para França. No primeiro caso, de um total de 1307

QUADRO X
EMIGRAÇÃO OFICIAL NO CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA (1900-1954)

	1900-1954					Total	%	
	1900-1909	1910-1918	1920-1929	1930-1939	1940-1949			
Aveiro	31 402	34 322	40 544	15 470	10 669	16 879	149 286	10,7
Beja	733	2 431	694	226	149	221	4 454	0,3
Braga	19 697	23 030	21 637	7 728	3 496	10 378	85 966	6,2
Bragança	12 407	34 807	14 858	5 635	3 718	12 573	83 998	6,0
Castelo Branco	1 403	5 174	4 673	1 271	819	1 927	15 267	1,1
Coimbra	26 128	32 157	28 761	7 864	4 934	10 346	110 190	7,9
Évora	203	381	397	136	49	155	1 321	0,1
Faro	2 423	6 525	10 681	5 293	2 506	4 195	31 623	2,3
Guarda	15 833	32 571	22 719	8 197	5 693	12 821	97 834	7,0
Leiria	9 051	18 289	16 552	4 633	1 795	6 651	56 971	4,1
Lisboa	5 585	9 311	10 587	1 885	1 531	3 737	32 536	2,3
Portalegre	227	470	1 095	1 428	86	194	3 500	0,3
Porto	34 220	37 784	43 138	14 810	8 028	20 897	158 877	11,4
Santarém	1 778	4 335	5 542	1 776	824	2 689	16 944	1,2
Setúbal	—	—	—	122	148	946	766	0,0
Viana do Castelo	12 086	13 521	9 893	4 989	2 836	7 982	51 307	3,7
Vila Real	21 516	33 138	18 071	6 950	3 414	10 409	93 498	6,7
Viseu	38 831	50 743	41 153	17 859	9 831	21 684	179 101	12,9
<i>Total (Continente)</i>	233 523	338 989	290 895	106 272	59 526	144 234	1 173 439	84,2

QUADRO X (continuação)

EMIGRAÇÃO OFICIAL NO CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA (1900-1954)

	1900-1954					Total	%	
	1900-1909	1910-1918	1920-1929	1930-1939	1940-1949			1950-1954
Angra do Heroísmo	14 143	27 655	5 320	1 055	795	1 142	50 110	3,6
Horta	9 270	6 303	3 265	259	208	400	19 705	1,4
Ponta Delgada	33 686	24 563	7 802	1 848	1 570	4 092	74 461	5,3
Funchal	16 298	17 946	17 627	8 800	15 625	400	76 696	5,5
<i>Total (Ilhas)</i>	73 397	76 467	34 911	11 962	18 198	36 034	220 972	15,8
<i>Total geral</i>	306 920	415 456	325 809	118 234	77 724	150 268	1 394 411	100

QUADRO XI
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL NO CONTINENTE
POR QUINQUÉNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-1974)
 (Valores absolutos e em percentagens)

	1955-1959		1960-1964		1965-1969		1970-1974		1955-1974	
	Total	%								
Aveiro	15 109	12,61	13 940	9,15	28 881	7,49	21 592	9,43	79 522	8,97
Beja	398	0,33	1 111	0,72	5 904	1,53	7 398	3,23	14 811	1,67
Braga	10 337	8,63	17 175	11,28	43 040	11,16	20 848	9,10	91 400	10,31
Bragança	9 100	7,60	8 312	5,46	16 139	4,18	6 148	2,68	39 699	4,47
Castelo Branco	2 968	2,47	8 407	5,52	25 040	6,49	6 297	2,75	42 712	4,81
Coimbra	6 103	5,09	5 399	3,54	12 944	3,35	12 117	5,29	36 563	4,47
Évora	174	0,14	200	0,13	2 227	0,57	2 534	1,10	5 135	0,57
Faro	3 525	2,94	6 265	4,11	17 621	4,57	7 882	3,44	35 293	3,98
Guarda	10 275	8,58	9 995	6,56	27 543	7,14	6 436	2,81	54 249	6,12
Leiria	6 982	5,83	14 658	9,62	34 897	9,05	22 526	9,84	79 063	8,91
Lisboa	3 702	3,09	12 913	8,48	39 487	10,24	31 457	13,74	87 559	9,87
Portalegre	335	0,27	329	0,21	2 055	0,53	1 017	0,44	3 736	0,42
Porto	15 012	12,53	14 700	9,65	40 595	10,52	25 074	10,95	95 381	10,76
Santarém	3 979	3,32	7 692	5,05	16 825	4,36	10 829	4,73	39 225	4,43
Serúbal	618	0,51	1 820	1,19	9 485	2,46	8 253	3,60	20 176	2,27
Viana do Castelo	7 919	6,61	11 366	7,46	25 066	6,50	8 887	4,48	53 238	6,00
Vila Real	8 581	7,16	7 200	4,73	17 922	4,46	11 735	5,12	45 438	5,12
Viseu	14 616	12,20	10 730	7,04	19 877	5,15	17 878	7,81	63 101	7,11
<i>Total</i>	119 733	100	152 212	100	385 548	100	228 908	100	886 401	100

emigrantes, 64,0% dirigiram-se para França e nestes últimos concelhos, para um total de 1918, 1966 e 2187 saídas, 1061, 1079 e 1649, respectivamente, foram já encaminhadas para aquele país da Europa.

Outros exemplos são-nos sugeridos por Lisboa, onde das 2708 saídas registadas, 60,2% dirigiram-se para o Brasil e apenas 3,1% para a França, enquanto no concelho de Loulé, as partidas para França e para o Brasil equilibram-se, em desfavor da Venezuela. Aqui, num total de 1605 emigrantes, 10,5% dirigiram-se para o Brasil, 16,0% para a França e 39,8% para a Venezuela. Embora se tenha verificado uma diminuição da emigração quer para o Brasil e mesmo para a Venezuela, o aumento registado para a França, E.U.A. e Canadá originou um relativo alastrar deste fenómeno em todo o território nacional, que não só às áreas mais circunscritas do norte e do centro do país.

2. 1960/1964

Entre 1960 e 1964, o número global de saídas provenientes do continente foi de 152 212, verificando-se um acréscimo de 32 479 em relação ao período anterior. De entre os concelhos mais afectados destacam-se os de Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, com 4008, 4992 e 7692 saídas cada — locais onde se registavam as maiores preferências para França, de 76,5%, 74,5% e 88,1% respectivamente. Igual tendência manifestou-se ainda no concelho da Covilhã, já que das 3152 saídas aí assinaladas, cerca de 85,1 % dirigiram-se também para aquele país. Nos concelhos contíguos do Fundão e de Castelo Branco, para um total de 1166 e 2170 emigrantes em cada, cerca de 1006 e 1769, respectivamente, dirigiram-se

para França, já que no Sabugal, a percentagem dos emigrantes para este país representou mais de 92% das 2510 saídas legais, ocorridas nesse período.

Repare-se, no entanto, que a emigração para o Brasil foi ainda sensível noutras áreas, em particular em todo o distrito de Viseu (1241 saídas na sede do concelho) mantendo-se elevada no distrito de Aveiro, nomeadamente em Arouca e mesmo em Vila da Feira, com cerca de nove centenas de emigrantes cada.

O acréscimo generalizado da emigração para França foi, no entanto, o grande responsável pelo aumento da emigração noutras regiões, em particular do norte do país. Citemos, a propósito, Braga e Viana do Castelo onde, no primeiro caso, as saídas para este país constituíram as grandes preferências da emigração, salvo em Barcelos e Esposende, onde as partidas para o Brasil representaram ainda mais de 40% da emigração oficial. Nos restantes concelhos do mesmo distrito, esses valores oscilaram entre os 55,3% e os 79,6%, representando respectivamente 863 e 2515 saídas nos concelhos de Vila Verde e Guimarães. Para o distrito de Viana do Castelo, o aumento mais significativo foi o que se verificou na sede do distrito — 3749 emigrantes — das quais 83,5% para França, já que, nos restantes concelhos, apenas em Ponte de Lima a emigração para o Brasil logrou superar a que se dirigiu para este último país, assinalando-se respectivamente 738 saídas para o Brasil e 632 para França.

Dos muitos exemplos que poderíamos citar, terminamos com o de Lisboa: durante este período, dos 8868 emigrantes que daqui se ausentaram, 13,2% dirigiram-se para o Canadá, 20,2% para a França e 28,8% para o Brasil.

Quanto ao movimento por distritos, podemos dividi-los em dois grupos: os que já no período anterior apresentaram um forte contingente emigratório e os que continuaram a apresentar uma emigração relativamente reduzida. Estão no primeiro caso Aveiro, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real, Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Bragança.

No segundo grupo situamos os distritos de Faro, Santarém, Setúbal, Beja, Portalegre e Évora, realçando a oposição entre o norte e o sul do país quanto à participação nesse processo emigratório.

3. 1965/1969

Entre 1965 e 1969 a emigração sofreu um acréscimo considerável tendo-se registado no continente a saída de 385 548 emigrantes. Na sua maior parte estes dirigiram-se para a França — 68,4% — e para a Alemanha — 10,8% — tendo a emigração para o Brasil representado apenas 3,5% daquele total, a que se dirigiu para o Canadá 3,5% e para os E.U.A. 5,1%.

De entre os vários concelhos que apresentaram maior número de emigrantes, destacamos os de Braga, Guimarães e Santo Tirso, respectivamente com 5679, 9902 e 6926 emigrantes; Vila Nova de Gaia com 5277; Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém respectivamente com 8367, 8262 e 5958; Lisboa com 20 527 e Loulé com 5841 emigrantes. No interior foram os de Sabugal, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, respectivamente com 7280, 6903, 5425 e 5066 emigrantes cada.

Com excepção dos concelhos de Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e de Lisboa (em que se verificou uma maior diversificação nos destinos dos emigrantes), todos

os restantes apresentaram uma nítida preferência pela emigração para a França. Assim aconteceu em Viana do Castelo, Vila Nova de Ourém, Castelo Branco, Fundão e Sabugal, onde as saídas para este país ultrapassaram os 90%, chegando mesmo a atingir os 97,2% no Sabugal.

Nos três primeiros exemplos — Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Lisboa — a par das saídas para a França, que representaram 59,6% da emigração total no primeiro caso, 51,4% no segundo e 34,0% no terceiro, assistiu-se a uma certa diversificação no que concerne às restantes partidas. Assim, em Santo Tirso, a emigração para a Alemanha absorveu ainda 31,6% do movimento global desse concelho; as saídas para a Venezuela e para a África do Sul atingiram em Vila Nova de Gaia 18,5% para cada um dos casos e em Lisboa as saídas para a Alemanha e para os E.U.A., representaram respectivamente 20,8% e 13,7% do total. Quanto à sua importância por distritos, notamos apenas alguns dos mais significativos: caso de Braga, Porto, Lisboa e Leiria com 43 040, 40 595, 39 487 e 34 897 emigrantes cada, já que dos outros menos afectados, destacamos Setúbal com 9485 emigrantes; Beja com 5904; Évora com 2227 e finalmente Portalegre com 2055.

4. 1970/1974

O aparente decréscimo da emigração neste período deve-se, por um lado ao aumento dos clandestinos, e por outro lado às medidas restritivas impostas pela Alemanha e mesmo pela França, que fizeram baixar a emigração nos últimos meses de 1974. Deste modo apenas um dos concelhos — o de Lisboa — apresenta um número considerável de emigrantes: 15 756. Seguem-se os

concelhos de Santo Tirso com 5357 e os de Guimarães e de Pombal, com 4759 e 4843 emigrantes cada. Com exceção deste último concelho, e mesmo do de Vila Nova de Ourém (3321) onde continuaram a persistir valores elevados da emigração para França (81,0% da emigração total em Pombal e 75,9% em Vila Nova de Ourém) nos restantes mantiveram-se ainda preponderantes as saídas para a Alemanha e mesmo para os outros países, como demos conta anteriormente. Destacamos, a propósito, os valores relativos aos concelhos de Santo Tirso, Viseu e Vila Nova de Famalicão, onde as saídas para a Alemanha representaram ainda 71,3%, 70,2% e 60,7% da emigração total, quando em Lisboa os 7192 emigrantes para este país representaram apenas 45,6% desse movimento. Quanto à emigração para os E.U.A., foi relevante nos concelhos de Chaves e de Montalegre, onde absorveu cerca de 45,9% e 56,9% do total.

Como era de esperar, a distribuição desse fenómeno no território apresenta muitas lacunas, não se circunscrevendo às áreas anteriormente assinaladas, mas difundindo-se a outras regiões, nomeadamente às áreas fronteiriças e ao interior do país. Assim, dos 228 908 emigrantes estimados durante esse período, 85 582 dirigiram-se para a Alemanha e 80 196 para França, sendo os restantes distribuídos pelos habituais países receptores da nossa mão-de-obra, nomeadamente os E.U.A. e o Canadá, a quem couberam respectivamente 9,4% e 5,8% daquele total. A nível dos distritos, destacamos ainda Lisboa com 31 457 emigrantes; Porto com 25 074; Leiria com 22 526; Aveiro com 21 592; e Braga com 20 848 emigrantes. Parcialmente alterada foi a posição de alguns já nossos conhecidos, visto que os menores valores

cabem agora a Guarda e a Castelo Branco, com 2,8% daquele total; a Bragança 2,7%; a Évora 1,1% e a Portalegre com 1017 emigrantes, representando apenas 0,4% daquele valor.

5. 1955/1974

Como notamos anteriormente, entre 1955 e 1974 as áreas de maior emigração distribuíram-se irregularmente pelo país, com maior incidência no litoral e a norte do rio Tejo (A-14). Salientemos a propósito a sua importância no concelho de Lisboa, com 47 859 emigrantes — o que corresponde a cerca de 5,4% da emigração do continente — e de outros núcleos como Leiria, Pombal (com 19 063 emigrantes) correspondendo a 1,8% desse total.

No norte, individualizamos um outro núcleo constituído pelos concelhos de Guimarães, Santo Tirso e Braga (18 499, 14 684 e 12 888 emigrantes cada), correspondendo a cada um destes 2,1%, 1,7% e 1,4% das 886 401 saídas oficiais estimadas para o continente, durante o mesmo período. À exceção do concelho de Lisboa, onde o maior número de emigrantes se dirigiu para a Alemanha (12 121 para este país e 10 923 para a França), nos restantes predominou a emigração para este último país, salvo em Santo Tirso, onde praticamente se igualaram: 6376 emigrantes para França e 6021 para a Alemanha. Entre outros exemplos, contamos ainda com os concelhos de Viana do Castelo: 14 445 emigrantes; Vila Nova de Gaia e Vila da Feira: 12 687 e 11 110 emigrantes; e ainda Viseu: 11 699; Covilhã e Sabugal com 12 739 e 11 362 emigrantes, o que corresponde em média, a cerca de 1,5% do total das saídas legais registadas no continente.

Com excepção de Loulé — 11 816 saídas — os outros concelhos onde se manifestaram as maiores preferências para França pertencem a áreas de forte emigração, salvo em Viseu, onde as saídas para a Alemanha (em número de 5207), superaram as restantes. Quer neste concelho, quer ainda em Vila Nova de Gaia e em Vila da Feira a emigração para o Brasil foi numerosa, a que se juntou, nestes dois últimos exemplos, um número assinalável de partidas para a Venezuela.

Em relação aos demais concelhos do continente vários exemplos poderíamos ainda referir, quer pelo elevado número de emigrantes, quer ainda pelo seu contributo em relação ao total deste movimento. Limitamos por agora a apresentação destes resultados, não por nos merecerem menos atenção, mas tão somente porque a sua indicação tornaria mais extensa a breve nota que apresentamos sobre os destinos deste movimento.

Embora os dados que temos vindo a referir digam sobretudo respeito à emigração oficial, desprezando assim uma parcela bastante significativa — a das saídas clandestinas —, pensamos que a sua utilização foi particularmente útil para a avaliar a extensão e as dimensões deste fenómeno que, embora reduzido na actualidade, tem sido relevante ao longo da nossa história.

Primeiramente dominada pelo Brasil e por outros países do continente americano, a emigração portuguesa, cujas raízes se perdem nos alvares dos Descobrimentos, só em data recente veio a alterar-se, passando a dirigir-se para os países industrializados na Europa Ocidental. Foi o que procuramos demonstrar analisando a génese e evolução deste movimento, que realça não só a mudança daqueles fluxos, mas ainda os novos padrões de distribuição espacial, no continente e nas regiões

autónomas dos Açores e da Madeira. Ainda que fazendo fé nos dados da emigração oficial, não deixamos de notar a maior importância assumida pela emigração no continente, que representou mais de 80% do total das saídas legais contabilizadas entre 1955 e 1975. Do mesmo modo é ainda do maior interesse assinalar a persistência de numerosos núcleos-concelhos com características «sui-generis», quer quanto ao volume, quer sobretudo às preferências manifestadas.

Daí o referirmos este processo como sujeito a «uma difusão em cadeia», a partir quer de alguns concelhos isolados, quer de grandes manchas caracterizadas por uma certa homogeneidade, não apenas de volume de partidas, como de preferências, que de algum modo sugerem uma leitura idêntica deste complexo fenómeno que é o da emigração.

II / NOS AÇORES E NA MADEIRA

A — TÓPICOS PARA UMA EVOLUÇÃO

Um dos aspectos mais significativos da corrente emigratória a partir das actuais regiões insulares é a sua antiguidade, facto que vem acontecendo desde os finais do século XVII, quando estas zonas de colonização se tornaram, no dizer de M. Godinho em núcleos de irradiação de emigrantes «enviando grupos de famílias inteiras para o Brasil, para Moçambique e mais tarde para a América do Norte»⁴⁵. Este movimento já nos finais do século XIX era considerável e apresentava uma certa especialização nos destinos dos emigrantes, de onde salientamos as preferências das saídas provenientes dos Açores para os E.U.A. e da Madeira para África, Oceania e continente Sul Americano. Com efeito já O. Martins⁴⁶ assinala, só no período compreendido entre 1880 e 1888, a saída de «33 510 emigrantes (açorianos) para a América, sendo uma grande parte, mas longe da totalidade, para o Brasil». Como justificação, aponta a intensidade de relações entre os Açores (principalmente o Faial) e os E.U.A., considerando bastante antiga esta corrente emigratória para a «antiga América Inglesa»⁴⁷.

Na sua origem deve situar-se, certamente, o recrutamento de pescadores que os navios baleeiros americanos iam fazer aos Açores — e daí, a enorme fixação desta população em território estadunidense, especialmente na Califórnia. Este facto não é específico apenas desta área dos E.U.A., mas de outras regiões costeiras como a do Estado de Massachusetts, onde desde o século XIX se têm acolhido muitos outros açorianos, cuja principal actividade continua a ser a pesca ⁴⁸.

No que respeita à emigração madeirense, além do continente africano, para onde terão sido transportados «colonos que o governo Português mandou trazer para a estação de Huíla, no planalto interior de Moçâmedes» ⁴⁹ a população local repartiu-se ainda pelas ilhas de Sanduíche na Oceania (3677 emigrantes entre 1880 e 1888), Brasil e a Guiana Inglesa (Demerara), que segundo O. Martins ⁵⁰ «outrora representou a direcção principal da emigração madeirense».

Para um período mais recente, os dados já referidos no Quadro X permitem-nos ajuizar sobre a dimensão global do fenómeno, a nível de distritos, considerando para o efeito o movimento global de saídas ocorridas entre 1900 e 1954. Verifica-se, assim, que, dos 1 394 411 emigrantes naturais do continente e das ilhas, 84,2% eram provenientes dos distritos do continente e os restantes 15,8% dos distritos do Funchal com 5,5%; de Ponta Delgada com 5,3%; de Angra do Heroísmo com 3,6%; e da Horta com 1,4%. Comparativamente, referimos que os valores da emigração no Funchal ou mesmo em Ponta Delgada foram numericamente inferiores aos já citados para Braga ou mesmo Bragança, superando por sua vez

os correspondentes a Leiria. Em termos reais, assinalamos 76 696 saídas no Funchal; 74 461 em Ponta Delgada; 50 110 em Angra do Heroísmo e apenas 19 705 no distrito da Horta.

Vejamos o que se terá passado de 1955 a 1974, data já referida por coincidir com o termo dos ciclos «europeu» e «americano», devido à suspensão da emigração na maior parte dos países até então receptores de mão-de-obra.

B — DE 1955 A 1974

1. 1955/1959

Entre 1955 e 1959 é de assinalar o grande número de emigrantes naturais do Funchal — 22 193 — dos quais 43,8% dirigiram-se à Venezuela; 53% ao Brasil e 15,8% à África do Sul. Verifica-se deste modo, um decréscimo no que respeita à emigração para outros países, nomeadamente para as Antilhas, que entre 1944 e 1954 absorveram 8% das 36 705 saídas registadas nesse distrito (Quadro XII). Por concelhos, os maiores valores couberam ao Funchal com 5291 emigrantes; Calheta com 3576; Santa Cruz com 2822; Câmara de Lobos com 2293 e ainda Ribeira Brava com 2126. Embora repartidos pelo Brasil, Venezuela e África do Sul, verifica-se que apenas nos concelhos de Câmara de Lobos e Ribeira Brava a emigração para a Venezuela foi preponderante, representando respectivamente 58,7% e 70,7% do total. Por sua vez as saídas para o Brasil foram numerosas quer no próprio concelho do Funchal, quer mesmo em Santa Cruz, representando respectivamente 43,8% e 37,1% da emigração ocorrida nesses concelhos.

Nos Açores, os maiores valores registaram-se no distrito de Ponta Delgada com 9323 emigrantes, que se dirigiram na sua maior parte para o Canadá e mesmo para os E.U.A., cabendo-lhes 60,9% e 27,3% daquele todo. A emigração para o Brasil absorveu apenas 7,6%, apresentando-se praticamente nulo o movimento para a África do Sul ou mesmo para a Venezuela, facto aliás comum aos restantes distritos do arquipélago. Nos distritos da Horta e de Angra do Heroísmo, o total de emigrantes ascendeu a 4592 e 1502, respectivamente, das quais 70,8% dirigiram-se para os E.U.A. e 27,9% para o Canadá. Só no distrito de Angra do Heroísmo é que as saídas para o Brasil merecem, no entanto, ser consideradas, visto se limitarem apenas a 233 emigrantes, representando 2,7% da emigração total já que por concelhos, os maiores valores situam-se em Ponta Delgada e Ribeira Grande, com 3877 e 2010 respectivamente.

2. 1960/1964

No período seguinte, ou seja entre 1960 e 1964, a situação manteve-se relativamente estável, apesar do pequeno aumento verificado — 41 860 emigrantes — dos quais 21 139 provenientes da Madeira e 20 721 dos Açores. Nota-se ainda um aumento da emigração proveniente de Ponta Delgada, com 13 779 emigrantes. Deste total, 8542 dirigiram-se para o Canadá e 4344 para os E.U.A.

Por sua vez nos distritos da Horta e em Angra do Heroísmo, para um total de 3591 e 3351 saídas respectivamente, mais de 60% dirigiram-se para este último país, quedando-se em cerca de 30% apenas a

QUADRO XII

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL NOS AÇORES E MADEIRA
 POR QUINQUÊNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-1974)
 (Valores absolutos e em percentagens)

Distritos	1955-1959		1960-1964		1965-1969		1970-1974		1955-1974	
	Total	%								
Angra do Heroísmo	1 502	3,99	3 351	8,00	11 032	16,50	11 360	17,52	27 245	12,90
Horta	4 592	12,20	3 591	8,57	6 007	9,07	5 547	8,55	19 737	9,34
Ponta Delgada	9 323	24,78	13 779	32,91	34 522	51,65	31 242	48,18	88 866	42,09
Açores	15 417	40,99	20 721	49,50	51 561	77,14	48 149	74,28	135 848	64,34
Funchal	22 193	59,00	21 139	50,49	15 273	22,85	16 671	25,71	75 276	35,65
<i>Totais</i>	37 610	100	41 860	100	66 834	100	64 820	100	211 124	100

emigração para o Canadá. Recorde-se a propósito que a emigração para os E.U.A. foi acrescida, em virtude do acolhimento dado pelo governo americano a muitos sinistrados do Vulcão dos Capelinhos medida que veio ainda a beneficiar muitos outros açorianos.

No que respeita ao movimento proveniente da Madeira, registamos um aumento de 1437 saídas em relação ao período anterior (11 148 emigrantes), verificando-se um decréscimo da emigração para o Brasil, quer mesmo para a África do Sul, representando respectivamente 28,5% e 13,3% da emigração total. A nível de concelhos, os maiores valores ocorreram no Funchal, com 5566 emigrantes; Calheta com 2967; Câmara de Lobos com 2537; Santa Cruz com 2477 e Ribeira Brava com 2176. Por países de destino, constata-se que a emigração para a África do Sul foi preponderante no concelho de Calheta, com 1193 emigrantes, ao passo que em Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Santa Cruz, o maior número de saídas verificou-se para a Venezuela, respectivamente com 1767, 1656 e 1323 emigrantes. Já no Funchal apesar da grande preferência por este país (2150 partidas), a emigração para o Brasil continuou preponderante: 2242 emigrantes.

3. 1965/1969

De 1965 a 1969, começamos por assinalar a redução das saídas provenientes da Madeira — 15 273 emigrantes — em oposição ao que se verificou nos Açores. Este aumento, deve-se fundamentalmente ao acréscimo da emigração para os E.U.A.: 30 996 emigrantes (apenas 8793 no período anterior). Igualmente as saídas para o Canadá passaram de 10 979 entre 1960 e 1964 para 19

216, das quais 15 513 provenientes do distrito de Ponta Delgada. Nos distritos de Horta e em Angra do Heroísmo manteve-se importante a corrente emigratória para o Canadá — 2468 emigrantes no segundo distrito e 1235 no primeiro — ao mesmo tempo que se incrementaram as saídas para os E.U.A. em número de 8490 em Angra e de 4761 na Horta. Por concelhos, os maiores valores cabem às respectivas sedes dos distritos, a saber: 3256 emigrantes na Horta; 5123 em Angra do Heroísmo e 15 190 em Ponta Delgada.

No distrito do Funchal, a quebra da emigração deve-se fundamentalmente à sua redução para a África do Sul e para o Brasil — apenas 772 e 1514 emigrantes — pois que se manteve praticamente inalterável a emigração para a Venezuela (11 685 emigrantes), representando 76,5% da emigração total registada nesse distrito. Embora em valor diminuto (218 saídas depois de 1967, já que até então estas vinham englobadas nos outros países), o aparecimento da emigração para o Reino Unido surge por influências do turismo, mobilizando alguns trabalhadores, sobretudo do ramo hoteleiro.

4. 1970/1974

Entre 1970 e 1974, enquanto no continente a emigração decaiu para os níveis já anteriormente referidos, nas ilhas manteve-se praticamente inalterável, embora com ligeira redução de 3412 saídas nos Açores e um aumento de 1398 na Madeira. Globalmente, as partidas do distrito do Funchal foram calculadas em 16 671, das quais 68,7% com destino à Venezuela; as provenientes de Ponta Delgada ascenderam a 31 242; as

de Angra do Heroísmo a 11 360 e as do distrito da Horta atingiram as 5547.

Em percentagem, a emigração para o Canadá representou 61,7% do total no distrito de Ponta Delgada; 37,1% em Angra do Heroísmo e 38,2% na Horta. Por sua vez, as saídas para os E.U.A. representaram 36,4% em Angra e 61,6% no distrito da Horta.

5. 1955/1974

Numericamente menos importante que no continente, a emigração nas ilhas não deixa igualmente de revestir um certo significado, sobretudo no que concerne aos principais destinos dos emigrantes. Limitar-nos-emos, para já, a analisar os valores globais da emigração por distritos e por concelhos de origem. Assim, entre 1955 e 1974, o número de saídas legais provenientes das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, elevou-se a 211 124, das quais 75 276 provenientes do distrito do Funchal.

Das restantes, ao distrito de Ponta Delgada cabe o maior quantitativo, com 88 866 saídas; ao distrito de Angra do Heroísmo 27 245; e ao distrito da Horta 19 737 emigrantes.

Como já anteriormente foi assinalado, são os concelhos sedes dos respectivos distritos que apresentam os maiores valores, a saber: *Arquipélago dos Açores* — Angra do Heroísmo: 11 915 saídas; Horta: 11 183; Ponta Delgada: 36 346 e ainda o concelho de Ribeira Grande: 20 252 (este último do distrito de Ponta Delgada) (A-15). Quanto à *Madeira*, os maiores valores repartem-se pelos concelhos do Funchal: 18 148; Calheta: 10 498; e Câmara de Lobos: 10 030 emigrantes (A-16). Relativamente ao seu total, é a estes concelhos que cabem as maiores

percentagens: Ponta Delgada: 17,1%; Ribeira Grande: 9,6%; Funchal: 8,6%; Angra do Heroísmo: 5,6%; Horta: 5,3%; Calheta: 5,0%; e Câmara de Lobos: 4,8%.

Nos restantes são bastante inferiores, cabendo ao concelho de Porto Santo a percentagem mais diminuta — 0,1% — correspondendo apenas a 206 saídas. Isoladamente, a emigração proveniente do distrito do Funchal representou 35,7% do total e a da Ponta Delgada 42,1%, valor que contribuiu para os acréscimos referentes à região autónoma dos Açores, com 64,3% do total das saídas registadas nas ilhas.

Em relação ao movimento global proveniente dos Açores e da Madeira, verificou-se que dos 211 124 emigrantes que entre 1955 e 1974 daí se ausentaram, 69 236 dirigiram-se para os E.U.A.; 64 031 para o Canadá e 44 290 para a Venezuela (Quadro XIII). Ainda consideráveis foram as saídas para o Brasil e mesmo para a África do Sul, representando 8,2% e 3,6% daquele total, enquanto que a emigração para a Europa foi, como já dissemos, praticamente diminuta.

Esta situação contrasta com a que referimos para o continente já que, neste caso, a emigração para a França — com 422 102 emigrantes legais — superou a dos restantes países (Quadro XIV). Globalmente, e tendo em conta apenas os valores da emigração legal, o movimento para este país representou 38,5% das 1 097 525 partidas estimadas no continente e ilhas entre 1955 e 1974, e a Alemanha 11,9% desse total (Quadro XV). No que respeita à emigração transoceânica, os mesmo quantitativos referem-se ao Brasil — 169 238 emigrantes — seguindo-se por ordem decrescente o Canadá, a Venezuela e a África do Sul, aos quais cabem respecti-

vamente 9,2%, 6,9% e 2,0% do total das saídas legais, oriundas do continente e ilhas.

Como em devido tempo assinalámos o fenómeno emigratório tem sido distinto nas diferentes áreas do continente e mesmo naqueles territórios, o que se pode verificar não só pelo número de emigrantes, mas igualmente pelas suas preferências. O Quadro XVI sistematiza parte desse movimento, referindo o contributo de cada um dos distritos na composição da emigração, para os diferentes países considerados.

O mesmo se poderá realçar através da análise do Quadro XVII, que refere o contributo de cada distrito em relação às saídas globais, registadas entre 1900 e 1974 no continente, nos Açores e na Madeira. Com efeito, dos quase 2,5 milhões contabilizados durante este período, 82,7% eram oriundos dos distritos do continente, com particular destaque para o Porto, Viseu e Aveiro, que contribuíram respectivamente com 10,2%; 9,7% e 9,2% daquele total. No que concerne às regiões autónomas, a maior percentagem coube a Ponta Delgada, com 6,6%, e ao Funchal com 6,1%, de onde terão saído, respectivamente, 163 327 e 151 972 emigrantes.

QUADRO XIII

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO NOS AÇORES E MADEIRA
 POR QUINQUÊNIOS E DISTRITOS DE ORIGEM (1955-1974)
 (Valores absolutos e em percentagens)

Países de destino	1955-1959		1960-1964		1965-1969		1970-1974		1955-1974	
	Total	%								
África do Sul	3 520	9,35	2 810	6,71	783	1,17	386	0,59	7 499	3,55
Canadá	7 512	19,97	11 085	26,48	19 340	28,93	26 09	40,25	64 031	30,32
E.U.A.	6 831	18,16	8 973	21,43	31 142	46,59	22 290	34,38	69 236	32,79
Brasil	8 751	23,26	6 434	15,37	1 536	2,29	497	0,76	17 218	8,15
Venezuela	9 760	25,95	11 179	26,70	11 755	17,58	11 596	17,88	44 290	20,97
Alemanha	—	—	—	—	11	0,01	76	0,11	87	0,00
França	10	0,02	36	0,08	60	0,08	842	1,29	948	0,04
<i>Totais</i>	37 610	100	41 860	100	66 834	100	64 820	100	211 124	100

QUADRO XIV
COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL NO CONTINENTE
POR QUINHÊNIOS E PAÍSES DE DESTINO (1955-1974)
 (Valores absolutos e em percentagens)

Países de destino	1955-1959		1960-1964		1965-1969		1970-1974		1955-1974	
	Total	%								
África do Sul	833	0,69	1 872	1,22	10 331	2,67	1 740	0,76	14 776	1,66
Canadá	3 804	3,17	7 365	4,83	12 597	3,26	13 315	5,81	37 081	4,18
E.U.A.	2 878	2,40	6 734	4,42	19 528	5,06	21 546	9,41	50 686	5,71
Brasil	81 700	68,23	51 732	33,98	13 440	3,48	5 148	2,24	152 020	17,15
Venezuela	11 231	9,38	6 599	4,33	7 775	2,01	5 316	2,32	30 921	3,48
Alemanha	—	—	—	—	41 593	10,78	85 592	37,39	131 053	14,78
França	12 988	10,48	65 088	42,76	263 830	68,42	80 196	35,03	422 102	47,61
Totais	119 733	100	152 212	100	385 548	100	228 988	100	886 401	100

QUADRO XV

COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO OFICIAL NO CONTINENTE E ILHAS
POR QUINQUÊNIOS E PAÍSES DE DESTINO (1955-1974)
(Valores absolutos e em percentagens)

Países de destino	1955-1959		1960-1964		1965-1969		1970-1974		1955-1974	
	Total	%								
África do Sul	4 353	2,76	4 682	2,41	11 114	2,45	2 126	0,72	22 275	2,02
Canadá	11 316	7,19	18 450	9,50	31 937	7,05	39 409	13,41	101 112	9,21
E.U.A.	9 709	6,17	15 707	8,09	50 670	11,20	43 836	14,92	119 922	10,92
Brasil	90 451	57,48	58 166	29,97	14 976	3,31	5 645	1,92	169 238	15,41
Venezuela	20 991	13,34	17 778	9,16	19 530	4,31	16 912	5,75	75 211	6,85
Alemanha	—	—	—	—	41 604	9,19	85 668	29,16	131 140	11,94
França	12 998	8,26	65 124	33,55	263 890	58,33	81 038	27,58	423 050	38,54
<i>Total geral</i>	157 343	100	194 072	100	452 382	100	293 728	100	1 097 525	100

QUADRO XVI

CONTRIBUTO DE CADA DISTRITO EM RELAÇÃO À EMIGRAÇÃO TOTAL: 1955-1974
(Valores em percentagem)

	África do Sul	Canadá	E.U.A.	Brasil	Venezuela	Alemanha	França	Total									
Aveiro	16,2	10,7	9,9	3,6	17,6	7,5	11,2	10,1	51,8	21,3	4,8	4,8	5,5	5,5	9,0	7,3	
Beja	0,6	0,4	1,5	0,5	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	4,8	4,8	1,4	1,3	1,4	
Braga	2,0	1,4	4,7	1,7	1,8	0,8	8,2	7,4	4,0	1,7	9,3	9,3	14,0	14,0	10,3	8,3	
Bragança	0,4	0,3	1,9	0,7	0,4	0,2	10,9	9,8	0,1	0,1	3,7	3,7	3,9	3,9	4,5	3,6	
Castelo Branco	1,5	1,0	4,7	1,8	0,9	0,4	1,8	1,6	1,6	0,6	1,9	1,9	7,8	7,9	4,8	3,9	
Coimbra	4,1	2,7	5,1	1,9	3,7	1,6	6,3	5,7	4,1	1,7	3,1	3,1	3,5	3,5	4,1	3,3	
Évora	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	1,3	1,3	0,6	0,5	0,6	0,5	
Faro	2,7	1,8	6,0	2,2	2,8	1,2	0,6	0,5	6,1	2,5	5,5	5,5	4,0	4,0	4,0	3,2	
Guarda	1,5	1,0	1,5	0,6	0,6	0,6	8,0	3,4	8,1	7,4	0,9	0,3	1,8	1,8	7,5	6,1	4,9
Leiria	5,3	3,5	14,6	5,3	11,1	4,7	3,8	3,4	2,6	1,1	9,0	9,0	10,9	10,8	8,9	7,2	
Lisboa	18,2	12,1	23,3	8,5	18,5	7,8	4,5	4,0	2,7	1,1	17,5	17,5	5,7	5,7	9,9	8,0	
Portalegre	0,6	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	
Porto	32,3	21,5	2,6	1,0	2,7	1,1	12,4	11,1	20,5	8,4	12,2	12,2	10,4	10,4	10,8	8,7	

Santarém	3,4	2,2	5,8	2,1	2,3	0,9	2,1	1,8	1,2	0,5	3,0	3,0	6,3	6,3	4,4	3,6
Setúbal	5,0	3,3	4,3	1,6	2,5	1,0	0,6	0,5	0,4	0,2	5,4	5,4	1,5	1,5	2,3	1,8
Viana do Castelo	1,2	0,8	9,2	3,4	5,9	2,5	4,9	4,4	1,8	0,7	1,1	1,1	8,4	8,4	6,0	4,9
Vila Real	0,7	0,4	2,6	0,9	14,4	6,1	9,2	8,3	0,4	0,2	4,1	4,1	3,9	3,9	5,1	4,1
Viseu	3,9	2,6	1,7	0,6	6,8	2,9	15,0	13,5	1,5	0,6	11,0	10,9	4,3	4,3	7,9	5,7
<hr/>																
<i>Continente a)</i>	100,0	66,3	100,0	36,7	100,0	42,3	100,0	89,8	100,0	41,1	100,0	99,9	100,0	99,8	100,0	80,8
Angra do Heroísmo ..	0,4	0,1	12,7	8,0	26,5	15,3	2,5	0,3	0,3	0,2	6,9	0,0	3,0	0,0	12,9	80,8
Horta	0,0	0,0	9,0	5,7	20,0	11,6	0,3	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	1,0	0,0	9,3	2,5
Ponta Delgada	0,2	0,1	76,5	48,5	52,0	30,0	5,6	0,6	0,3	0,2	32,2	0,0	7,3	0,0	42,1	8,1
Funchal	99,4	33,5	1,8	1,2	1,4	0,8	91,6	9,3	99,4	58,5	51,5	0,1	88,7	0,2	35,7	6,8
<hr/>																
<i>b) Açores e Madeira</i> ..	100,0	33,7	100,0	63,3	100,0	57,7	100,0	10,2	100,0	58,9	100,0	0,1	—	0,2	—	19,2
<hr/>																
a + b = <i>Total geral</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

QUADRO XVII

EMIGRAÇÃO OFICIAL CONTINENTE E ILHAS
(Valores absolutos e em percentagens)

	1900 - 1974		
	Val. absol.	%	%
Aveiro	228 808	9,2	11,1
Beja	19 265	0,8	0,9
Braga	177 366	7,1	8,6
Bragança	123 697	5,0	6,0
Castelo Branco	57 979	2,3	2,8
Coimbra	146 753	5,9	7,1
Évora	6 456	0,3	0,3
Faro	66 916	2,7	3,2
Guarda	152 083	6,1	7,4
Leiria	136 034	5,4	6,6
Lisboa	120 095	4,8	5,8
Portalegre	7 236	0,3	0,4
Porto	254 258	10,2	12,4
Santarém	56 269	2,3	2,7
Setúbal	21 067	0,8	1,0
Viana do Castelo	104 420	4,2	5,1
Vila Real	138 936	5,6	6,8
Viseu	242 202	9,7	11,8
Continente	2 059 840	82,7	100
Angra do Heroísmo	77 355	3,1	17,9
Horta	39 442	1,6	9,1
Ponta Delgada	163 327	6,5	37,8
Funchal	151 972	6,1	35,2
Ilhas	432 096	17,3	100
<i>Total (Continente e Ilhas)</i>	2 491 936	100	

PARTE III

**AS CARACTERÍSTICAS
DA EMIGRAÇÃO**

«...
vi minha pátria derramada
Na gare de Austerlitz. Eram cestos
e cestos pelo chão.
Pedaços do meu país.
Restos.
Braços.
minha pátria sem nada
sem nada
despejada nas ruas de Paris.
E o trigo?
e o mar?»

M. ALEGRE

A — A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

A caracterização que nesta parte pretendemos fazer sobre a corrente emigratória portuguesa deve ser encarada com algumas reservas, decorrentes da ausência dos valores da emigração clandestina e até da imprecisão de alguns dos elementos indicados nas estatísticas oficiais — o que condiciona muitas das conclusões que desejaríamos formular a propósito das características deste movimento, realçando, mesmo assim, as condições sociais e económicas que estiveram na sua origem, e a sua amplitude e difusão em todo o território português.

Além dos dados relativos à emigração oficial é do maior interesse considerarmos o movimento clandestino, embora tal tarefa seja duplamente dificultada:

- Pela ausência de registo dessas partidas, e mesmo pela discrepância dos elementos fornecidos pelas estatísticas oficiais portuguesas, quando confrontadas com os dados de organismos estrangeiros ⁵¹;
- Pelo desconhecimento da estrutura e composição do movimento, a que se juntam as próprias informações, tantas vezes incorrectas, dos emigrantes legais.

Mesmo assim, detenhamo-nos sobre alguns dos aspectos conhecidos deste movimento.

Como afirma M. Godinho ⁵², desde sempre a emigração clandestina, ou pelo menos não registada, foi extremamente importante. A confirmá-lo estão numerosos testemunhos referentes a épocas distintas, que atestam a extensão e actualidade deste fenómeno. Primeiro para o Brasil ⁵³ e para outros países do continente norte-americano e mais tarde para a Europa, este movimento tem-se desenrolado ao longo das décadas, sempre apoiado por inúmeras redes de engajadores que, por esta forma, prometem minimizar as dificuldades impostas pela emigração legal.

Em relação aos finais do século passado, O. Martins dá-nos um dos primeiros testemunhos sobre este movimento, referindo-se aos «emigrantes homiziados que embarcavam na ria de Vigo ou ao longo da costa da Galiza, de noite, escondidamente, como se fossem criminosos» ⁵⁴.

Representando cerca de $\frac{1}{3}$ (ou mais) da emigração legal, como refere M. Godinho ⁵⁵ reportando-se a testemunhos de Luciano Cordeiro e O. Martins, este movimento ter-se-ia dirigido inicialmente para o Brasil, que no fim do século passado funcionava como principal país importador da nossa mão-de-obra e grande acolhedor também da «torrente de indocumentados, a que organizações especializadas em tal tráfego davam escoamento, através dos portos espanhóis, principalmente de Vigo» ⁵⁶. Igualmente a Argentina e especialmente o continente norte-americano terão recebido enormes contingentes, directamente ou através de Cuba e do México para onde saíam de início, procurando alcançar este último país em data posterior.

Só que, a partir pelo menos do termo da I Grande Guerra (na qual contou a participação do exército português), J. Evangelista ⁵⁷ assinala as primeiras chegadas de portugueses indocumentados à estação de Hendaia, em número de 40 a 50 diariamente. Esta corrente, que se reacendeu especialmente para França no termo da II Grande Guerra, em virtude da carência de mão-de-obra não qualificada necessária à reconstrução e à expansão económica daquele país, incentivou-se a partir de 1960, passando a registar taxas muito superiores às anteriores. A. Barreto e C. Almeida ⁵⁸ estimam o valor dessas saídas em cerca de 25% do total da emigração legal, entre 1961 e 1965, percentagens que Aderius ⁵⁹ calcula de 44% em 1960 e de 54% em 1963.

Trabalhando com dados oficiais franceses e confrontando-os com os correspondentes publicados pela Junta de Emigração, E. S. Ferreira ⁶⁰ analisa o problema da emigração clandestina para França, estimando em mais de 450 000 as saídas não oficiais para este país, valor que ultrapassa largamente os que são indicados nas estatísticas oficiais portuguesas. De qualquer modo e servindo-nos dos dados publicados desde 1960 (Fig. 10), constata-se que este movimento ganhou maior importância entre 1969 e 1971, datas em que representou respectivamente 54,3% e 61,7% e 66,7% da emigração efectiva (emigração legal + emigração clandestina).

Embora não totalmente debelada, assistiu-se a partir daquela data a uma redução da emigração a «salto», que em 1978 acabou por representar apenas 23,9% do total.

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

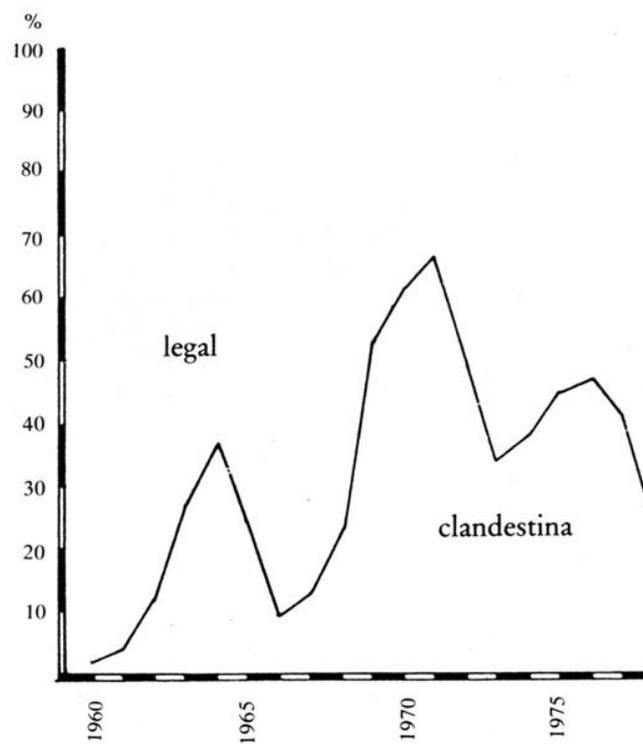


Fig. 10

B — O PREDOMÍNIO DA POPULAÇÃO ACTIVA E O SEU SIGNIFICADO

Apesar de algumas reservas que se poderão colocar quanto às ocupações e à naturalidade (ou residência) dos emigrantes e que constam dos elementos estatísticos por nós utilizados, vejamos qual terá sido a composição deste movimento durante o período da nossa escolha (Quadro XVIII).

Entre 1955 e 1974, o número de emigrantes legais ascendeu a 889 604, dos quais 44,5% declararam não exercer uma actividade económica definida. Daí, o podermos estabelecer uma relação entre as saídas destes indivíduos e os de sexo feminino, constituídas na sua maior parte por domésticas. É o que se pode comprovar se atendermos aos valores referentes aos anos de 1967, 1968 e 1974, quando a saída de emigrantes sem actividade económica definida apresentou os maiores valores — 56,1%; 64,9% e 57,5% do total — coincidindo com as partidas, em maior número, dos activos do sexo feminino. Outra nota, é a que diz respeito ao incremento deste movimento entre 1965 e 1969 e mais tarde de 1970 a 1974, devido ao acréscimo da emigração familiar.

Relativamente às ocupações declaradas pelos emigrantes, constatamos que entre 1955 e 1969 as saídas

e activos do sector primário representaram 33,6% da emigração total, diminuindo gradualmente entre 1970 e 1974, em que estes passaram a representar apenas 18,6% daquele valor. De realçar o incremento deste movimento para a Europa durante a segunda metade da década de sessenta, traduzidos por um acréscimo de emigrantes pertencentes a este sector de actividade — 91 991 indivíduos — que representaram cerca de $\frac{1}{4}$ da emigração total registada entre 1965 e 1969.

Se atendermos aos elementos disponíveis sobre a situação dos portugueses em França no ano de 1975 — onde quase 90% dos 252 680 activos nacionais aí residentes exerciam a sua actividade como operários não especializados, aprendizes e serventes ⁶¹ — compreende-se melhor a insuficiente preparação e qualificação técnica do emigrante português.

Esta mesma circunstância é demonstrada pela fraca participação dos activos do sector secundário — 194 515 saídas entre 1955 e 1974 — representando 21,9% do total ocorrido neste mesmo período. O seu máximo verificou-se em 1973 com 24 319 emigrantes, representando 36,5% desse ano, quando a emigração para a Alemanha atingiu o seu auge, o que evidencia a preferência manifestada por este país no recrutamento de indivíduos possuidores de uma certa qualificação profissional.

No que concerne ao sector III, a emigração foi pouco representativa: apenas 7,9% dos quase 900 000 indivíduos que, declarando uma actividade económica, saíram legalmente do país entre 1955 e 1974. Por se tratar de um período de transição as tendências esboçadas não foram exactamente as mesmas, já que a saída dos activos pertencentes ao sector II foi mais significativa: transição do movimento transoceânico para o intra-europeu —

QUADRO XVIII

EMIGRAÇÃO: INDICADORES VÁRIOS

Anos	Emigração total	Emigrantes de 10 e mais anos segundo condições perante o trabalho										SEXOS				Emig. isolados (%)
		Total	Com actividade económica			Sem act. econ.	Movimento		Masc.	Fem.	Movimento					
			I	II	III		Total	Intra europeu			Trans.	Intra (masc.)	Trans. (masc.)			
														Emig. total		
1955	28 796	23 980	31,9	18,3	10,3	60,5	39,5	3,7	96,3	61,2	38,2	68,0	61,0	61,8		
1956	27 017	21 675	32,3	13,9	11,3	57,5	42,5	3,4	96,6	58,5	41,5	61,8	58,4	60,9		
1957	35 356	30 012	38,5	15,5	10,6	64,6	35,4	9,7	90,3	65,4	34,6	86,5	63,3	68,2		
1958	34 030	28 207	33,0	18,1	10,5	61,6	38,4	16,7	83,3	62,1	37,9	81,3	58,9	64,6		
1959	33 458	25 878	31,4	12,0	9,2	52,6	47,4	10,9	89,1	53,9	46,1	69,3	54,0	50,9		
1960	32 318	25 028	32,9	11,1	7,4	51,4	48,6	11,7	88,3	54,2	45,8	70,9	52,0	49,8		
1961	33 526	27 463	33,5	14,5	8,4	56,4	43,6	29,4	70,6	58,4	41,6	83,9	52,8	59,4		
1962	33 539	27 591	30,0	18,2	8,5	56,7	43,3	29,0	71,0	59,2	40,8	80,9	50,9	60,7		
1963	39 519	32 994	28,2	27,3	6,8	62,3	37,7	45,5	54,5	63,6	36,4	80,9	50,4	64,9		
1964	55 646	48 288	28,4	31,1	7,0	66,5	33,5	70,9	29,1	69,3	30,7	79,2	47,3	66,4		
1965	89 056	75 152	25,8	30,2	7,7	63,7	36,3	81,5	18,5	66,4	33,6	72,0	43,4	60,9		
1966	120 239	97 725	27,2	22,2	6,4	55,8	44,2	73,4	26,2	60,0	40,0	65,2	46,5	51,5		
1967	92 502	70 567	24,9	14,5	4,5	43,9	56,1	67,9	32,1	52,0	48,0	54,4	46,5	44,0		
1968	80 452	59 728	20,9	9,2	5,0	35,1	64,9	64,1	35,9	46,5	53,5	47,6	44,2	41,2		
1969	70 165	57 040	27,8	17,6	7,3	52,7	47,3	61,1	38,0	57,5	42,3	65,2	46,0	54,9		
1970	66 360	57 587	25,5	29,0	9,0	63,5	36,5	69,1	30,9	65,3	34,7	74,9	46,7	66,4		
1971	50 400	40 260	19,2	24,1	9,5	52,8	47,2	58,4	41,6	58,0	42,0	66,6	46,8	60,4		
1972	54 084	42 041	16,2	25,7	8,7	50,6	49,4	63,5	36,5	56,5	43,5	61,8	47,7	57,9		
1973	79 517	66 690	15,9	36,5	11,0	63,4	36,6	74,8	25,2	65,0	35,0	71,4	48,2	68,1		
1974	43 397	31 698	14,4	21,6	6,5	42,5	57,5	40,1	59,9	51,5	48,5	58,7	46,6	45,3		
1975	24 811	18 172	13,0	15,6	10,7	39,3	60,7	—	—	—	—	—	—	—		

cerca de 38% dos 486 881 que saíram para países da Europa — enquanto na corrente transoceânica este valor não chegou a atingir os 10%. Outro aspecto diz respeito à maior percentagem dos activos sem actividade económica definida, em relação aos 402 763 emigrantes da corrente transoceânica, e que atingiu os 56,5%, contra apenas 34,7% no movimento intra-europeu (Quadro XIX).

Em confronto com outros dados, aqueles valores da emigração transoceânica comprovam a importância do reagrupamento familiar, sobretudo para países do continente americano.

A extrema generalização deste fenómeno e a sua maior incidência nos estratos da população adulta tiveram os seus reflexos na estrutura e na composição deste movimento, quando analisada por sexos e grupos de idades, podendo desde já acentuar-se o elevado grau de masculinidade e o predomínio da população adulta, que notamos na emigração portuguesa, como se verificou no período compreendido entre 1955 e 1974, em que a percentagem global de saídas de indivíduos do sexo masculino, representou 59,2% da emigração total. Sempre predominante, só em 1968 é que as partidas do sexo feminino — em número de 43 039 — terão excedido as saídas legais do sexo oposto, não chegando no entanto a ultrapassar os 47% desse todo. Embora isoladamente revistam pouco significado, quando comparadas com outros elementos, nomeadamente com os da emigração familiar, estes dados acentuam a relação existente entre o reagrupamento familiar e a partida dos «isolados» do sexo masculino. Foi o que se verificou nos anos de 1959, 1960, 1967 e 1974, em que não só emigraram maior número de indivíduos do sexo feminino, como também se registou uma baixa de partidas de «isolados» do sexo masculino.

QUADRO XIX

EMIGRANTES DE 10 E MAIS ANOS SEGUNDO
AS CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO
(Movimento Intra-Europeu e Transoceânico)

Anos	Intra-Europeu				Transoceânico			
	I	II	III	S/act. econ.	I	II	III	S/act. econ.
1955	18,7	49,4	2,8	29,1	32,5	17,1	10,6	39,8
1956	17,7	37,6	6,7	38,0	32,8	13,1	11,5	42,6
1957	28,1	58,8	1,5	11,6	39,6	10,8	11,7	37,9
1958	28,7	54,3	1,6	15,4	33,8	11,8	12,0	42,4
1959	24,5	46,0	2,4	27,1	32,3	7,9	9,7	50,1
1960	27,0	44,6	2,1	26,3	33,7	6,6	8,1	51,6
1961	57,7	31,9	1,8	8,6	23,4	7,2	11,2	53,2
1962	31,4	49,3	3,0	16,3	29,3	5,5	10,8	54,4
1963	27,5	51,2	4,7	16,6	28,6	7,4	8,58	55,5
1964	30,8	40,9	7,4	20,9	22,6	7,3	6,0	64,1
1965	28,6	34,7	8,2	28,5	13,7	10,5	5,4	70,4
1966	31,0	26,1	6,6	36,3	17,1	11,6	6,0	65,3
1967	27,8	16,7	3,7	51,8	18,7	9,8	6,2	65,3
1968	22,1	11,7	3,9	62,3	18,9	4,8	7,0	69,3
1969	32,3	24,3	6,5	36,9	20,5	6,3	8,7	64,5
1970	28,9	37,0	9,5	24,6	17,9	11,2	8,0	62,9
1971	21,5	33,0	10,7	34,8	15,9	11,6	7,9	61,6
1972	15,2	33,8	9,4	41,6	17,8	11,6	7,5	63,1
1973	15,1	44,6	12,2	28,1	18,0	12,4	7,4	62,2
1974	13,7	33,8	5,7	46,8	14,9	13,4	7,1	64,6
<i>Total...</i>	26,4	31,7	7,2	34,7	24,9	9,9	8,7	56,5

Relativamente às saídas para a Europa, com excepção de 1968 em que a emigração feminina representou 52,4% do total de partidas para este continente, a emigração de indivíduos do sexo masculino foi sempre preponderante, registando mesmo nos primeiros anos valores de certa importância. Assim aconteceu entre 1957 e 1964, data em que se incrementou a emigração para a França, quando esses valores não se afastaram muito dos 80% do total. Curiosamente, em 1974, após as primeiras restrições ao movimento emigratório, aumentaram as saídas do sexo feminino, o que confirma a tendência do reagrupamento familiar já em curso.

Quanto ao movimento transoceânico, a percentagem de emigrantes do sexo masculino é, no conjunto, sensivelmente idêntico ao do sexo oposto, embora com ligeira inflexão a partir de 1964, quando a emigração feminina passou a ser preponderante. Assim, entre 1955 e 1974, enquanto que os indivíduos do sexo masculino representaram 66,4% da emigração intra-europeia, relativamente ao movimento transoceânico esse valor baixou apenas para 51,0%.

Vejamos agora alguns pormenores relativos à estrutura etária. Isto porque as repercussões deste movimento nos países de imigração, quer nos da emigração, são tanto maiores quanto mais importante for a parcela de jovens e adultos que nele tomarem parte. Em relação aos países de origem, estas saídas reflectem a fraqueza dos sistemas produtivos e a fragilidade dos salários e de segurança social, determinantes de um desemprego real ou latente.

Com a saída das populações jovem e adulta, se é certo que tal facto acarretou uma certa libertação da mão-de-obra excedentária, conduziu a um envelhecimento progressivo da população, pouco favorecendo no entanto

a melhoria nas relações de produção e a mecanização do sector agrícola.

Quanto aos países de imigração, a chegada desta mão-de-obra, mesmo não qualificada, foi extremamente necessária para colmatar as lacunas devidas ao desenvolvimento tecnológico e à transferência da mão-de-obra nacional, vindo permitir a revitalização de certos sectores básicos de economia, sem os correspondentes encargos de formação. Duplamente favorecidos, estes mesmos países acabaram por beneficiar de importantes fundos retidos pela segurança social, mesmo que em contrapartida tenham assistido à transferência de avultosas quantias para as áreas de origem desses trabalhadores.

Daí o podermos pensar num esquema global de análise de custos-benefícios deste fenómeno e no qual são intervenientes, os países de emigração e de imigração, o emigrante e a sua família e ainda a empresa onde o trabalhador exerce a sua actividade. A abordagem deste fenómeno, ensaiada por Tapinos ⁶², revela no entanto sérias dificuldades, sobretudo de natureza estatística, em virtude da ausência ou da má qualidade dos dados disponíveis. E, por se tratar de um fenómeno essencialmente social, pensamos, à semelhança de Reiffers ⁶³, que a análise de custos-benefícios deste tipo, não pode conduzir a resultados concretos satisfatórios, uma vez aplicada a um fenómeno tão complexo como a emigração.

Como se depreende, uma das primeiras consequências deste movimento reflectiu-se na variação da população residente, cujas flutuações dependem da acção outros factores como a natalidade, a mortalidade e a emigração. É o que se pode comprovar a partir de 1864, através dos

elementos publicados nos *Recenseamentos da População*, realçando períodos de forte crescimento, a par de outros de acréscimo moderado, ou mesmo de relativas perdas. Este último caso ocorreu entre 1960 e 1970, em que o decréscimo da população residente no continente foi de 218 015 habitantes, facto que se deve à maior expansão do fenómeno emigratório.

Anteriormente a esta data, referimos o período compreendido entre 1950 e 1960, em que se registou um crescimento médio anual de ordem de 0,5% e, sobretudo, o de 1911-1920, em que esse valor, consequência da forte emigração registada nesse decénio, da epidemia de gripe pneumónica e dos efeitos da I Grande Guerra, baixou para 1,1%. Igualmente reduzido — de 0,6% — foi o aumento registado entre 1864 e 1878, contrariando os valores relativos aos períodos intercensitários posteriores, especialmente ao de 1920-1930, em que o crescimento médio atingiu 1,3% no ano. Se pensarmos ainda nos saldos fisiológicos da população residente, verificamos que as perdas assinaladas são o resultado do acréscimo substancial de saídas, da diminuição da natalidade, ou da conjugação destes dois factores, como já tivemos oportunidade de recordar. Assim, são particularmente significativos os dados relativos aos anos de 1912-1913; 1919-1920 e entre 1965-1973, em que os ganhos da população residente (salvo no ano de 1967), não conseguiram superar as referidas perdas.

Poderemos, no entanto, analisar com mais detalhe este fenómeno, relacionando-o com os valores dos respectivos saldos migratórios, obtidos através da equação de concordância ⁶⁴. Daí ressaltam conclusões bastante significativas acerca da generalização do

movimento emigratório e da sua maior intensidade nas diferentes regiões do território.

A nível de distritos, ao crescimento intercensitário positivo, verificado entre 1931-1940 e mesmo entre 1941 e 1950, assistiu-se no período seguinte a um decréscimo populacional nos distritos de Beja (- 9 908 hab.); Castelo Branco (- 3 743 hab.); Faro (- 11 180 hab.); Guarda (- 21 762 hab.); Portalegre (- 8511 hab.) e Viseu (- 4766) — decréscimo que entre 1961 e 1970 se generalizou a todo o território, com excepção apenas de Aveiro, Braga, Porto, Lisboa e Setúbal, onde se notou um aumento significativo da população residente.

Este facto, que esconde necessariamente a amplitude dos movimentos migratórios, permite acentuar o maior poder atractivo dos distritos de Lisboa e Setúbal, que desde 1950 têm registado aumentos da população e ainda saldos migratórios positivos (Quadro XX).

Detenhamo-nos, entretanto, sobre os valores referentes à estrutura demográfica da população, sobre a qual há informações mais detalhadas a nível de concelho. Se atendermos à composição do movimento emigratório em si, com a maior saída dos elementos do sexo masculino, é justo que vamos procurar os seus efeitos no *sex-ratio* da população residente.

Limitemo-nos aos anos de 1960 e 1970, abrangidos pelo período da nossa análise. Em 1970, o *sex-ratio* (número de homens/100 mulheres) foi de 90,5%, valor ligeiramente inferior ao de 1960, estimado em 92%. Aproximam-se do valor global do continente os distritos de Braga, Castelo Branco, Porto, Santarém e Viseu, situam-se os restantes em posição diferente. Entre os que registaram um maior equilíbrio conta-se Beja, com 97,7%, facto a que não deve ser estranha a menor intensidade de

saídas para o estrangeiro, como a maior atracção exercida pelo centro urbano de Lisboa sobre a mão-de-obra feminina. No caso oposto, referindo portanto uma maior emigração sobretudo masculina, encontram-se os distritos da Guarda e, sobretudo, o de Viana do Castelo, onde esse valor atingiu os 88,0% e os 78,0%, respectivamente. Dentro deste último distrito, notamos a situação de Caminha e Vila Nova de Cerveira, onde este desequilíbrio foi mais profundo: 67,5% no primeiro caso e 68,4% no segundo. Situação que em parte se pode justificar pela prática do Morgadio, que até aos princípios deste século terá assim condicionado a partida de muitos jovens do sexo masculino.

Além destas consequências, podemos ainda notar outros aspectos deste movimento, relacionando-o com o comportamento de outras variáveis demográficas. Assim, e se tivermos em conta que uma das camadas mais atingidas foi a da população jovem, poderemos pensar numa alteração sensível das taxas de fecundidade. Só que, são exactamente as zonas de maior emigração aquelas onde a fecundidade se mantém particularmente elevada⁶⁵. Tal conclusão parece, portanto, realçar um dos muitos aspectos que terão influenciado o desenrolar de todo este processo, já que sendo as áreas rurais as mais deprimidas economicamente, foram ainda as que perderam os maiores contingentes de mão-de-obra.

Outra consequência, sem dúvida mais relevante, foi a alteração das próprias estruturas demográficas, daí resultando um acentuado nível de envelhecimento, mais acentuado nas áreas de maior intensidade emigratória. Estão neste caso os distritos de Faro, Castelo Branco,

QUADRO XX

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO E SALDOS MIGRATÓRIOS NO PERÍODO 1950-1970

	1951-1960			1961-1970		
	Crescimento intercensitário	Saldo fisiológico	Saldo migratório	Crescimento intercensitário	Saldo fisiológico	Saldo migratório
Aveiro	+ 47 401	+ 81 642	- 34 241	+ 20 639	+ 85 967	- 65 328
Beja	- 9 908	+ 28 588	- 38 496	- 72 455	+ 15 224	- 87 679
Braga	+ 55 391	+ 118 131	- 62 040	+ 12 647	+ 132 447	- 119 800
Bragança	+ 6 316	+ 37 619	- 31 303	- 53 046	+ 25 437	- 78 483
Castelo Branco	- 3 743	+ 36 426	- 40 169	- 62 181	+ 20 061	- 82 242
Coimbra	+ 1 612	+ 39 472	- 37 860	- 34 276	+ 33 036	- 67 312
Évora	+ 1 018	+ 18 584	- 17 566	- 41 441	+ 12 420	- 53 861
Faro	- 11 180	+ 21 074	- 32 204	- 46 801	+ 11 231	- 58 032
Guarda	- 21 762	+ 34 601	- 56 363	- 71 886	+ 18 811	- 90 697
Leiria	+ 15 318	+ 50 373	- 35 055	- 27 560	+ 43 150	- 70 710
Lisboa	+ 156 144	+ 83 697	+ 72 447	+ 185 061	+ 130 836	+ 54 225
Portalegre	- 8 511	+ 15 531	- 24 042	- 42 937	+ 8 432	- 51 369
Porto	+ 140 705	+ 185 481	- 44 776	+ 116 992	+ 222 766	- 106 574
Santarém	+ 8 515	+ 45 426	- 36 911	- 33 712	+ 33 773	- 67 485
Setúbal	+ 53 000	+ 31 091	+ 21 909	+ 92 369	+ 39 613	+ 52 756
Viana do Castelo	+ 3 216	+ 37 068	- 33 852	- 27 238	+ 31 590	- 58 828
Vila Real	+ 7 986	+ 53 778	- 45 792	- 59 793	+ 44 493	- 104 246
Viseu	- 4 766	+ 67 068	- 71 834	- 71 621	+ 55 669	- 127 290

Portalegre e Coimbra, cuja percentagem de habitantes com mais de 60 anos, representava em 1970 respectivamente 20,2%, 20,0%, 19,8%, 19,7% e 17,9% da população residente ⁶⁶.

Nem sempre com o mesmo peso, os grupos etários mais atingidos pela emigração foram os dos jovens até aos 14 anos e os dos adultos de idade compreendida entre os 25 e os 29 anos, especialmente os do sexo masculino (Fig. 11). De notar que entre 1955 e 1974 as saídas correspondentes ao primeiro grupo representaram cerca 13,9% do total para os emigrantes do sexo masculino e 12,3% para os do sexo oposto. E em consequência do maior reagrupamento familiar, já notado para os anos de 1967, 1968 e 1974, foram também estas datas que registaram o maior número de perdas de indivíduos nestas condições, tendo representado respectivamente 32,5%, 35,8% e 38,8% da emigração total ocorrida nesses anos. Quanto ao grupo etário dos 25-29 anos, as saídas mais significativas pertenceram ao sexo masculino, tendo representando 11,4% do total.

Imediatamente a seguir contamos com o grupo etário dos 30-34 anos e dos 20-24 (homens), que representaram respectivamente 7,5% e 6% desse todo. Em relação a este último grupo etário, coincidente com a prestação do serviço militar obrigatório, assistiu-se a uma quebra acentuada, em especial depois de 1962, decorrente das restrições impostas à partida dos jovens antes do seu cumprimento. O mesmo se verifica em relação ao grupo etário (homens) dos 15 aos 19 anos, que tende igualmente a reduzir-se após o início da Guerra Colonial, em consequência das mesmas restrições (não apenas as idades anteriores à incorporação militar) e se prolongava, nalguns casos, até aos 35 anos.

Relativamente a outros grupos etários, são particularmente significativas as saídas dos adultos, de idade compreendida entre os 35 e os 44 anos, que acabaram por representar quase 10% da emigração legal considerada nesse período, esbatendo-se, como seria de esperar, a participação dos grupos etários mais idosos. Daí que a análise dos respectivos coeficientes de dependência se mostre particularmente útil, porque o seu maior valor corresponde a uma lacuna dos estratos etários jovens e adultos, em relação à população em idade activa. O agravamento verificado entre 1960-1970, em que a nível do continente este valor passou de 58,5% para 60,8%, é sintomático de todo o processo emigratório ocorrido nessa década e do qual já evidenciámos os seus aspectos mais relevantes.

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
— ESTRUTURA ETÁRIA —
(1955-75)

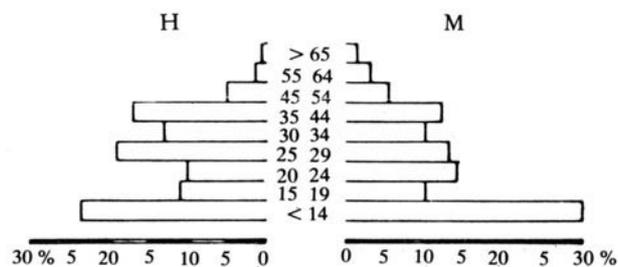


Fig. 11

Mesmo assim, não podemos deixar de apresentar os valores registados em alguns dos distritos do continente, especialmente os que respeitam aos distritos de Braga, Vila Real, Viseu e Viana do Castelo, onde em 1970 o coeficiente de dependência era de 82,0%, 76%, 72,0% e 72,8% respectivamente. Não esquecer, no entanto, que esses dados poderão ser particularmente falseados, se não nos detivermos separadamente na importância de cada um dos referidos estratos etários, em confronto com a população total. Destacamos a propósito, que a parcela da população de idade inferior aos 14 anos representava em 1970, em cada um desses distritos, respectivamente 37,6%, 34,4%, 30,8% e 30,9% da população total aí residente, sendo das maiores ocorridas no país.

*C — A PERSISTÊNCIA
DO CARÁCTER TRADICIONAL
E A NOVA FACE
DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA*

A apreciação das principais características da emigração ficará parcialmente incompleta, se não nos detivermos com mais detalhe sobre o significado de outros elementos, alguns já nossos conhecidos. Daí o nosso interesse em saber se o fenómeno é totalmente novo ou se, pelo contrário, manifesta algumas facetas específicas do passado.

A análise da curva evolutiva poderá revelar-nos algumas semelhanças, entre as quais destacamos o volume considerável de partidas que tiveram lugar desde os meados do século passado aos alvares da I Grande Guerra, e determinaram, no período compreendido entre 1911 e 1915, um valor superior às 50 000 partidas anuais. Mais recentemente, em plena fase de «boom» emigratório português, esta média foi facilmente superada, embora sem se afastar demasiado daquele número — entre 1965-69 e de 1970 a 74 — em que se contaram respectivamente 57 691 e 56 888 saídas anuais. Como já especificamos, estes dados dizem respeito à emigração legal, já que se atendermos à clandestina, esse montante deverá ser acrescido de mais do dobro, como foi notado.

Esta situação, que O. Martins ⁶⁷ definiu na sua época como «reflectindo a desordem sempre crescente da economia social portuguesa», continuou a manifestar-se no nosso século, embora em menor número, dadas as dificuldades crescentes que os governos estrangeiros têm posto à regularização da mão-de-obra clandestina.

Como acontecia há mais de dois séculos, as carências de emprego ou as precárias condições de vida eram as grandes responsáveis por este movimento, que então aliciava a tripulação dos navios e os «marinheiros que ao chegar aos portos do Brasil, largavam para as minas» ⁶⁸, afectando em data mais recente outros indivíduos, suggestionados pelas mesmas causas. Só que na era de emigração transoceânica esse movimento dirigia-se preferencialmente para o Brasil, tendo escolhido nas últimas décadas a Europa, mercê das facilidades de transporte e de emprego aí oferecidas. Então como agora, essa importante indústria lucrativa de «criação de gado humano para exportação», desempenhou o maior papel no equilibrar de uma balança de transacções com o estrangeiro devido ao envio das remessas, que O. Martins considerou do maior interesse e sem as quais há muito que Portugal teria «rebentado» falido ⁶⁹.

Detenhamo-nos por agora na composição deste movimento.

Como já notamos, os dados publicados evidenciam o predomínio acentuado da emigração masculina e uma percentagem elevada de saídas de indivíduos do sector primário. O que é válido, se considerarmos o movimento na sua globalidade e não decomposto nas suas componentes principais: a transoceânica e o intra-europeu. Daí que um dos sectores mais afectados tenha sido a agricultura, tendo-se assistido, a partir do início da

década de 60, a um êxodo assinalável das populações rurais, onde na maior parte das aldeias as mulheres e os mais idosos passaram a assegurar as principais fainas agrícolas. Embora em menor percentagem que há um século atrás, quando O. Martins referiu o maior peso na emigração masculina ⁷⁰ e o predomínio acentuado dos «trabalhadores» e de outras «actividades não específicas». O movimento de hoje parece recordar a persistência de um certo número de caracteres em comum. Contudo, outros dados actuais revelam-nos no seu conjunto, uma nova faceta deste movimento.

Começamos por referir a mudança da corrente emigratória portuguesa nos primeiros anos da década de sessenta, alterando o seu rumo tradicional que, de transoceânico, passou a dirigir-se para os países mais próximos da Europa Ocidental. Quanto à origem destes emigrantes, M. Godinho ⁷¹ dá-nos conta das referências registadas depois dos finais do século nas terras do Noroeste e no Sul do país, no Algarve. Da primeira daquelas áreas, os emigrantes partiam sobretudo para o Brasil e do sul já então se registava uma certa preferência pela Andaluzia.

Nas ilhas adjacentes esse movimento é conhecido «desde o último quartel do século XVII ou mesmo mais cedo» ⁷², à semelhança do que acontecera no continente, onde se generalizou às regiões do norte e centro do país, como nos dá conta O. Martins referindo-se ao período de 1866 a 1889. Nestas datas, além do Minho — que terá perdido cerca de 108 000 emigrantes — tornou-se extensivo à Beira Alta e à Estremadura, de onde saíram cerca de 71 000 e de 22 500 emigrantes ⁷³. As outras províncias perderam ainda: Trás-os-Montes, 3533 emi-

grantes; Algarve, 2401; Beira Baixa, 1075 e Alentejo apenas 475.

Entre 1864 e 1960, J. Evangelista ⁷⁴ põe em evidência a maior intensidade do movimento emigratório que, sem deixar de ser importante nas regiões do Norte, onde é mais antigo e persistente, avança com rapidez pelo centro do território, cuja percentagem em relação ao volume total das saídas subiu de maneira sensível». Este mesmo facto foi por nós comprovado a partir de 1955, sendo de notar o incremento extraordinário da emigração, especialmente para a Alemanha, que no início dos anos 70 ocorreu no Alentejo. O que demonstra aliás, as necessidades e as carências de uma população, que como noutras áreas do país, viu nesta alternativa a única solução para atenuar as precárias condições em que vivia.

Como já notamos, o incremento da emigração familiar é outra das facetas do movimento actual, que surgiu em consequência do maior volume de partidas e das restrições à emigração, salvo os casos concretos de reagrupamento familiar. O mesmo poderemos dizer se atendermos às enormes percentagens referentes às perdas de jovens com idade inferior aos 14 anos, ocorridos em 1959, 1960, 1967, 1969 e 1974 — respectivamente 27,8%, 28,2%, 32,5%, 35,8% e 38,8% da emigração total — e o aumento da emigração feminina, que atingem as maiores percentagens (quase da ordem dos 50%) nessas mesmas datas.

Pouco é conhecido no entanto, quanto à generalidade do retorno. Assim, se o maior agrupamento familiar aponta, senão para uma fixação definitiva no estrangeiro, pelo menos para uma maior estabilidade e aumento do período de permanência fora do seu país ⁷⁵, o certo é que

os emigrantes mais velhos pensam, sempre que possível, regressar às suas terras.

Igualmente se torna oportuno recordar a redução substancial de emigrantes depois da «crise energética» de 1973/74, e a diversificação dos destinos para países do continente sul-americano como a Venezuela, para o continente africano e sobretudo para o Médio Oriente, onde, em condições bastante singulares, se encontram a trabalhar muitas dezenas de portugueses.

Os dados que temos vindo a apresentar sobre a emigração portuguesa ficam incompletos se não fizermos ainda uma referência ao valor e significado das remessas, traduzindo na sua essência o projecto de regresso que acompanha à partida um grande número de emigrantes. Assim, pelos seus montantes e pela importância que desde sempre têm assumido no equilibrar da nossa balança de pagamentos, essas transferências não podem ser subestimadas. De facto, a constatação de que a emigração tem sido uma das principais fontes de divisas da nossa economia, não é um fenómeno recente.

Entre outros, disso já A. Herculano, ou mesmo O. Martins, nos deram conta ao contabilizarem o valor das transferências do emigrante brasileiro para a metrópole. Em 1873, Herculano calcula esse valor em cerca de três mil contos anuais ⁷⁶, valor que por volta de 1891 orçaria os 12 000 a 15 000 contos anuais, sendo assim distribuídos ⁷⁷:

«1 — Economias de trabalhadores repatriados, de pequenos comerciantes que regressam trazendo os seus haveres e de capitalistas opulentos que, deixando no Brasil toda ou parte das suas fortunas, trazem apenas dinheiro para gastos: 7000 a 8000 contos.

2 — Rendas anuais dos repatriados da terceira espécie, vindos do Brasil em papel cambial: 3000 a 4000 contos.

3 — Mesadas, pensões, esmolas, presentes mandados pelos emigrantes a suas famílias, parentes e amigos, em papel cambial e até em géneros (café, açúcar, etc.): 2000 a 3000 contos.»

Para períodos posteriores, M. Godinho ⁷⁸ e dá-nos conta do valor dessas transferências: cerca de 30 000 contos em 1917; 32 000 em 1920; 26 000 contos em média entre Abril e Março de 1926 — referindo-se estes montantes, apenas às saídas provenientes do Rio de Janeiro. Mais recentemente porém, e sobretudo a partir de 1956, tomando por base os valores das «Transferências privadas» onde se incluem as remessas dos emigrantes, é possível calcular com mais pormenor esses quantitativos.

Bastante significativos foram os acréscimos registados a partir de 1959 em que esses montantes atingiram 11 812 milhões de escudos, valor que duplicou em 1972 e sofreu novo acréscimo a partir de 1977, data em que alcançaram quase 45 000 milhões, superando em 1981 os 175 126 milhões de escudos.

Estes dados, que à primeira vista não deixam de se revestir do maior significado e interesse, realçam, a par das vicissitudes políticas resultantes de períodos de crise — início das guerras coloniais, em 1961 e instabilidade governativa após 25 de Abril — e de um retraimento considerável no seu envio, o ritmo galopante da desvalorização do escudo perante as restantes moedas estrangeiras. Esta situação deverá no entanto ser encarada com algumas preocupações face à radicação de milhares de famílias no estrangeiro e à aplicação das suas

economias nos países onde trabalham, reduzindo por conseguinte o seu envio para as terras de origem.

Esta é a perspectiva seguida sobretudo pelos emigrantes mais velhos e os que sentem maior estabilidade quanto ao seu futuro, como são muitos que se radicaram nos E.U.A. já que, em face da actual recessão económica, os que emigraram há menos tempo não podem esquecer que, como «últimos contratados serão os primeiros despedidos».

Não será por acaso, que as remessas provenientes da França têm aumentado a ritmo considerável desde 1970, ao passo que as remessas provenientes da Alemanha Ocidental, e sobretudo dos E.U.A., se reduziram substancialmente. Mero fenómeno resultante da recessão económica ou determinado pela situação política que causou uma perda de confiança por parte dos emigrantes? Isto, apesar das inúmeras medidas que têm sido tomadas no sentido de incrementar e canalizar as referidas poupanças para Portugal, tão indispensáveis para o equilíbrio da balança de pagamentos com o exterior.

Estes em suma, alguns dos aspectos mais relevantes da emigração portuguesa na actualidade, que em quatro séculos fez aumentar de 100 000 a 150 000⁷⁹ a dimensão da colónia de nacionais residentes no estrangeiro para cerca de 3,5 milhões nos finais da década de oitenta. Valores bastante significativos da intensidade e do volume deste «êxodo» (Quadro XXI).

QUADRO XXI
OS PORTUGUESES NO MUNDO

Países	Emigrantes ¹ (números aproximados)
Alemanha	110 000
Bélgica	12 000
Espanha	26 000
França	920 000
Holanda	17 000
Inglaterra	27 000
Itália	1 000
Luxemburgo	28 000
Suécia	2 000
Suíça	24 000 ²
Outros países	1 500
<hr/>	
<i>Soma</i>	1 161 500
<hr/>	
África do Sul	660 000
Argentina	60 000
Austrália	30 781
Bermudas	2 000
Brasil	620 000
Canadá	210 000
E.U.A.	318 000 ³
Rosdésia	11 629
Venezuela	350 000 ⁴
Zaire	20 000
Outros países	35 000
<hr/>	
<i>Soma</i>	2 317 410
<hr/>	
<i>Total</i>	3 478 910

¹ Estimativas baseadas em estatísticas oficiais de diversos países (sempre que possível), em cálculos retirados do SOPEMI/OCDE, 1978.

² Estes números dizem respeito ao total de emigrantes tanto residentes como temporários.

³ Números baseados no recenseamento (1970).

⁴ Estes números compreendem os emigrantes registados no Consulado Português, os nacionalizados venezuelanos e os não registados.

Fonte: O.C.P.M., 1980.

Foi nosso desejo apresentar, ao longo das páginas anteriores, uma nota circunstanciada sobre a evolução e a origem do fenómeno emigratório português desde os primeiros tempos, quando essas saídas passaram a ser uma constante. Acentuámos que a sua distribuição não se processou de forma homogénea, antes pelo contrário: registaram-se áreas de maior incidência emigratória correspondendo às regiões do Norte e Centro do país, onde essa tradição, decorrente do tipo de estrutura agrária e organização social, é conhecida há mais de um século a esta parte. Daí que este fenómeno se tenha agravado nas áreas economicamente mais debilitadas, onde se registam os menores níveis de desenvolvimento. É o que se poderá inferir da comparação dos elementos, já citados, com os de outros autores, em particular os de Caldas e Loureiro, obtidos por selecção de um conjunto de indicadores, relativos ao sistema económico, à população e ao bem-estar (considerado este «como um resultado do funcionamento dos sistemas económicos regionais»⁸⁰).

As conclusões desse trabalho, referidas ao período de 1950-1960, apontam para uma separação nítida entre as diferentes áreas do país, reveladoras ao mesmo tempo de desequilíbrios que, seguindo uma transição gradual do litoral para o interior, delimitam «uma configuração territorial própria de economias de faixa, orientadas segundo eixos norte sul»⁸¹.

Outros estudos mais recentes aprofundam o mesmo assunto⁸² e mais não fazem do que acentuar a dicotomia entre a faixa litoral, compreendida entre os concelhos de Setúbal e Viana do Castelo, e o resto do país. De tal modo que «aproximadamente 4/5 dos concelhos se encontram num nível de desenvolvimento inferior ao do

continente, tomado no seu conjunto»⁸³, sugerindo a mesma linha norte sul, a partir das regiões fronteiriças do interior.

Este comportamento é bastante significativo, se não comparado com os valores globais da emigração por nós calculados, como o das referidas taxas migratórias, em especial para o período de 1960-1970, o que realça a maior incidência do fenómeno emigratório, nas áreas social e economicamente mais repulsivas. Consideradas aliás por S. Nunes⁸⁴ como as mais extensas do território — imersas «em condições de vida e formas de civilização tradicionais» — opondo-se a «restritas áreas socialmente privilegiadas, nas quais os diversos elementos utilitários da civilização moderna atingem já um grau notável de difusão». Por isso os fenómenos do êxodo rural e da emigração, assumem proporções de autêntica «hemorragia social», características de um país macrocéfalo em vias de desenvolvimento.

Facilmente justificada pela dualidade norte-sul, litoral-interior — assente em contrastes resultantes dos diferentes factores climáticos, da natureza e relevo do solo, de cobertura vegetal, do tipo de povoamento e das actividades predominantes — esta situação advém sobretudo do tipo de aproveitamento dos recursos e dos modelos de desenvolvimento postos em prática que não têm permitido atenuar os desequilíbrios existentes no território português.

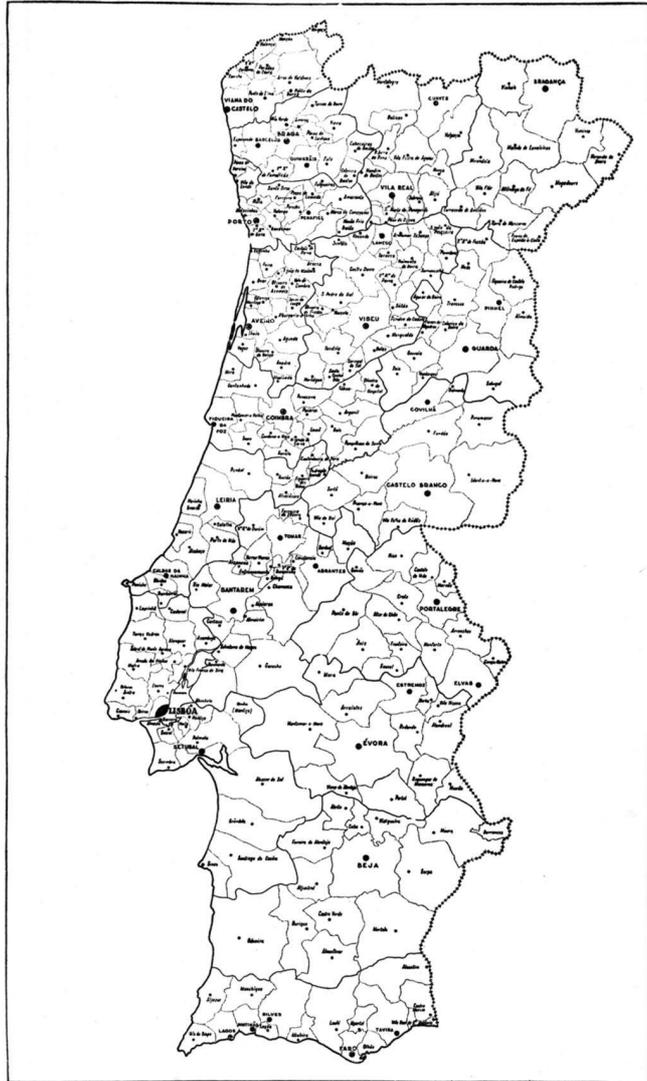
Mesmo assim, uma análise mais circunstanciada do que aquela que efectuámos, permitiria acentuar o compromisso específico da emigração nas diferentes regiões — Norte Atlântico, Norte Transmontano e Sul — conhecidas como sendo as divisões fundamentais da terra portuguesa⁸⁵, de onde têm partido aliás, os

maiores contingentes, alguns dos quais continuam a pensar nas melhores condições de regresso, como o recordou G. Junqueiro ⁸⁶:

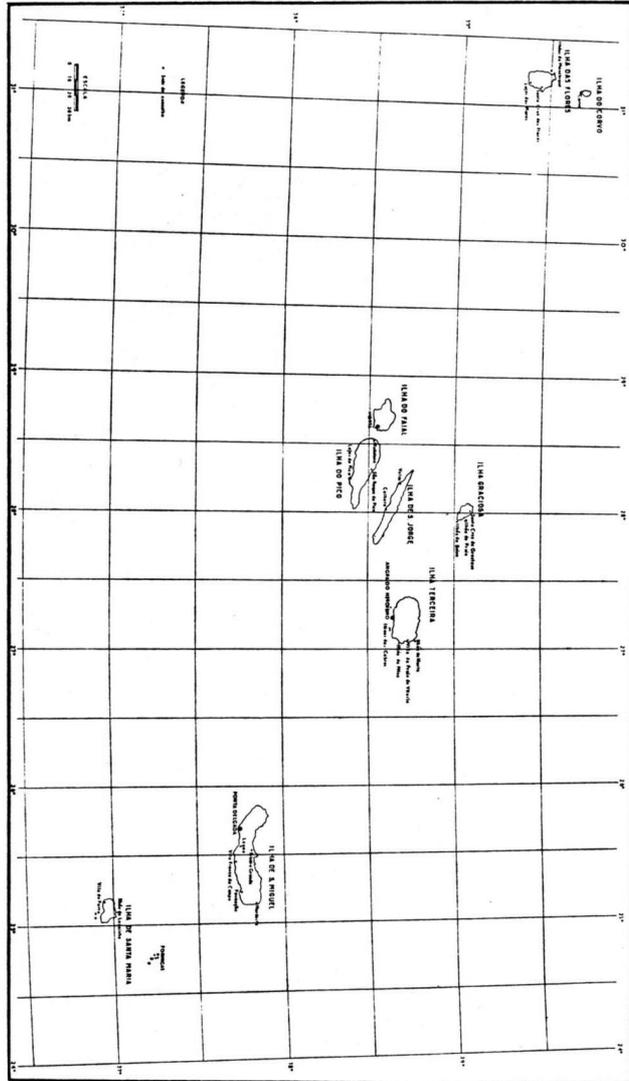
«Ai, há quantos anos que eu parti chorando
Deste meu saudoso, carinhoso Lar!...
Foi há vinte?... Há trinta?... Nem eu sei já quando!...
Minha velha ama, que me estás fitando,
canta-me cantigas para me eu lembrar!...

Dei a volta ao mundo, dei a volta à vida...
Só achei enganos, decepções, pesar...
Oh! A ingénua alma tão desiludida!...
Minha velha ama, com a voz dorida,
canta-me cantigas de me adormentar!...

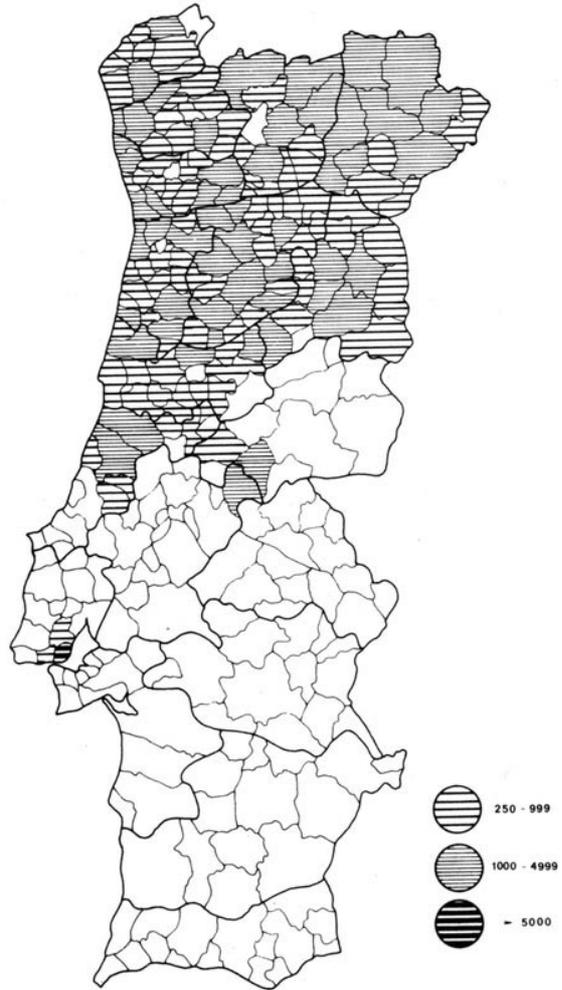
ANEXOS



REGIÃO AUTÔNOMA DOS AÇORES

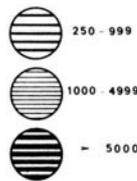
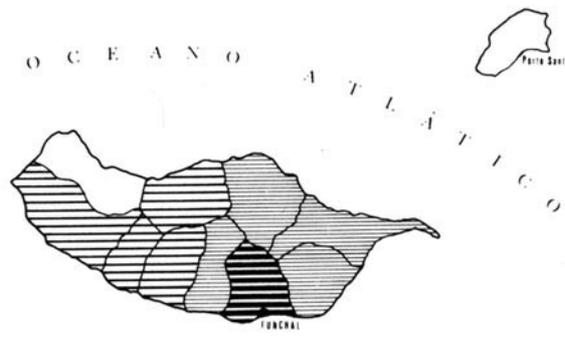


A-1 EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL
1955-1974



A-2

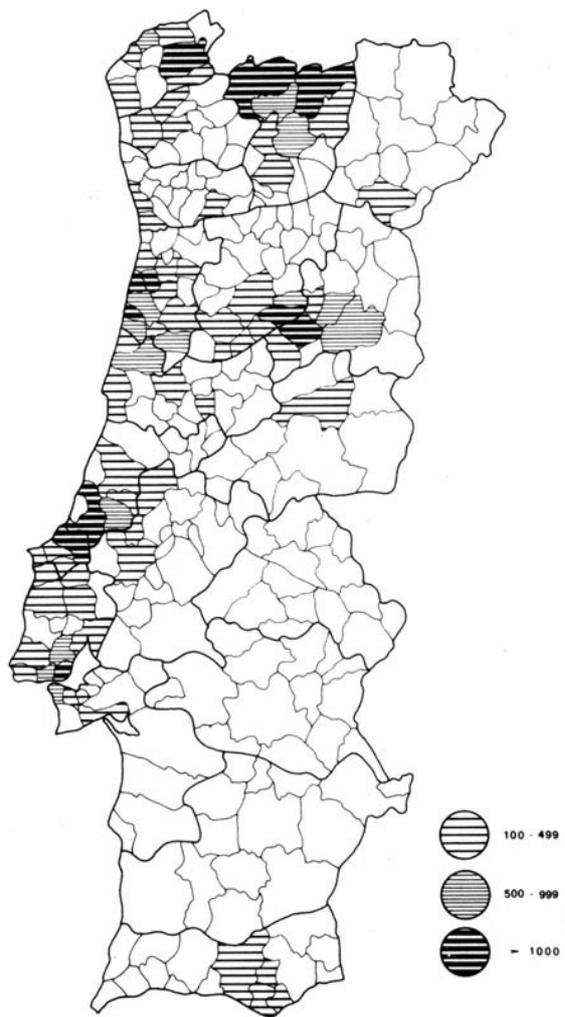
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL
1955-1974



— LIMITE DE CONCILHO

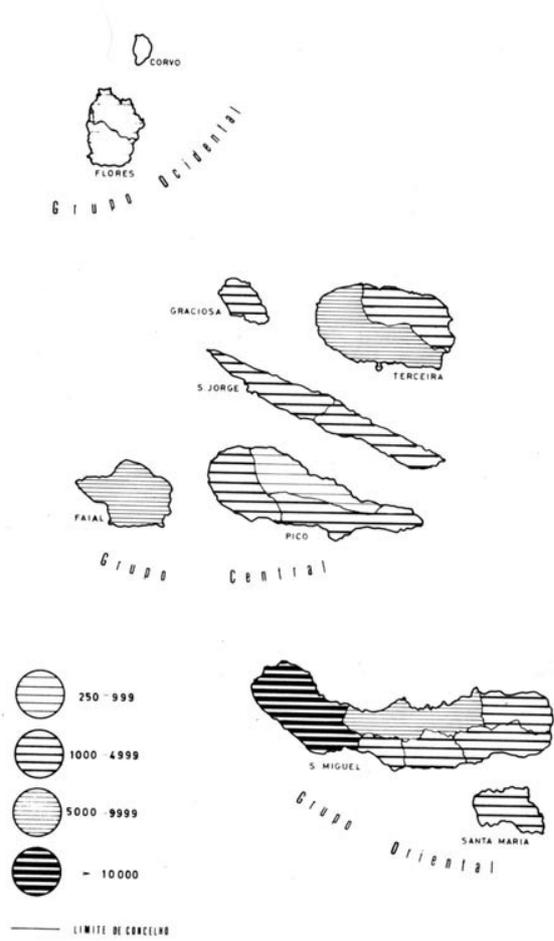


A-3 EMIGRAÇÃO PARA OS E.U.A.
1955-1974

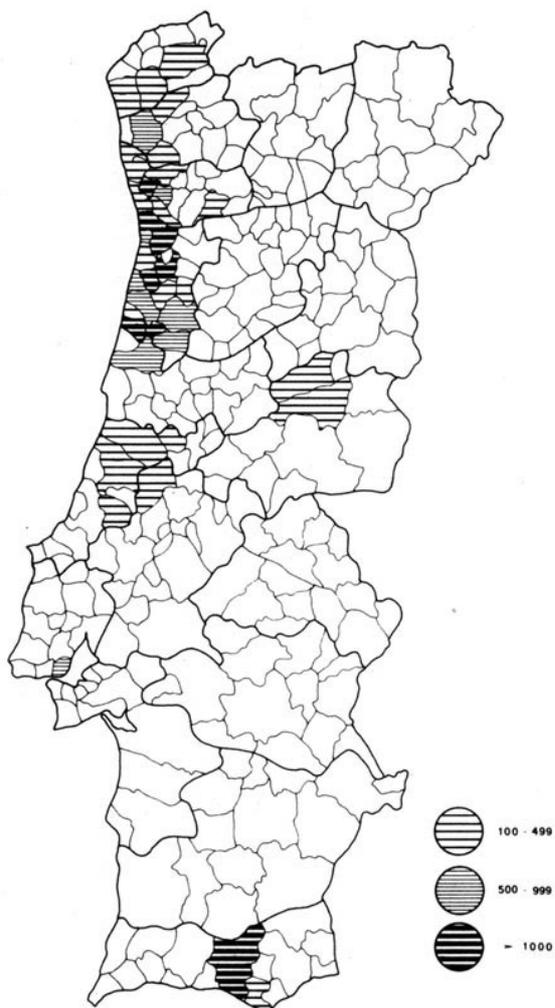


A-4

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES
EMIGRAÇÃO PARA OS E.U.A.
1955-1974

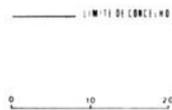
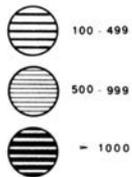
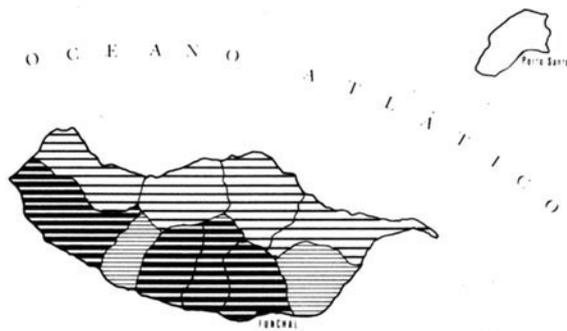


A-5 EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA
1955-1974



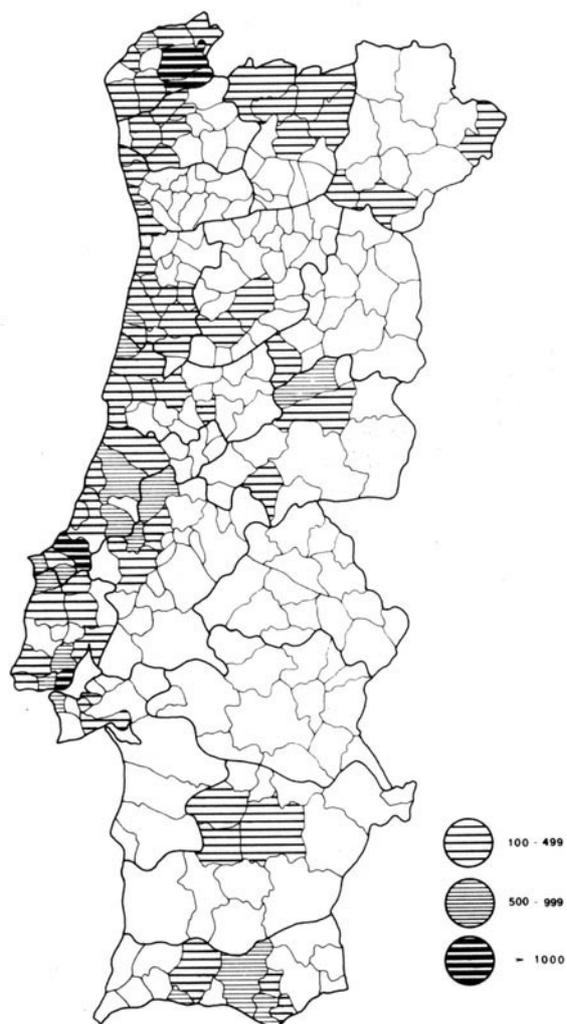
A-6

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
EMIGRAÇÃO PARA A VENEZUELA
1955-1974

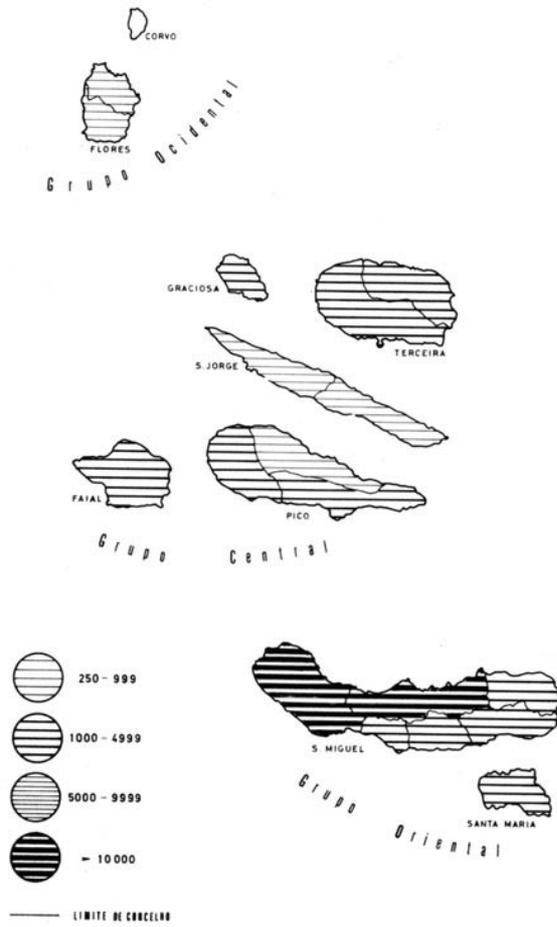


A-7

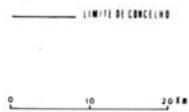
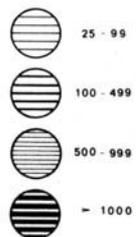
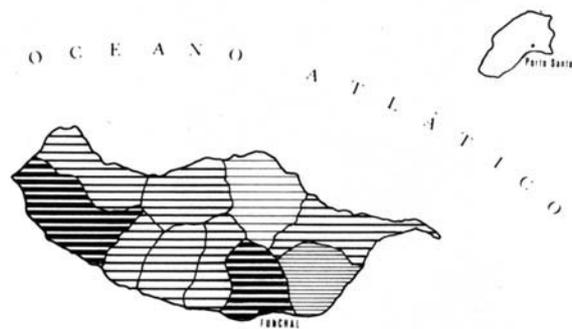
EMIGRAÇÃO PARA O CANADÁ
1955-1974



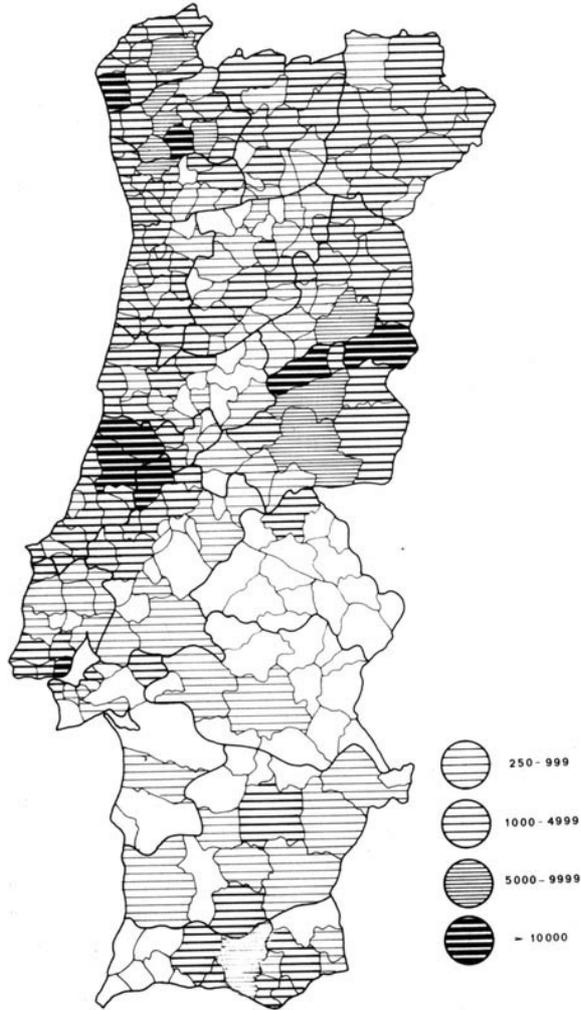
A-8 ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES
 EMIGRAÇÃO PARA O CANADÁ
 1955-1974



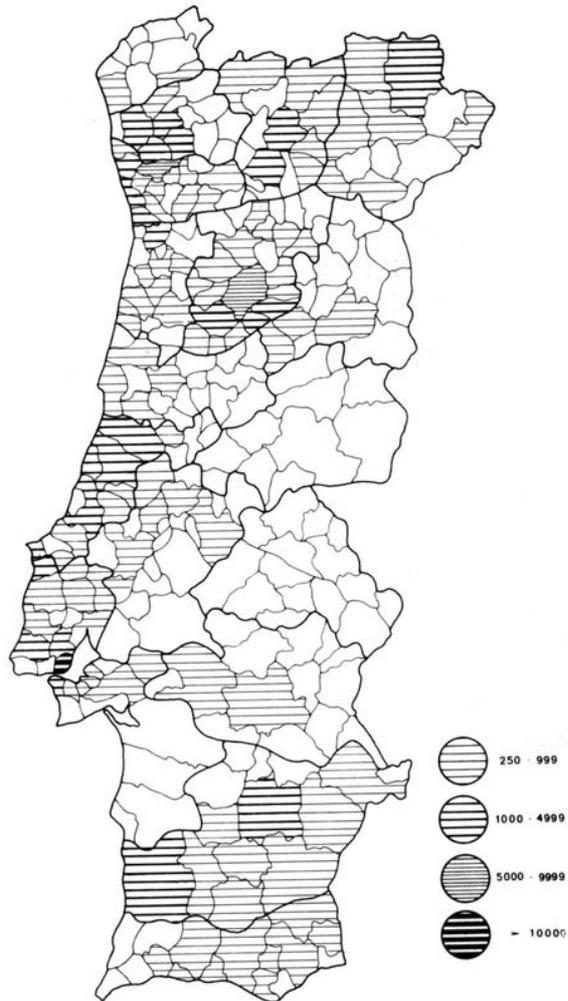
A-10 ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
EMIGRAÇÃO PARA A ÁFRICA DO SUL
1955-1974



A-11 EMIGRAÇÃO PARA A FRANÇA
1955-1974

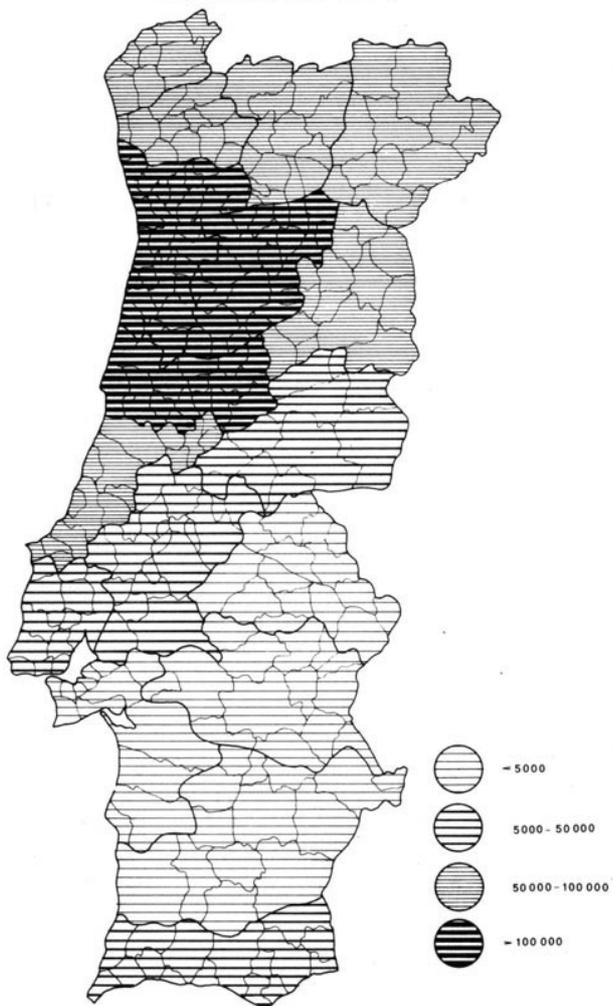


A-12 EMIGRAÇÃO PARA A ALEMANHA
1955-1974



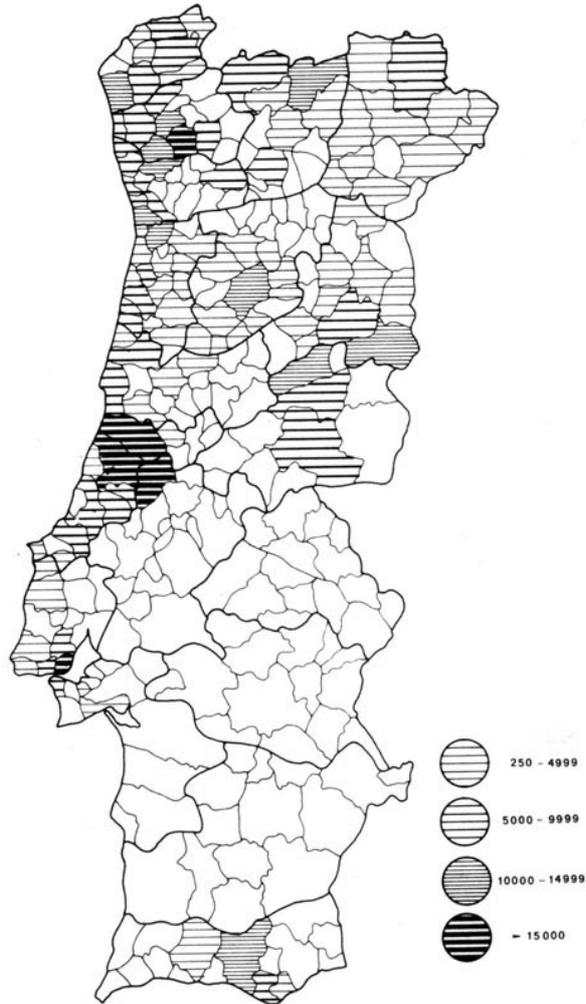
A-13

EMIGRAÇÃO
TOTAL: 1900-1954

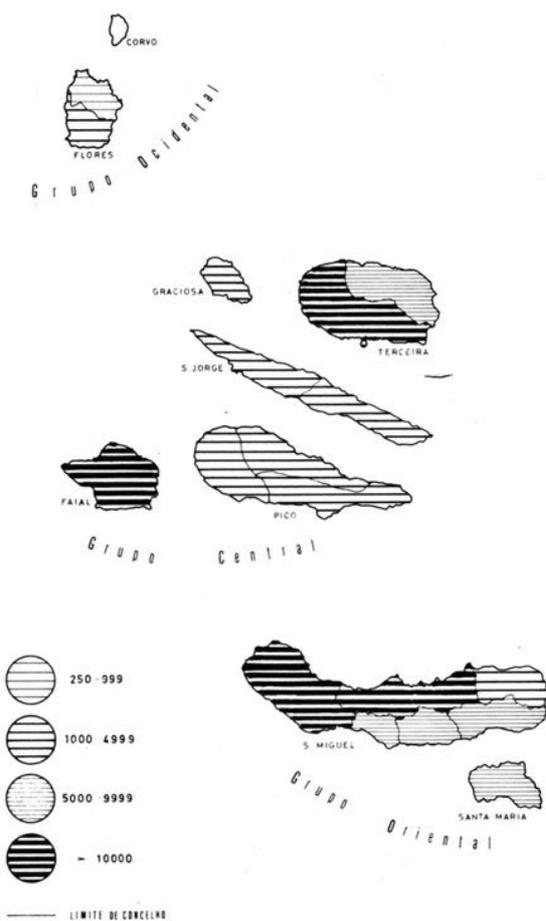


A-14

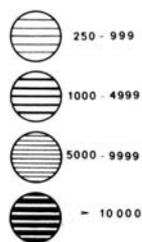
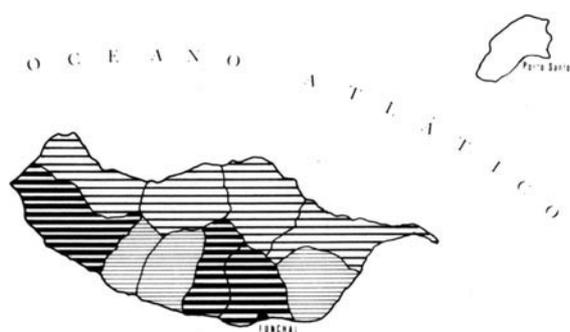
EMIGRAÇÃO
TOTAL: 1955-1974



A-15 ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES
 EMIGRAÇÃO
 TOTAL: 1955-1974



A-16 ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA
EMIGRAÇÃO
TOTAL: 1955-1974



NOTAS

- ¹ Serrão, J., *Emigração portuguesa*, 1977, p. 100.
- ² Godinho, V. M., *L'émigration portugaise (XVeXXe siècle)*, 1978, p. 9.
- ³ Ribeiro, O., *Portugal*, 1955, p. 98.
- ⁴ Cfr.: Serrão, J., 1977, p. 85.
- ⁵ Medeiros, C. A., *Portugal — esboço breve de geografia humana*, 1978, p. 12.
- ⁶ Serrão, J., ob. cit., p. 106.
- ⁷ Idem, ibidem, pp. 107-108.
- ⁸ Junqueiro, G., *Finis Patriae*, in Serrão, J., *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, 1976, p. 91.
- ⁹ Martins, O., *Fomento rural e emigração*, 1956, p. 246.
- ¹⁰ Cortesão, J., *O que o povo canta em Portugal*, in Serrão, J., ob. cit., p. 60.
- ¹¹ Os destinos dos emigrantes portugueses são registados desde 1880. Cfr. Evangelista, J., *Um século da população portuguesa*, 1971, p. 132.
- ¹² Freitas, R., *Notice sur le Portugal*, in Serrão, J., *A emigração portuguesa*, 1977, p. 30.
- ¹³ Cfr. Evangelista, J., ob. cit., p. 134.
- ¹⁴ Martins, O., ob. cit., p. 225. Refere o «estabelecimento de uma carreira e vapores directa onde os emigrantes eram transportados gratuitamente».
- ¹⁵ Cfr. Evangelista, J., ob. cit., p. 134.
- ¹⁶ Furtado, C., *Dialéctica do desenvolvimento*, in Evangelista, J., ob. cit., p. 155.
- ¹⁷ Ferreira, E. S., *Origens e formas de emigração*, 1976, p. 41.
- ¹⁸ George, P., *Les migrations internationales*, 1976, p. 113.
- ¹⁹ Cfr. *Boletim anual da Junta da Emigração*, 1953, p. 106.
- ²⁰ Idem, ibidem, p. 100.
- ²¹ George, P., ob. cit., p. 132.

- ²² O.C.P.M., *Boletim da VIII semana nacional das migrações*, 1980, p. 16.
- ²³ Martins, O., ob. cit., pp. 234-235.
- ²⁴ Godinho, V. M., ob. cit., p. 20.
- ²⁵ Evangelista, J., ob. cit., pp. 133-134.
- ²⁶ Serrão, J., 1977, p. 59.
- ²⁷ Faria, M. S., in Serrão, J. 1976, p. 74.
- ²⁸ Martins, O., ob. cit., p. 232.
- ²⁹ *Ministère du Travail: Les étrangers au Recensement de 1975*, 1977, p. 37.
- ³⁰ *Boletim da Junta da Emigração*, 1958, p. 82.
- ³¹ Ferreira, E. S., 1976, pp. 51-72.
- ³² *Ministère du Travail*, ob. cit., p. 34.
- ³³ George, P., ob. cit., p. 117.
- ³⁴ George, P., *Questions de la géographie de la population en Rep. Fed. Allemande*, 1972, p. 525.
- ³⁵ Leridon, F., *La population allemande depuis 1933*, p. 441.
- ³⁶ Idem, ibidem, p. 449.
- ³⁷ Idem, ibidem, p. 451.
- ³⁸ Battesti, L. M., 1968, p. 200.
- ³⁹ Idem, ibidem, p. 200.
- ⁴⁰ Serrão, J., ob. cit., p. 75.
- ⁴¹ O.C.P.M., ob. cit., p. 16.
- ⁴² *Conseil de l'Europe: Rapport sur les migrants de la deuxième génération*, 1978.
- ⁴³ Cfr. Almeida, C. e Barreto, A., *Capitalismo e emigração em Portugal*.
- ⁴⁴ *Boletim da Junta da Emigração*, 1953, p. 40.
- ⁴⁵ Godinho, V. M., ob. cit., p. 15.
- ⁴⁶ Martins, O., ob. cit., p. 234.
- ⁴⁷ Idem, ibidem, p. 234.
- ⁴⁸ Mazzatenta, O. L., 1975, p. 103.
- ⁴⁹ Martins, O., ob. cit., p. 234.
- ⁵⁰ Idem, ibidem, pp. 234-235.
- ⁵¹ Ferreira, E., ob. cit., p. 69.
- ⁵² Godinho, V. M., ob. cit., p. 12.
- ⁵³ Serrão, J., ob. cit., p. 37.
- ⁵⁴ Martins, O., *A província*, Vol. III, Lisboa, p. 93, in Evangelista, ob. cit., p.122.
- ⁵⁵ Godinho, V. M., ob. cit., p. 12.
- ⁵⁶ Evangelista, J., ob. cit., p. 123.
- ⁵⁷ Idem, ibidem, p. 122.
- ⁵⁸ Almeida, C. e Barreto, A., ob. cit., p. 173.

- ⁵⁹ *Hommes et migrations*, n.º 105, Paris, in Serrão, J., ob. cit., p. 63.
- ⁶⁰ Ferreira, E. S., ob. cit. pp. 51-73.
- ⁶¹ *Ministère du Travail*, ob. cit., p. 81.
- ⁶² Tapinos, G., *L'économie des migrations internationales*, 1974, pp. 20 e segs.
- ⁶³ Reiffers, 1970, in Tapinos, ob. cit., p. 24.
- ⁶⁴ Nazareth, J. M., *Dinâmica da população portuguesa*, 1978, p. 800.
- ⁶⁵ Cfr. Nazareth, J. M., 1978, p. 776.
- ⁶⁶ Cfr. Nazareth, J. M., *O envelhecimento da população portuguesa*, 1979, pp. 211-217.
- ⁶⁷ Martins, O., ob. cit., p. 227.
- ⁶⁸ Godinho, V. M., *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 1977, p. 209.
- ⁶⁹ Martins, O., ob. cit., p. 251.
- ⁷⁰ Idem, ibidem, p. 226.
- ⁷¹ Godinho, V. M., 1978, p. 20.
- ⁷² Idem, ibidem, p. 20.
- ⁷³ Martins, O., ob. cit., p. 218.
- ⁷⁴ Evangelista, J., ob. cit., p. 108.
- ⁷⁵ Ferreira, E. S., ob. cit., p. 79.
- ⁷⁶ Herculano, A., *A emigração (1873-1875) — Opúsculos*, t. IV, in Serrão, J., 1976, p. 105.
- ⁷⁷ Martins, O., ob. cit., p. 250.
- ⁷⁸ Godinho, V. M., ob. cit., pp. 28-29.
- ⁷⁹ Idem, ibidem, p. 14.
- ⁸⁰ Caldas, E. e Loureiro, M. S., *Regiões homogêneas no continente português*, 1966, p. 183.
- ⁸¹ Idem, ibidem, p. 146.
- ⁸² Cfr. C.E.P., 1977.
- ⁸³ Idem, ibidem, p. 18.
- ⁸⁴ Nunes, S., *Portugal: sociedade dualista em evolução*, 1964, p. 415.
- ⁸⁵ Ribeiro, O., ob. cit., p. 145.
- ⁸⁶ Junqueiro, G., *Regresso ao lar*, in Serrão, J., 1977, pp. 205-206.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos, e BARRETO, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1964.
- BATTESTI, L. M., Les travailleurs étrangers en République Fédérale d'Allemagne, in *Information Géographique*, IX, X (4), pp. 199-206, 1968.
- C.E.P. *Documento de trabalho preliminar com vista a um esquema de ordenamento do território*, Lisboa, C.E.P., 1977 (Estudos Urbanos e Regionais, n.º 13).
- CALDAS, Eugénio e LOUREIRO, M. Santos, *Regiões homogéneas no continente português*, Lisboa, C.E.E.A./F.C.G., 1966.
- CONSEIL DE L'EUROPE, *Rapport sur les migrants de la deuxième génération*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1978.
- EVANGELISTA, João, *Um século da população portuguesa, (1864-1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos — I.N.E., MCMLXXI.
- FERREIRA, E. Sousa, *Origens e formas da emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- GEORGE, Pierre, *Questions de la population en République Fédérale Allemande*, in *Annales de Géographie*, LXXXI, pp. 525-537, 1972. — *Les migrations internationales*, Paris, P.U.F., 1976.
- GODINHO, V. M., *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcadia, 1977 (3.ª edição); «L'emigration portugaise (XV^{ème}-XX^{ème} siècles) — une constante structurelle et les réponses au changements du monde», in *Revista de História Económica e Social*, pp. 5-32, Lisboa, 1978.
- LERIDON, Françoise, «La population allemande depuis 1939», in *Population*, XIII, 1958, n.2 3, pp. 441-458.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães e C.ª Edit., 1956.
- MAZZATENTA, O. Louis, «New England's — Little Portugal», in *National Geographic*, 147 (1), pp. 90-109, 1975.

- MEDEIROS, C. Alberto, *Portugal — esboço breve de geografia humana*, Lisboa, Prelo, 1978 (2.^a edição).
- MINISTÈRE DU TRAVAIL, *Les étrangers au recensement de 1975*. Paris; la Documentation Française, 1977 (Migrations et Sociétés, n.º 2).
- NAZARETH, J. Manuel, «Dinâmica da população portuguesa», in *Análise Social*, XIV (56), pp. 729-800, Lisboa, 1978; *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/G.I.S., 1979.
- NUNES, A. Sedas, «Portugal, sociedade dualista em evolução», in *Análise Social*, 7-8, pp. 407-462, Lisboa, 1964.
- RIBEIRO, Orlando, *Geografía de España y Portugal*, Barcelona; Montaner y Simon, 1955 (Tomo V — Portugal).
- SERRÃO, Joel, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976; *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977 (3.^a edição).
- TAPINOS, George, *L'Economie des migrations internationales*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques/A. Colin, 1974.

ESTATÍSTICAS

- Boletim Anual, Lisboa, Junta Nacional da Emigração, 1953 a 1969.
- Boletim Anual, Lisboa, Secretariado Nacional da Emigração, de 1970 a 1972.
- Boletim Anual, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração, de 1973 a 1975.
- X Recenseamento Geral da População, Lisboa, INE, 1960.
- XI Recenseamento Geral da População, Lisboa, INE, 1971 (Estimativa 20%).
- Censos 82 (Resultados preliminares), Lisboa, INE, 1982.

IMPrensa

- Boletim Informativo da O.C.P.M., Lisboa, O.C.P.M., 1980.

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro	Pág.
I Composição da emigração oficial para o Brasil	24
II Composição da emigração oficial para os E.U.A.	29
II Composição da emigração oficial para a Venezuela	34
IV Composição da emigração oficial para o Canadá	40
V Composição da emigração oficial para a África do Sul	45
VI População estrangeira residente em França	52
VII Composição da emigração oficial para a França	56
VIII Composição da emigração oficial para a Alemanha	62
IX Europa: estimativa dos efectivos de trabalhadores estrangeiros (1976)	64
X Emigração oficial no Continente, Açores e Madeira (1890-1954)	70
XI Composição da emigração oficial no Continente	72
XII Composição da emigração nos Açores e Madeira (A)	85
XIII Composição da emigração nos Açores e Madeira (B)	91
XIV Composição da emigração oficial no Continente (A)	92
XV Composição da emigração oficial no Continente e Ilhas	93
XVI Contributo de cada distrito em relação à emigração total	94
XVII Emigração oficial: Continente e Ilhas	95
XVIII Emigração: indicadores vários	96
XIX Emigrantes de 10 e mais anos segundo as condições perante o trabalho	106
XX Variação da população e saldos migratórios	112
XXI Os portugueses no Mundo	123

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura		Pág.
1	Emigração portuguesa (Mov. trans. + Mov. intra-europeu	15
2	Emigração oficial	18
3	Emigração para o Brasil	23
4	Emigração para os E.U.A.	27
5	Emigração para a Venezuela	33
6	Emigração para o Canadá	37
7	Emigração para a África do Sul	46
8	Emigração para a França	51
9	Emigração para a Alemanha	59
10	Emigração portuguesa	101
11	Emigração portuguesa (estrutura etária)	114